



PREFEITURA DE  
**LAGUNA**  
Secretaria de  
Assistência Social

# PMAS 2018

## PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



*Conselho Municipal de Assistência Social  
Fundo Municipal de Assistência Social  
Laguna - SC*

LAGUNA - SANTA CATARINA  
MARÇO/2018

## **Prefeito Municipal**

Mauro Vargas Candemil

## **Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação - SMASH**

Maria de Fátima Figueiredo Duarte

## **Resolução de Aprovação do Plano**

Resolução CMAS nº 01 de 27 de fevereiro de 2018.

## **Elaboração do Plano - Coordenação**

Luiz Augusto Borges – Psicólogo SMASH

## **Elaboração do Plano – Grupo de Trabalho**

Luiz Augusto Borges	Psicólogo	Gestão do SUAS
Adriana Maciel Machado	Assistente Social	Proteção Social Básica
Vanessa Fernandes	Assistente Social	Proteção Social Básica
Juliana Oliveira M. Cardoso	Educadora Social	Proteção Social Especial de Média Complexidade
Roberta Fernandes	Assistente Social	Proteção Social Especial de Alta Complexidade

## **Colaboração**

*Equipe Órgão Gestor:* Dayane Adriano Prates; Gisele M. Oreano; Luiz Augusto Borges; Simone Medeiros Patrício Arantes; Sinara do Carmo Vargas; Ramon Leandro Valentim; Camila Bianca dos Reis.

*Equipe CRAS I:* Adriana Maciel Machado; Enivaldo Torres Ramos; Giovana Remor Marega; Luciana Oliveira S. Campos; Manuela Luz da Rosa; Nilmara Lopes; Renata Albino de Souza; Rogério Leandro.

*Equipe CRAS II:* Álvaro Fermiano Souza; Gisele Pereira Torquato; Gislei Nascimento de Souza; Graciele Locks de Oliveira; Patrícia Silveira P. Silva; Silvio Cardoso; Vanessa Fernandes.

*Equipe CREAS:* Daimar Fernandes Pereira; Gilsa Duarte de Andrade; Gisele de Pieri Medeiros; Juliana de Oliveira Martins Cardoso; Michella Vargas Flores; Suzana Felisbino Cardoso.

*Equipe Abrigo Institucional:* Ana Paula Miguel Ross; Mariana Corrêa Freta Milioli; Raquel Xavier; Roberta Fernandes.

*Equipe Programa Bolsa Família e CadÚnico:* Evandro Duarte Guimarães; Gisele Masiero; Marielva da Silva C. Melo.

*Equipe Benefícios Eventuais:* Fabiane Kfoury Palma.

*Representantes Asilo Santa Isabel:* Júlia Figueiredo da Silva; Francine A. de Bona; Ana Cristina Corrêa.

*Representante APAE:* Adriana Soares Duarte.

*Representante Associação de Voluntárias Mamãe e Bebê:* Terezinha de Fátima Araújo Machado.

*Representante Fundação Hermon:* Silmara Nunes Antônio.

## **Sistematização e Redação do Plano**

Luiz Augusto Borges – Psicólogo SMASH

## Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa Político de Santa Catarina.....	17
Figura 2 – Mesorregiões de Santa Catarina. Fonte: Wikipédia, 2017.....	18
Figura 3 – Microrregiões de Santa Catarina.....	18
Figura 4 – SDR's.....	19
Figura 5 – Mapa de Laguna –Regiões e Localidades.....	23
Figura 6 – Pesca com auxílio dos botos -.....	25
Figura 7 – Baleia Franca em Laguna.....	25
Figura 8 - Praia do Mar Grosso.....	26
Figura 9 - Prainha e Farol de Santa Marta.....	27
Figura 10 – PIB, Renda per capita e participação dos setores da economia.....	34
Figura 11 - Mapa Estadual – Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável.....	40
Figura 12 – IDMS de Laguna.....	40
Figura 13 – IDMS – Média Estadual.....	40
Figura 14 – Evolução do IDMS Laguna.....	41
Figura 15 – Evolução do IDMS – Média Estadual.....	41
Figura 16 – Dimensões do IDMS Laguna - 2014.....	41
Figura 17 – Dimensões do IDMS Laguna - 2016.....	41
Figura 18 – Dimensões do IDMS – Média Estadual.....	41
Figura 19 - Detalhamento IDMS Laguna – Dimensão Sociocultural – Parte 1.....	43
Figura 20 - Detalhamento IDMS Laguna – Dimensão Sociocultural – Parte 2.....	44
Figura 21 - Detalhamento IDMS Laguna – Dimensão Saúde – Parte 1.....	45
Figura 22 - Detalhamento IDMS Laguna – Dimensão Saúde – Parte 2.....	46
Figura 23 - Detalhamento IDMS Laguna – Dimensão Cultura – Parte 2.....	47
Figura 24 - Detalhamento IDMS Laguna – Dimensão Economia.....	48
Figura 25 – Programa Bolsa Família – Informações Gerais do Município.....	69
Figura 26 – Beneficiários do BPC e RMV.....	82

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Crescimento populacional.....	28
Gráfico 2 – Crescimento populacional.....	28
Gráfico 3 – Pessoas com 10 anos ou mais ocupadas por posição.....	29
Gráfico 4 – Distribuição de pessoas por classe rendimento.....	29
Gráfico 5 – Renda per capita Laguna.....	34
Gráfico 6 – Percentual de pessoas em situação de pobreza.....	50
Gráfico 7 – Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza.....	50
Gráfico 8 – Soma da renda dos 80% mais pobres x renda dos 20% mais ricos.....	51
Gráfico 9 – Índice de Gini e Índice de Theil - L.....	51
Gráfico 10 – Percentual de mães chefes de família.....	58
Gráfico 11 – População de 15 a 24 anos vulneráveis à pobreza.....	58
Gráfico 12 – Esperança de vida ao nascer.....	59
Gráfico 13 – IDHM Longevidade.....	59
Gráfico 14 - Violações por sexo.....	62
Gráfico 15 – Número de usuários inseridos no SISC em 2017.....	77
Gráfico 16 – Percentual de pessoas com 18 anos ou mais e ensino fundamental completo.....	83
Gráfico 17 – Pessoas com 18 anos ou mais sem ensino fundamental e em ocupação informal.....	84
Gráfico 18 – Percentual de estudantes com idade entre 25 e 29 anos.....	84
Gráfico 19 – Energia Elétrica, coleta de lixo, banheiro e água encanada.....	85
Gráfico 20 – Percentual de pessoas que vivem em domicílios com paredes inadequadas.....	86
Gráfico 21 - Taxa de acompanhamento do PAIF.....	90
Gráfico 22 – Percentual de acompanhamento dos beneficiários do BPC pelo PAIF.....	91
Gráfico 23 – Taxa de acompanhamento dos beneficiários do BPC pelo PAIF.....	92
Gráfico 24 – Metas da Proteção Social Básica – Acompanhamento familiar.....	93
Gráfico 25 – Atendimentos individualizados realizados nos CRAS.....	95
Gráfico 26 – Taxa de inclusão do público prioritário no SISC em 2017.....	97
Gráfico 27 - IDCREAS 2016 – Municípios brasileiros com CREAS.....	102
Gráfico 28 - IDCREAS 2016 – Municípios catarinenses com CREAS.....	102
Gráfico 29 – Taxa de Cadastramento do BPC no CadÚnico.....	114



## Lista de Quadros

Quadro 1 – Órgão Gestor Municipal.....	13
Quadro 2 – Identificação do órgão gestor da Assistência Social.....	13
Quadro 3 – Identificação do Fundo Municipal de Assistência Social.....	13
Quadro 4 – Identificação do Conselho Municipal de Assistência Social.....	14
Quadro 5 – Divisão regional por características das comunidades.....	21
Quadro 6 – Localidades emancipadas – Pescaria Brava.....	21
Quadro 6 - Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações - 2010.....	26
Quadro 7 - Distribuição da população ocupada por seção de atividade- 2010.....	27
Quadro 8 – Movimentação de pessoal – 2007 a 2016.....	28
Quadro 9 – Comparativo de Movimentações - Municípios da Microrregião.....	28
Quadro 10 - Comparativo de Movimentações no ano de 2017.....	28
Quadro 11 – Profissões que mais admitiram - no ano de 2017.....	29
Quadro 12 – Profissões que mais demitiram - no ano de 2017.....	29
Quadro 13 – IDMS outros Municípios.....	33
Quadro 13 – Percentual de vulneráveis à pobreza.....	40
Quadro 13 – Estimativas e Quantitativos de Famílias Cadastradas no CadÚnico.....	43
Quadro 14 - Quantitativo de Pessoas Cadastradas no CadÚnico.....	43
Quadro 15 - Grupos Tradicionais Específicos.....	43
Quadro 16 – Famílias Cadastradas no CadÚnico - Faixa de Renda x Recebe Bolsa Família.....	44
Quadro 17 – Pessoas Cadastradas no CadÚnico - Faixa de Renda x Recebe Bolsa Família.....	45
Quadro 18 – Faixa de Renda e Idade - Quantitativo.....	45
Quadro 19 – Faixa de Renda e Idade - Percentual.....	45
Quadro 20 – Atualização Cadastral CadÚnico.....	46
Quadro 21 – Tempo de Atualização do CadÚnico – Por faixa de renda.....	47
Quadro 22 – Tempo de Atualização do CadÚnico - Percentual.....	47
Quadro 23 – Pessoas Cadastradas no CadÚnico – Deficiência x Renda per capita.....	47
Quadro 24 – CadÚnico - Responsável Familiar.....	48
Quadro 25 – CadÚnico - Cônjuge ou companheiro (a).....	48
Quadro 26 – Homicídio e lesão corporal dolosa.....	51
Quadro 27 - Violência contra as mulheres.....	51
Quadro 28 - Violência doméstica contra as mulheres.....	52
Quadro 29 – Atendimentos pelo PAEFI de mulheres vítimas de violência - por órgão encaminhador.....	52
Quadro 30 - Prisões e apreensões.....	53
Quadro 31 - Violações por faixa etária.....	54
Quadro 32 - Violações por idade.....	54
Quadro 33 - Violações por agente violador.....	54
Quadro 34 - Violações por agente violador II.....	55
Quadro 35 - Direitos Violados - 2017.....	55

Quadro 36 – Unidade Prisional Avançada de Laguna - UPA.....	56
Quadro 37 – PSC e Regime Aberto.....	57
Quadro 38 – Tipos de Benefícios do Programa Bolsa Família.....	58
Quadro 39 – Beneficiários do Programa Bolsa Família.....	59
Quadro 40 - Acompanhamento das condicionalidades.....	60
Quadro 41 – IGDPBF Analítico.....	61
Quadro 42 - Relatório Agregado jan/jun 2017– Registro Mensal de Atendimento CRAS II.....	63
Quadro 43 - Relatório Agregado jan/jun 2017– Registro Mensal de Atendimento CRAS II.....	64
Quadro 44 – Famílias inseridas em acompanhamento.....	65
Quadro 45 - atendimentos Individualizados.....	65
Quadro 46 - Atividades Coletivas PAIF - Pessoas.....	65
Quadro 47 - Atividades Coletivas PAIF - Pessoas.....	66
Quadro 48 – Famílias inseridas em acompanhamentos pelo PAEFI - 2013 a 2017.....	67
Quadro 50 – Acompanhamento de crianças e adolescentes – Jan/Jul 2017.....	68
Quadro 51 – Acompanhamento de idosos pelo PAEFI.....	68
Quadro 52 – Acompanhamento de pessoas com deficiência pelo PAEFI– Jan/Jul 2017.....	69
Quadro 53 – Acompanhamento de pessoas com deficiência pelo PAEFI – Jan/Jul 2017.....	69
Quadro 54 – Acompanhamento de pessoas com deficiência pelo PAEFI – Jan/Jul 2017.....	69
Quadro 56 – Adolescentes inseridos no acompanhamento - MSE 2013 a 2017.....	69
Quadro 57 – Acompanhamentos e atendimentos – Medidas socioeducativas - Jan/Jul 2017.....	69
Quadro 58 – Idosos acolhidos no Asilo Santa Isabel.....	70
Quadro 59 – Idosos acolhidos no Asilo Santa Isabel.....	70
Quadro 60 – Grau de escolaridade das pessoas inscritas no CadÚnico.....	75
Quadro 61 – Existência de banheiro.....	76
Quadro 62 – Calçamento em frente do domicílio.....	76
Quadro 63 – Forma de coleta de lixo.....	77
Quadro 64 – Forma de escoamento sanitário.....	77
Quadro 65 – Material predominantemente no piso do domicílio.....	78
Quadro 67 – IDCRAS – Município de Laguna.....	85
Quadro 68 – Renda familiar per capita – 7 a 15 anos.....	87
Quadro 69 – Renda familiar per capita – 0 a 6 anos.....	88
Quadro 70 – Resumo da Oferta e Demanda para o SCFV.....	88
Quadro 72 – IDCREAS Municipal.....	90
Quadro 72 – Acompanhamento do Plano de Reordenamento do Acolhimento Institucional.....	101
Quadro 74 – BPC na Escola – Relatório Gerencial 2008.....	104
Quadro 75 – BPC na Escola – Relatório Gerencial 2013.....	104
Quadro 76 – BPC na Escola – Relatório Gerencial 2016.....	104
Quadro 77 - Rede Socioassistencial Pública.....	106
Quadro 78 - Rede Socioassistencial Privada.....	106
Quadro 79 – Recursos Humanos – Órgão Gestor SMASH.....	109
Quadro 80 – Benefícios Eventuais.....	110

Quadro 81 – Composição do IGD PBF Municipal.....	112
Quadro 82 – Recursos humanos CRAS.....	114
Quadro 84 – Recursos humanos Abrigo Institucional.....	115
Quadro 84 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 1.....	122
Quadro 85 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 2.....	124
Quadro 86 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 3.....	125
Quadro 87 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 4.....	126
Quadro 88 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 5.....	127
Quadro 89 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 6.....	129
Quadro 90 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 7.....	132
Quadro 91 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 8.....	133
Quadro 92 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 9.....	134
Quadro 93 – Estimativa de Receita do FMAS – PPA Municipal.....	136
Quadro 94 – Resumo da Estimativa de receitas do FNAS – PPA Municipal.....	137
Quadro 95 – Estimativa de recursos para a Assistência Social.....	137
Quadro 96 - Ferramentas Informacionais do MDS.....	139

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Acompanhar pelo PAIF as famílias registradas no CADÚNICO.....	80
Tabela 2 – Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros integrantes do BPC.....	81
Tabela 3 - Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do PBF.....	82
Tabela 4 – Atendimento pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	89
Tabela 5 – Identificação e Cadastramento de famílias em situação de do Trabalho Infantil.....	92
Tabela 6 – Cadastramento da População de Rua.....	94
Tabela 7 - Reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes.....	98
Tabela 8 - Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico.....	101



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
INTRODUÇÃO AO PMAS E AO SUAS.....	11
ASPECTOS NORMATIVOS E TÉCNICOS DO PLANO.....	12
<b>1 IDENTIFICAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL.....</b>	<b>15</b>
2.1 VARIÁVEIS E INDICADORES DE CONTEXTO.....	16
2.1.1 Localização e Centralidade Regional.....	16
2.1.2 Aspectos Históricos e Culturais.....	18
2.1.3 Demografia e Ocupação do Solo.....	20
2.1.4 Aspectos climáticos e geográficos.....	21
2.1.5 Aspectos demográficos.....	24
2.1.6 Trabalho e Renda.....	25
2.1.7 Índice de Desenvolvimento Municipal.....	31
2.2 VARIÁVEIS E INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA POTENCIAL PARA OS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	40
2.2.1 Demanda Potencial para a Proteção Social Básica.....	40
2.2.2 Violências e violações.....	51
2.3 – VARIÁVEIS E INDICADORES RELATIVOS À ESTRUTURA DE OFERTA DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	58
2.3.1 Programa Bolsa Família.....	58
2.3.2 Proteção Social Básica.....	62
2.3.3 Proteção Social Especial.....	67
2.3.4 Benefícios Eventuais e BPC.....	71
2.4 – VARIÁVEIS E INDICADORES RELATIVOS À ESTRUTURA DE OFERTA DAS DEMAIS POLÍTICAS, EXCLUSIVAMENTE NO QUE SE REFERE AOS PONTOS DE CONTATO E DE COMPLEMENTARIDADE ENTRE ESTAS E A ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	72
2.4.2 Educação.....	72
2.4.3 Habitação.....	75
2.5 - INDICADORES QUE CORRELACIONEM DEMANDA E OFERTA, SEGUNDO OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS TIPIFICADOS E, EVENTUALMENTE PÚBLICOS ESPECÍFICOS:.....	79
2.5.1 Cobertura da Proteção Social Básica.....	79
2.5.2 Cobertura da Proteção Social Especial de Média Complexidade.....	89
2.5.3 Cobertura da Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.....	97
2.5.4 Cobertura de Benefícios.....	101
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL.....</b>	<b>106</b>
3.1 ÓRGÃO GESTOR - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	107
3.1.1 Gestão.....	109

3.1.2 Atendimento Social – Benefícios Eventuais.....	110
3.1.3 Secretaria Executiva do CMAS.....	111
3.1.4 Programa Bolsa Família e CadÚnico.....	111
<b>3.2 UNIDADES PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>113</b>
3.2.1 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS I e CRAS II.....	113
3.2.2 Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.....	114
3.2.3 Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio.....	114
<b>3.3 ENTIDADES PRIVADAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>115</b>
3.3.1 ACUSTRA.....	115
3.3.2 APAE.....	116
3.3.3 Asilo Santa Isabel.....	117
3.3.4 Centro de Ensino Hermon.....	118
3.3.5 Associação de Voluntárias Mamãe e Bebê.....	118
<b>6 DIRETRIZES.....</b>	<b>120</b>
<b>7 OBJETIVOS.....</b>	<b>121</b>
7.1 OBJETIVO GERAL.....	121
7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	121
<b>8 PRIORIDADES, METAS, RESULTADOS, AÇÕES, CRONOGRAMA E FINANCIAMENTO....</b>	<b>122</b>
<b>9 MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO.....</b>	<b>135</b>
<b>10 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....</b>	<b>138</b>
10.1 SISTEMA DE INFORMAÇÃO.....	139
10.2 SISTEMA DE MONITORAMENTO.....	140
10.3 SISTEMA DE AVALIAÇÃO.....	140
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>142</b>

# APRESENTAÇÃO

## INTRODUÇÃO AO PMAS E AO SUAS

O Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2014-2017 é um instrumento de planejamento e gestão que vem organizar e consolidar a execução da Política Municipal de Assistência Social. No PMAS são estabelecidas as diretrizes, objetivos, prioridades, metas e ações estratégicas da Política de Assistência Social para um período de quatro anos, compreendidos entre o segundo ano do mandato atual e o primeiro ano do mandato subsequente.

Trata-se de um documento indispensável à execução da Política de Assistência Social em todos os níveis de governo, sendo legalmente amparado pela CF - Constituição Federal de 1988, LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, além de outras legislações e normatizações da área.

Mais que um plano, o PMAS é uma importante ferramenta de gestão que articula e congrega aspectos políticos, estratégicos, táticos, técnicos e financeiros, cujos elementos consoam com os Planos, legislações e normativas do SUAS, Plano Plurianual e Plano Diretor.

O Plano, portanto, é instrumento de um processo, não um fim em si mesmo. A elaboração do Plano ganhará relevância política se for capaz de: • fomentar o debate sobre o campo de ação da assistência social; • produzir dados consistentes sobre as necessidades sociais individuais e coletivas dos grupos aos quais se dirige; • colocar em questão a natureza e o alcance social das ações nessa área; • conduzir os gestores da assistência social a inseri-la na agenda pública local.<sup>1</sup>

Ou seja, além do planejamento para o próximo quadriênio, o PMAS 2014/2017 de Laguna busca o esclarecimento e a conscientização dos diversos atores envolvidos, fomentando o debate sobre a importância da implementação da Política Municipal de Assistência Social no município, adequada as legislações, normatizações e orientações do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social e de outros órgãos de deliberação e pactuação.

Pode-se afirmar, portanto, que o PMAS 2014/2017 é um instrumento de materialização da Política de Assistência Social a partir da definição de diretrizes, objetivos, ações e metas para o período, dentro de uma ótica de planejamento a médio e longo prazo, que traga visibilidade e compreensão da realidade física, humana, técnica e financeira da Assistência Social no município.

---

<sup>1</sup> Capacita Suas vol. 3, p. 6.

## ASPECTOS NORMATIVOS E TÉCNICOS DO PLANO

Na texto da Constituição de 1988, a Constituição “Cidadã”, a Assistência Social é elevada ao *status* de política pública, passando a compor, junto com a Saúde e Previdência Social, o “Tripé da Seguridade Social”. Todavia, ainda que na Constituição estivessem previstos amplos direitos sociais e socioassistenciais, ainda era necessária a regulamentação e o ordenamento da Assistência Social.

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, promulgada em 1993, vem regulamentar a Assistência Social enquanto política pública, estabelecendo normas e critérios para sua organização. A LOAS “[...] estabelece um novo desenho institucional, com comando único, conselhos paritários de gestão e fundos financeiros em cada instância de governo, colocando os Planos de Assistência Social – PAS - como instrumentos impulsionadores de novas e planejadas práticas interventivas.”<sup>2</sup>

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33/2012, em seu Capítulo III, art. 18, define os Planos de Assistência Social como “[...] instrumentos de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS.”<sup>3</sup> Além de instrumento de planejamento importante para a Política de Assistência Social, a existência de Planos Municipais de Assistência Social passa a ser condição para o repasse de recursos aos municípios.

A NOB/SUAS define ainda qual a estrutura do PMAS, que deve possuir, minimamente:

- I - diagnóstico socioterritorial;
- II - objetivos gerais e específicos;
- III - diretrizes e prioridades deliberadas;
- IV - ações e estratégias correspondentes para sua implementação;
- V - metas estabelecidas;
- VI - resultados e impactos esperados;
- VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII - mecanismos e fontes de financiamento;
- IX - cobertura da rede prestadora de serviços;
- X - indicadores de monitoramento e avaliação;
- XI - espaço temporal de execução.

Quanto ao conteúdo do PMAS, a NOB/SUAS destaca que deve-se considerar:

- as deliberações da conferência;
- as metas nacionais e estaduais pactuadas;
- ações articuladas e intersetoriais;
- ações de apoio à gestão descentralizada, compreendidas como apoio à capacitação, elaboração de normas e instrumentos, publicação de material, assessoramento e incentivo financeiro.

Neste sentido, o PMAS de Laguna tem a tarefa de assimilar e traduzir os avanços ocorridos nos últimos 4 anos no cenário nacional, estadual e regional da Política de Assistência Social, ordenando e projetando o município a processos e resultados mais eficientes, eficazes e efetivos para o próximo quadriênio. Em resumo, o PMAS se propõe a estabelecer e consolidar uma cultura de diagnóstico e planejamento para a Política Municipal de Assistência Social e para todos os atores que à compõem.

---

<sup>2</sup> Capacita Suas vol. 3, p. 6.

<sup>3</sup> Resolução CNAS nº 33, de 18 de dezembro de 2012 (NOB/SUAS 2012).

## 1 IDENTIFICAÇÃO

Quadro 1 – Órgão Gestor Municipal

<b>Órgão/Município</b> Prefeitura Municipal de Laguna/SC		<b>UF</b> SC	<b>Porte Municipal</b> Pequeno Porte II	<b>CNPJ</b> 82.928.706/0001-82
<b>Endereço</b> Rua Voluntário Carpes, 155			<b>Bairro</b> Centro	<b>Município/UF</b> Laguna/SC
<b>DDD/Telefone</b> (48) 3644.0401	<b>Site</b> <a href="http://www.laguna.sc.gov.br">www.laguna.sc.gov.br</a>		<b>Email</b> assgabinete@laguna.sc.gov.br	
<b>Nome do Gestor Municipal</b> Mauro Vargas Candemil			<b>Período de Gestão</b> 2017 - 2020	
<b>Orçamento PPA Municipal 2014 - 2017</b> R\$ 506.467.340,62 (quinhentos e seis milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, trezentos e quarenta reais e sessenta e dois centavos)				

Quadro 2 – Identificação do órgão gestor da Assistência Social

<b>Órgão Gestor</b> Secretaria Municipal de Assistência Social			<b>CNPJ</b> 82.928.706/0001-82	
<b>Endereço</b> Av. Colombo Machado Salles, 145 – 1º andar – CC Tordesilhas			<b>Bairro</b> Centro	<b>Município/UF</b> Laguna/SC
<b>DDD/Telefone</b> (48) 3644.4947	<b>Site</b> <a href="http://www.laguna.sc.gov.br">www.laguna.sc.gov.br</a>		<b>Email</b> asssocial@laguna.sc.gov.br	
<b>Nome do Gestor</b> Maria de Fátima F. Duarte	<b>Cargo/Função</b> Secretária Municipal		<b>CPF</b> 764.362.259-00	
<b>Recursos previstos no PPA Municipal 2014 – 2017</b> R\$ 10.260.000,00 (dez milhões e duzentos e sessenta mil reais)				

Quadro 3 – Identificação do Fundo Municipal de Assistência Social

<b>Lei de Criação do FMAS</b> Lei 0478 de 26.08.1996		<b>CNPJ</b> 01.824.828/0001-27
<b>Gestor do FMAS</b> Maria de Fátima Figueiredo Duarte	<b>Cargo/Função</b> Secretária Municipal de Assistência Social	
<b>Gestor Financeiro</b> Fabrício R. Leite	<b>Cargo/Função</b> Contador – Prefeitura de Laguna	
<b>Recursos previstos no PPA Municipal 2014 – 2017</b> R\$ 4.981.952,52 (quatro milhões, novecentos e oitenta e um mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).		

Quadro 4 – Identificação do Conselho Municipal de Assistência Social

<b>Lei/Data de criação do CMAS</b> Lei Municipal Nº 478 de 26 de agosto de 1996.		<b>Resolução que aprova o Regimento Interno</b> 009/2013	
<b>Endereço</b> Av. Calistrato Muller Salles, 145		<b>Bairro</b> Centro	<b>Município/UF</b> Laguna/SC
<b>DDD/Telefone</b> (48) 3644.8761	<b>Site</b> www.laguna.sc.gov.br	<b>Email</b> cmas@laguna.sc.gov.br	
<b>Secretária Executiva</b> Camila Bianca dos Reis		<b>Formação</b> Ciências Sociais	<b>Matrícula</b> 5574/01
<b>Composição do CMAS</b>			
<b>Nome</b>	<b>Representação</b>	<b>Função</b>	<b>Órgão / Instituição</b>
Silmara Nunes Antônio	Entidades	Titular	Fundação Hermon
Guilherme da Silva Rita	Entidades	Suplente	
Adriana Soares Duarte	Entidades	Titular	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Samira dos Santos Pereira	Entidades	Suplente	
Dalva de Oliveira Primo	Entidades	Titular	Asilo Santa Isabel
Marcelle da Silva Santana Santos	Entidades	Suplente	
Marielva da Silva Custódio de Melo	Trabalhadores	Titular	Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS - FMTSUAS
Silvio Cardoso	Trabalhadores	Titular	
Fabiane Kfoury Palma	Trabalhadores	Suplente	
Marcos da Silva Moreira	Trabalhadores	Suplente	
Maria da Graça Damiani José	Usuários	Titular	Usuário – Asilo Santa Isabel
Giovana Remor Marega	Governamental	Titular	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
Álvaro Fermiano de Souza	Governamental	Suplente	
Natacha Eulipia	Governamental	Titular	Fundação Irmã Vera
Danilo Squizzato	Governamental	Suplente	
Elizabeth Guterro Flor	Governamental	Titular	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Desenvolv. Econômico e Social
Laércio Freitas	Governamental	Suplente	
Maria Ivone da Rosa Kileng Pereira	Governamental	Titular	Secretaria Municipal de Saúde
Gisele Mendonça	Governamental	Suplente	
Gustavo Ramos Santana	Governamental	Presidente	Procuradoria-Geral do Município
Ilmara Aparecida Fretta	Governamental	Suplente	
Carlos Felipe Schimidt	Governamental	Titular	Secretaria Municipal de Educação



## 2 DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Conforme previsto na NOB/SUAS 2012, o diagnóstico socioterritorial é a primeira etapa na elaboração do PMAS, na qual se busca realizar uma leitura da oferta e demanda, para que se possa estimar com precisão os objetivos, prioridades e ações necessárias para o aprimoramento do SUAS e a qualificação do atendimento à população usuária. Sua elaboração deve ser contínua e participativa e envolve informações de diversos aspectos da realidade dos usuários, muitos vinculados às ouryas

Art. 21. A realização de diagnóstico socioterritorial requer: I - processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios, acompanhado da interpretação e análise da realidade socioterritorial e das demandas sociais que estão em constante mutação, estabelecendo relações e avaliações de resultados e de impacto das ações planejadas; II - identificação da rede socioassistencial disponível no território, bem como de outras políticas públicas, com a finalidade de planejar a articulação das ações em resposta às demandas identificadas e a implantação de serviços e equipamentos necessários; III - reconhecimento da oferta e da demanda por serviços socioassistenciais e definição de territórios prioritários para a atuação da política de assistência social; IV - utilização de dados territorializados disponíveis nos sistemas oficiais de informações.<sup>4</sup>

Nesse sentido, o presente capítulo, reservado ao Diagnóstico Socioterritorial, é composto pela exposição, descrição e análise de dados qualitativos, variáveis e indicadores relativos à demanda potencial e à oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. O principal objetivo é fornecer subsídios para definição dos objetivos, prioridades, metas e ações estratégicas necessárias para o aprimoramento e consolidação da Política de Assistência Social no município.

O processo de elaboração deste Diagnóstico envolveu quatro etapas:

1. Redação do Diagnóstico preliminar a partir de bases de dados secundárias (IBGE, PNUD, MDS/SAGI, IPEA, FECAM, SSP/SC, SIPIA e outras bases);
2. Apresentação e debate coletivo com os trabalhadores da rede pública e privada do SUAS;
3. Coleta de dados a partir de fontes primárias;
4. Sistematização dos dados, análise e redação;

Quanto a estrutura de apresentação, este Diagnóstico foi subdividido em cinco subcapítulos, conforme segue abaixo:

- 2.1 – Variáveis e indicadores de contexto;
- 2.2 – Variáveis e indicadores de caracterização da demanda potencial para os serviços e benefícios de assistência social;
- 2.3 – Variáveis e indicadores relativos à estrutura de oferta dos serviços e benefícios de assistência social;
- 2.4 – Variáveis e indicadores relativos à estrutura de oferta das demais políticas, exclusivamente no que se refere aos pontos de contato e de complementaridade entre estas e a assistência social;
- 2.5 - Indicadores que correlacionem demanda e oferta, segundo os serviços socioassistenciais tipificados e, eventualmente públicos específicos.

---

4 NOB/SUAS 2012.

## 2.1 VARIÁVEIS E INDICADORES DE CONTEXTO

### 2.1.1 Localização e Centralidade Regional

Laguna está localizada na região Sul de Santa Catarina, cerca de 120 km ao sul da capital Florianópolis e aproximadamente 90 km à nordeste de Criciúma, polo econômico da Região Sul Estado. Perpassada pela BR 101, que percorre cerca de 12 estados brasileiros, o município integra-se a outras regiões do país, sendo rota direta e destino para o transporte de cargas e passageiros desde o Rio Grande do Sul até alguns estados do Nordeste.

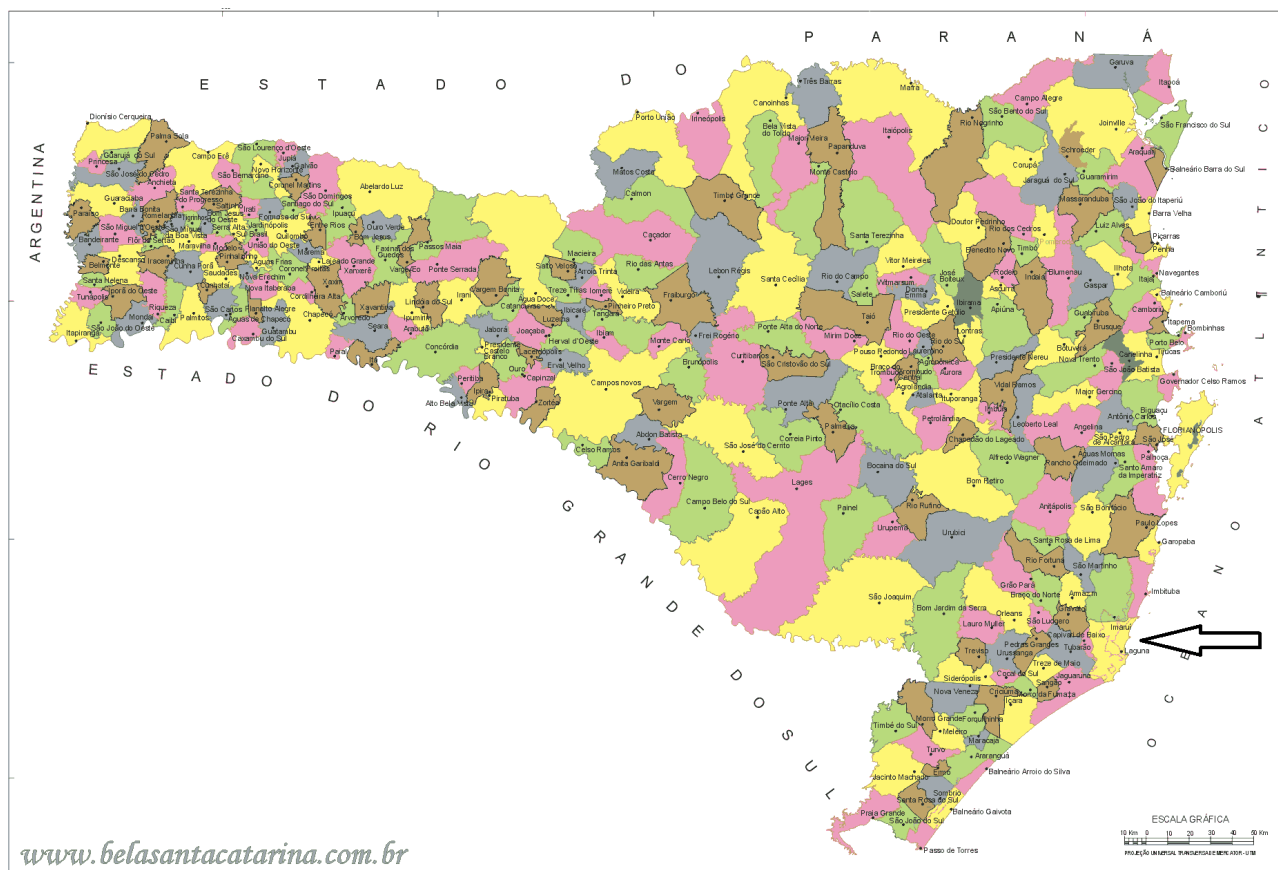


Figura 1 – Mapa Político de Santa Catarina  
Fonte: <http://www.infoescola.com/mapas/mapa-politico-de-santa-catarina/>

Embora já tenha sido considerada um dos centros econômicos e culturais da região sul do país, atualmente, de acordo com Consórcio Hardt-Engemin (2010), Laguna não possui mais qualquer centralidade, ou seja, não possui influência significativa sobre os municípios da região, sendo influenciada pelo município vizinho de Tubarão.

De acordo com IPEA (2000) e IBGE (2008a), “Laguna, cuja classificação estava enquadrada na classe de centro sub-regional em 1966, não aparece no atual quadro de centros, tendo sido, em virtude de mudanças no cenário regional, como sendo um centro local sob influência das cidades de Tubarão e Imbituba, esta última, por sua vez, exerce influência sobre as cidades de Garopaba e Imaruí, tendo sido classificada como centro sub-regional [...]”<sup>5</sup>

5 Consórcio HARDT-ENGEMIN, 2010, p. 39.

Conforme disposto na Constituição Federal de 1988, além do território brasileiro dividir-se em Estados da Federação, dentro de cada estado devem ser definidas subdivisões denominadas mesorregiões, que agrupam os municípios visando descentralizar a atuação do governo e favorecer a integração intermunicipal.

Em Santa Catarina, as mesorregiões são divididas em número de seis, e **Laguna**, insere-se na região denominada **Sul Catarinense**, identificada no mapa com a **letra 5**.

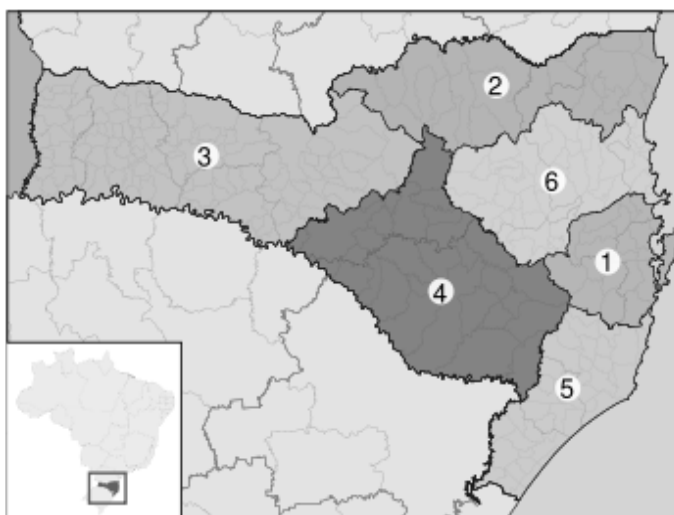


Figura 2 – Mesorregiões de Santa Catarina. Fonte: Wikipédia, 2017.

A mesorregião Sul Catarinense é formada por 46 municípios, sendo ainda subdividida por 3 (três) microrregiões, a de Tubarão, Criciúma e Araranguá.

As microrregiões, conforme o nome indica, são subdivisões ainda menores que compõem as mesorregiões trazendo ainda mais descentralização e proporcionando o agrupamento de municípios com características e interesses comuns. Conforme a Constituição Federal de 1988, uma microrregião é um agrupamento de municípios limítrofes, sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

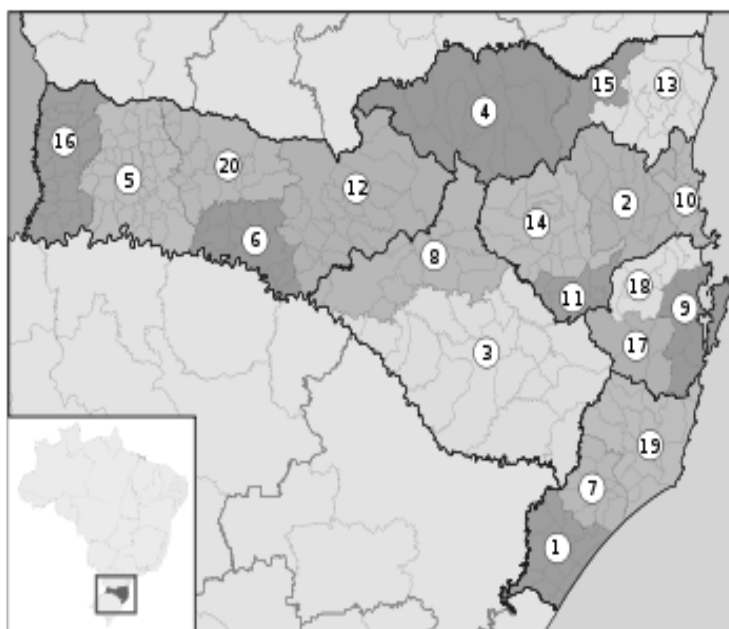


Figura 3 – Microrregiões de Santa Catarina  
Fonte: Wikipédia, 2017.

Neste cenário, **Laguna** pertence à **microrregião de Tubarão**, indicada no mapa acima pelo número **19**, que abrange os municípios que compõem a AMUREL, Associação de Municípios da Região de Laguna, formada por 20 municípios, sendo eles: Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio, Tubarão e Laguna.

Outra subdivisão existente foi instituída no ano de 2003, onde o Estado de Santa Catarina, vislumbra uma nova organização regional, propondo um recorte mais específico para desenvolvimento regional visando direcionar as ações para o real atendimento das necessidades regionais. No comando de toda essa estrutura, o governo central vai apenas focar esse processo no rumo do equilíbrio social, da sustentabilidade objetivando a aproximação as peculiaridades locais, configurada inicialmente na Lei Complementar nº 243/2003.

Neste marco regulatório o Governo do Estado cria trinta e seis SDR's objetivando descentralizar a máquina pública e favorecer o desenvolvimento em todas as regiões. Deste modo, o município de Laguna, com Imituba, Garopaba, Imaruí e Paulo Lopes passaram a compor a 19ª SDR – Laguna, com sede no município.

No ano de 2015, por meio da Lei 16.795/2015, o Governo Estadual transforma as Secretarias de Desenvolvimento Regional em Agências de Desenvolvimento Regional, reduzindo estruturas, extinguindo cargos, porém, mantendo o número de agências.

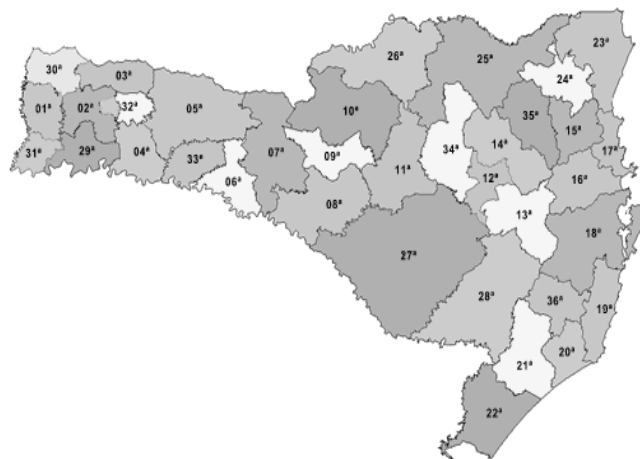


Figura 4 – SDR's  
Fonte: Wikipédia, 2017.

### 2.1.2 Aspectos Históricos e Culturais

Os sambaquis (sítios arqueológicos indígenas) existentes em Laguna, indicam a existência da índios Carijós e Tupi-Guarani desde a pré-história. De acordo com Hardt-Engemin (2010), o Tratado de Tordesilhas (linha imaginária instituída em 1494,) que dividia a “propriedade” do território brasileiro entre Espanha e Portugal, passava por Laguna, no sul, e Marajó, no norte.

A escolha do local onde hoje se encontra o Centro Histórico não aconteceu por acaso. Entre os critérios para escolha, estão a existência de um porto natural protegido dos ventos, uma faixa de terra plana, junto à lagoa, permitindo a edificação de uma vila com abastecimento fácil de água e a posição geográfica estratégica sobre a imaginária linha do Tratado de Tordesilhas, de modo a permitir os limites ao sul do território português.

Segundo IBGE (2008), existem divergências com relação à data de fundação da Vila de Santo Antonio dos Anjos de Laguna, mais tarde município de Laguna. A população cresceu com a imigração proveniente da ilha de Santa Catarina, atual Florianópolis, e com o avanço da pecuária em direção ao sul do país. Em 1714, o governador do Rio de Janeiro, D. Francisco de Távora, pretendendo dar maior expansão aos trabalhos no sul e prevendo a possibilidade de novas campanhas, elevou a povoação a Município.

A instalação da vila verificou-se a 20 de janeiro de 1720. Especialmente com a chegada de portugueses e paulistas, Laguna foi adquirindo importância, para isso contribuindo também a descoberta de novos caminhos para os campos sulinos.

Durante a Guerra dos Farrapos o Município foi invadido pelas tropas revolucionárias, fato histórico importante ocorrido em Laguna em 29 de julho de 1839, dando origem à República Catarinense, também conhecida como República Juliana. Teve curta duração, permanecendo somente até o dia 15 de novembro do mesmo ano. As forças imperiais logo retomaram o território, porém, este fato permanece como exemplo da cultura e ideais do povo lagunense em defesa de justiça e igualdade.

O município possui também uma tradição de pesca artesanal de peixes e crustáceos, com destaque para a tainha e o camarão, pescados com rede. É comum que os pescadores utilizem a rede conhecida como “aviãozinho” como arte de pesca para a captura do camarão, propícia à baixa profundidade das lagoas, inferior a dois metros. A baixa profundidade, por outro lado, favorece o

desenvolvimento do camarão. A técnica utiliza redes com argolas e luz à bateria, para atrair o crustáceo. À noite, as lagoas são cobertas de luzes, semelhante a uma cidade iluminada, proporcionando um espetáculo aos visitantes. No Canal de Laranjeiras, na lagoa Santo Antônio, com cinco metros de profundidade a captura deve ser feita com tarrafas e somente por pescadores artesanais profissionais. No período de 15 de julho a 15 de novembro, ocorre o defeso do camarão e reprodução do crustáceo, a pesca é proibida no complexo lagunar proporcionando um período de preservação ao ecossistema.

Laguna possui um núcleo histórico com ruas estreitas e aconchegantes dividindo espaço com moradores locais e alunos, das mais diversas regiões do país, dos cursos de arquitetura. Por esse percurso, os turistas e moradores podem desfrutar de edificações com arquitetura variada passando por exemplar luso-brasileiro, com art déco, pós modernismo entre outros.

Os estilos se materializam na Casa da rua do Rincão, casa onde Anita Garibaldi, nossa heroína viveu com sua família; casa Pinto D'Ulisséa do ano de 1866, réplica de uma quinta portuguesa, totalmente revestida com azulejos importados de Portugal; Fonte da Carioca conhecida fonte dos namorados e da juventude, que segundo os moradores enfeitiça com o poder cristalino de suas águas quem dela bebe, trazendo o poder da juventude eterna e a certeza de volta à histórica Laguna. Segundo historiadores foi a água desta fonte, que nasce da terra, quem motivou a localização da cidade por seu fundador. Construída em 1863, foi ampliada em 1906 e restaurada em 1990. Até hoje a população se abastece desta água para beber. Seus tanques, revestidos de mármore Carrara deixam a água fresca, gelada e saborosa; Casa de Anita, onde a guerreira de dois mundos se vestiu de noiva para o seu primeiro casamento; Igreja Matriz Santo Antônio dos Anjos construída pelo fundador Domingos de Brito Peixoto, em 1696, trouxe consigo uma pequena imagem do "santo casamenteiro" - Santo Antônio, assim como a famosa obra do pintor catarinense Victor Meirelles, (Imaculada Conceição - "La Madonna" - Roma: 1856); ainda o Museu de Anita, data de 1735, primeira edificação construída para a fundação da Vila.

Laguna tem ainda como forte atrativo a circulação turística o Marco de Tordesilhas, que a 7 de Junho de 1494, foi assinado entre Portugal e Espanha onde fixava uma linha divisória a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, passando ao norte no Pará e ao sul em Laguna. Já descendo para a parte litorânea ao alto do Morro da Glória encontra-se o Mirante de Nossa Senhora da Glória, onde pode se avistar do alto do morro, a divisão do centro histórico e o Mar Grosso, à beira mar; a Pedra do Frade, localizada na extremidade da Praia do Gi, desafia a lei da gravidade ao sustentar-se sobre uma superfície inclinada com seus nove metros de altura e cinco metros de diâmetro, em sua formação rochosa.

Com todas estas características somadas ao potencial balneário, já citado acima, Laguna detém uma vocação turística nata, sendo um dos setores da econômica com maior potencial, porém ainda não estável considerando os atrativos turísticos sazonais, tendo seu auge nos períodos de veraneio e férias familiares.

### 2.1.3 Demografia e Ocupação do Solo

O mapa abaixo, ilustra os bairros e comunidades do município, incluindo o Distrito de Pescaria Brava, elevado à categoria de município no ano de 2012. O uso e ocupação do solo são matérias destacadas na Lei Orgânica do Município (015/2009) em seu Título IV, que versa sobre o Desenvolvimento do Município, com ênfase dada nos artigos 96 ao 158 onde fala sobre a política urbana.

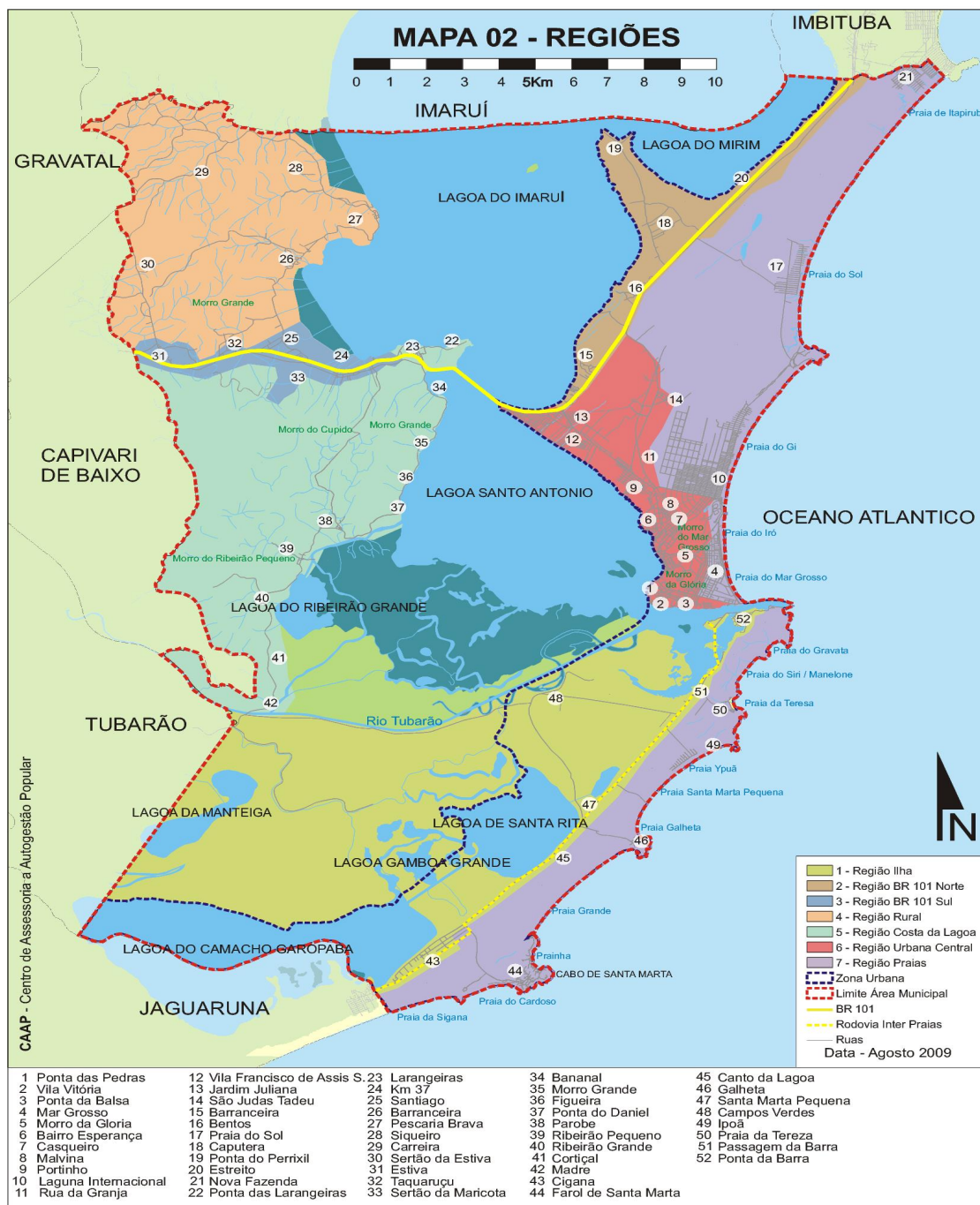


Figura 5 – Mapa de Laguna –Regiões e Localidades.  
Fonte: CAAP, 2010.

No município, há uma organização e divisão urbana bem delimitada na lei municipal que institui o Plano Diretor, que tem como objetivo primordial ordenar o desenvolvimento das cidades, dentro de uma perspectiva de cidade coletivamente construída e tendo como princípios uma melhor qualidade de vida e a preservação dos recursos naturais (Constituição Federal 1988, art. 182 e 183), tudo isso ratificado pelo



Estatuto das Cidades que traz o princípio de função social da propriedade urbana, onde o direito de propriedade sobre determinada fração do solo municipal estará condicionado ao cumprimento de função social.<sup>6</sup>

No ano de 2013, houve a emancipação de um dos distritos de Laguna, denominado Pescaria Brava, e nesse sentido, é importante destacar, que o mapa acima foi elaborado ainda em 2010, não contemplando assim a emancipação do distrito de Pescaria Brava ocorrida em 2013. Observando o mapa acima, verifica-se que as Região 3 (BR 101 Sul) e a Região 4 (Rural) foram emancipadas, compondo o município de Pescaria Brava, compreendendo as localidades identificadas entre 22 e 33. Deste modo, o município passou a contar com 40 localidades distribuídas em 5 regiões, conforme indica o quadro abaixo:

Quadro 5 – Divisão regional por características das comunidades

Região	Comunidades
Ilha	Ponta da Barra, Passagem da Barra, Campos Verdes, Vila Santos, Ilhota, Santa Marta Pequena, Canto da Lagoa e Cigana.
Br 101 - Norte	Barranceira, Bentos, Caputera, Perrixil, Estreito e Nova Fazenda
Costa da Lagoa	Ponta das Laranjeiras, Bananal, Morro Grande, Figueira, Ponta do Daniel, Parobé, Ribeirão Pequeno, Ribeirão Grande e Madre
Urbana Central	Centro, Morro da Glória, Magalhães, Ponta das Pedras, Vila Vitória, Navegantes, Campo de Fora, Progresso, Esperança, Portinho, Barbacena, Mato Alto, Vila Juliana, e Cabeçuda
Praias	Sul – Praia da Tereza, Praia Ypoã, Praia Galheta e Praia Farol de Santa Marta, Praia do Cardoso, e Norte – Mar Grosso, Praia do Gi, Praia do Sol, Praia de Itapirubá Sul

Fonte: Plano Municipal de Habitação. PMHS, 2009.

Por sua vez, o novo município de Pescaria Brava passou a contar com 12 localidades:

Quadro 6 – Localidades emancipadas – Pescaria Brava

Barreiros	Pescaria Brava	Siqueiro
Carreira do Siqueiro	Pontinha das Laranjeiras	Taquaruçu
Estiva	Santiago	Varginha
Estreito	Sertão da Estiva	Laranjeiras
Km 37	Sertão da Maricota	Sertão de Cima

Fonte: Prefeitura Municipal de Laguna - PML, 2013.

### 2.1.4 Aspectos climáticos e geográficos

Segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, Laguna apresenta clima mesotérmico úmido com uma temperatura média que varia entre 18°C e 30°C. Cidade histórica e praiana, com esse clima confortável acaba por ter uma temporada de veraneio atraente e um carnaval considerado o melhor do sul do País.

Laguna apresenta diversas e lindas praias com destaque para a do Mar Grosso. A praia do GI e de Itapirubá destacam-se pelas dunas e preservação da natureza. O Farol de Santa Marta, localizado na Prainha do Farol, é considerado o maior das Américas e, mundialmente, o segundo em alcance. A praia dos Molhes é o local favorito para a prática do surfe e da pesca. Suas águas apresentam temperatura mais amena devido a corrente marítima do Atlântico Sul. Normalmente observam-se pinguins chegando as praias no verão e outono.

6 (Lei Municipal nº 10.257/2001)

O Canal do Molhes ou Molhes é o local onde pescadores e botos trabalham juntos na captura de peixes, especialmente a tainha nos meses mais frios. Esta característica, pesca com o auxílio dos botos, caracteriza-se como uma cooperação que, além de no Brasil, só acontece na Mauritânia, na África.

A cooperação é um fenômeno que enche os olhos dos turistas e as redes dos pescadores artesanais da região, atraindo ainda inúmeros estudos e uma legião de cientistas.



Figura 6 – Pesca com auxílio dos botos -  
Fonte: educantur.com.br, Acesso em 2013

O termo "pesca cooperativa" foi batizado, deste modo, pelos pesquisadores da área. A interação entre homem e animal, é uma tradição de Laguna, onde há depoimentos que "remontam ao século passado", conforme o biólogo Paulo César Simões-Lopes, da Universidade Federal de Santa Catarina. Ele passou mais de um ano na cidade estudando o comportamento dos botos, o que resultou numa tese de doutorado. "Só há coisa ligeiramente semelhante no Rio Grande do Sul e na África." Mesmo assim, nada com a intensidade e beleza reveladas no litoral catarinense.

[...] Em Laguna, os golfinhos costumam ficar passeando pelo canal que liga a Lagoa de Santo Antônio ao mar aberto. Os pescadores preparam suas tarrafas (uma espécie de rede circular, de mais ou menos 3 metros de diâmetro) e colocam-se à beira do canal, a pé ou de canoa, dependendo da maré. Ao perceber a presença dos humanos, os golfinhos passam a cercar os cardumes que entram e saem da Lagoa, sobretudo as tainhas, e os afugentam na direção dos pescadores. Os peixes que escapam das redes viram presa fácil e vão parar no estômago dos botos.<sup>7</sup>

Laguna foi abençoada ainda, no aspecto recortes litorâneos contando com inúmeras praias, algumas ainda preservadas, tendo seus acessos somente por meio de caminhadas. Todo este recorte litorâneo mesclado por águas de correntes frias a morna acabam por atrair outra espécie que engrandece nosso litoral, as baleias francas, a espécie chega a medir 18 metros de comprimento e pesar até 60 toneladas.

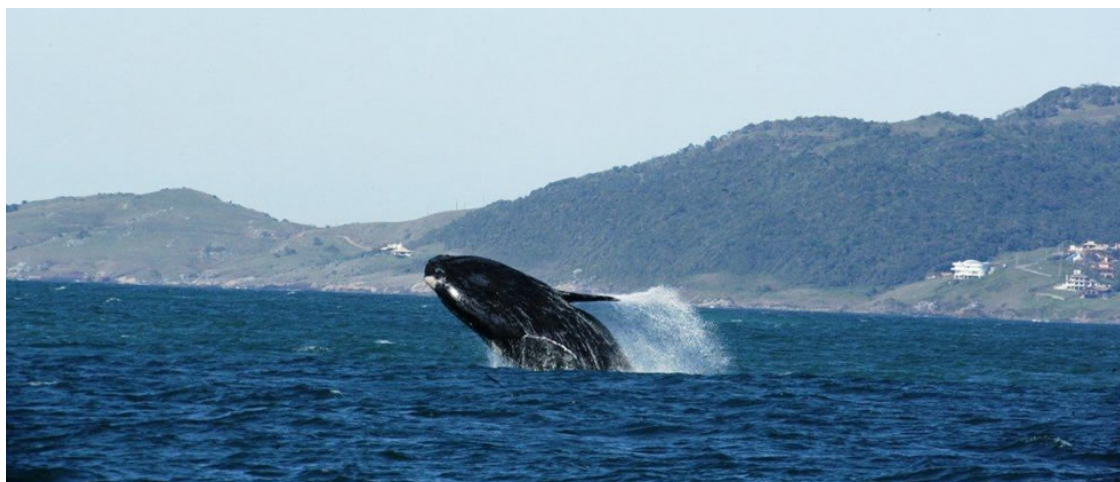


Figura 7 – Baleia Franca em Laguna  
Fonte: anda.jor.br, acesso em 13.11.2013.

---

7 (D'Amaro, 2012).

Nos meses de julho a novembro há intensa visita desses nobres visitantes, onde em setembro tem-se o auge da reprodução. Ainda de acordo com D'Amaro, 2012, "Nesta época do ano, o cetáceo sai da Antártida à procura de águas mais quentes no litoral sul para acasalar, dar à luz e amamentar os seus filhotes. Embarcações fazem o passeio de observação [...]" Depois da temporada de reprodução, as baleias retornam com seus filhotes para os mares frios ao redor de Antártida, executando uma viagem de mais ou menos 3.000 Km.

Por seu clima ameno durante o ano inteiro e com praias localizadas nos mais diversos pontos do município acaba por atrair número considerável de turistas o que movimenta a economia de uma forma sazonal.

Contando para esse movimento com atrações que se caracterizam por praias extensas como a de Itapirubá com seus 12 Km de extensão, a do Mar Grosso com 3 Km, o do Gi, a da Tereza distante três quilômetros da balsa, é excelente para os que desejam momentos de descanso à beira mar, a da Galheta, praia nativa com acesso rústico ideal para quem procura paz e harmonia com a natureza sendo bem procurada por surfistas.



Figura 8 - Praia do Mar Grosso

Fonte: artesremor.blogspot.com, Acesso 13.11.2013

A praia do Farol também identificada como prainha é conhecida internacionalmente graças à presença do Farol de Santa Marta destaque pelo seu alcance de sinalização, assim como a praia do Sol, do Iró, dos Molhes da Barra, do Seis, do Tamborete, a do Maneloni, do Ypuã, Grande, da Cigana, da Cabeçuda e do Gravatá que tem o seu destaque por ter sido eleita uma das 50 praias agrestes do mundo, pesquisa realizada por um Instituto da Inglaterra,



Figura 9 - Prainha e Farol de Santa Marta

Fonte: guiadepraias.com.br, Acesso em 13.11.2013.

Há ainda o carnaval, Seu dividido entre as escolas de samba e blocos carnavalescos. As agremiações desfilam no sambódromo inaugurado em 2007, sendo que nas semanas que antecedem a festa os ensaios são uma atração à parte ocorrendo no Centro Histórico, valorizado principalmente pelo seu Tombamento (IPHAN, 1985), onde comporta cerca de 600 casarios das mais diversas influências arquitetônicas. Os blocos carnavalescos organizam eventos em vários bairros do município, com maior concentração no Mar Grosso com o Bloco da Pracinha, Bloco Rosa, Bloco Skentaí e Bloco Pangaré, com estrutura e atrações nacionais.

### 2.1.5 Aspectos demográficos

Entre os anos de 1991 e 2010, houve um acréscimo populacional de 6.878 pessoas, representando mais de 15% de acréscimo. Contudo, entre 2000 e 2010 o acréscimo foi de apenas cerca de 6%. No ano de 2013, com a emancipação do Distrito de Pescaria Brava, houve uma redução significativa na população rural. De acordo com estimativa do IBGE, em 2017 o município possui 45.311 habitantes. Os gráficos abaixo, representam a contagem da população realizada em 2010, entretanto, na ausência de informações mais detalhadas relativas ao período pós emancipação, os dados serão utilizados, devendo-se aí deduzir o decréscimo da população rural.

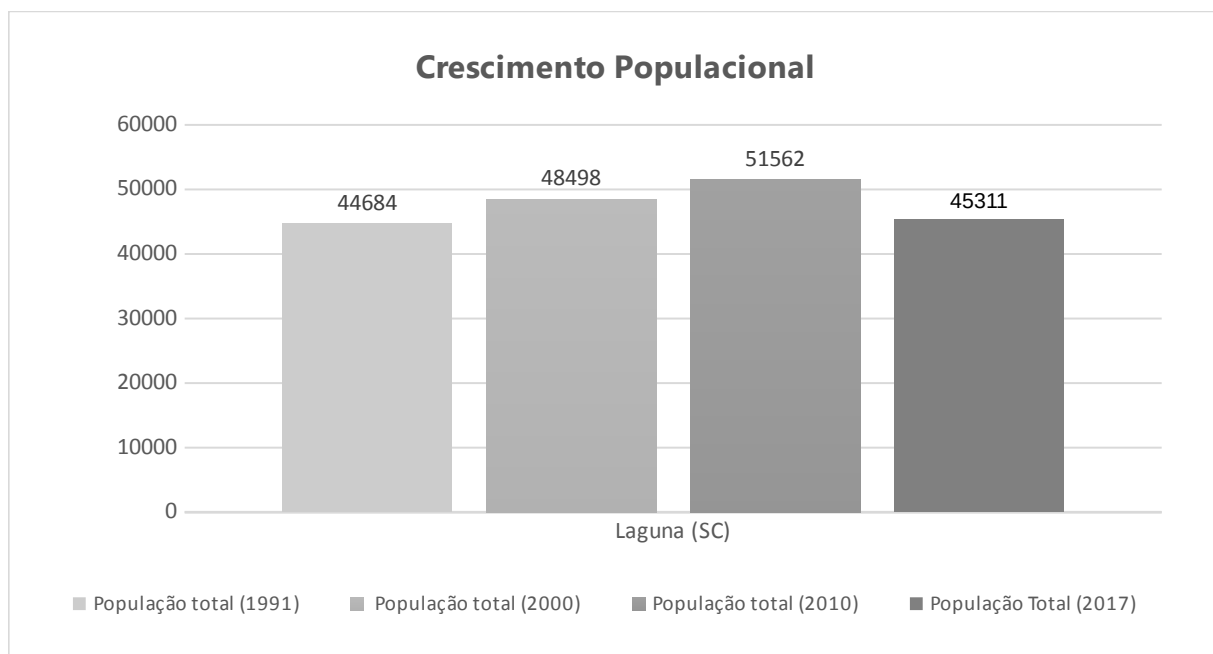


Gráfico 1 – Crescimento populacional  
Fonte: CAAP, 2013.

No ano de 2010, a população urbana é composta de 40.655 pessoas (79%) enquanto que a rural é de 10.907 pessoas (21%). Interessante observar, que entre os anos de 2000 e 2010, embora tenha ocorrido crescimento populacional, os percentuais de residentes nas áreas urbana e rural se manteve, ou seja, houve um crescimento proporcional entre as duas áreas. Com a emancipação de Pescaria Brava, anteriormente reconhecida como zona rural, o município teve um decréscimo significativo dessa população. Os gráficos abaixo expressam as contagens populacionais realizadas pelo IBGE em 2000 e 2010

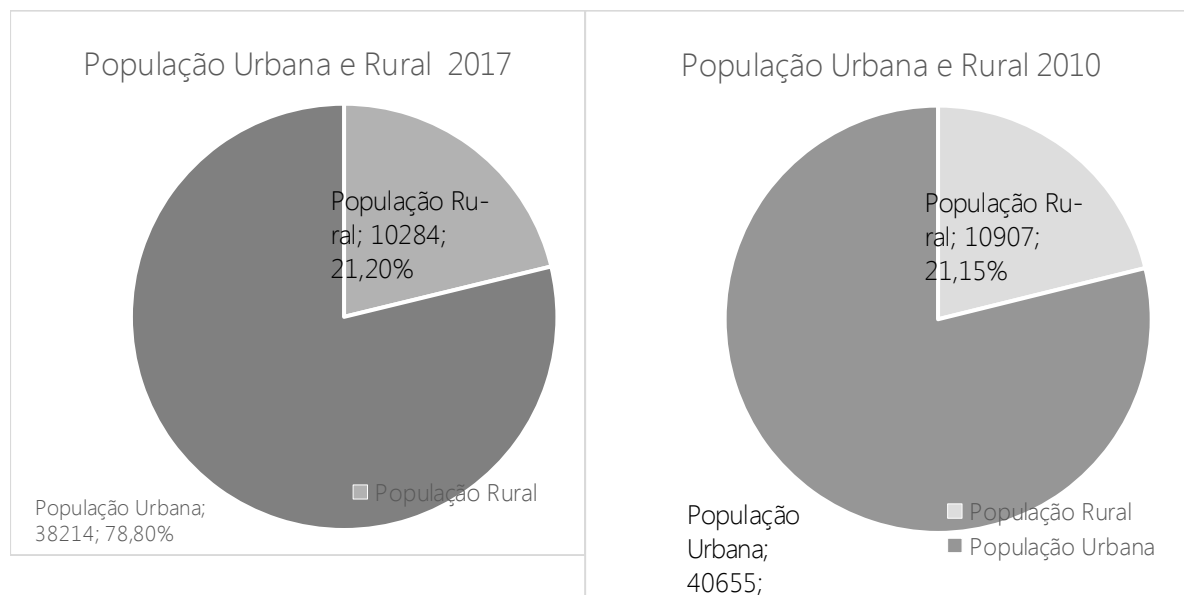


Gráfico 2 – Crescimento populacional  
Fonte: Censo demográfico, IBGE, 2010.

A distribuição populacional por gênero segundo dados do IBGE extraídos da Censo 2010, indica, no município, os homens representam 49,2% da população e as mulheres, 50,8%.

### 2.1.6 Trabalho e Renda

Conforme MDS (2013) e dados do último Censo Demográfico do IBGE, em 2010, o município possuía 24.479 pessoas economicamente ativas onde 23.009 estavam ocupadas e 1.470 desocupadas. A taxa de participação ficou em 54,4% e a taxa de desocupação municipal foi de 6,0%.

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 45,7% tinha carteira assinada, 16,9% não tinha carteira assinada, 24,2% atuam por conta própria e 2,4% empregadores. Servidores públicos representavam 5,1% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 5,7% dos ocupados.

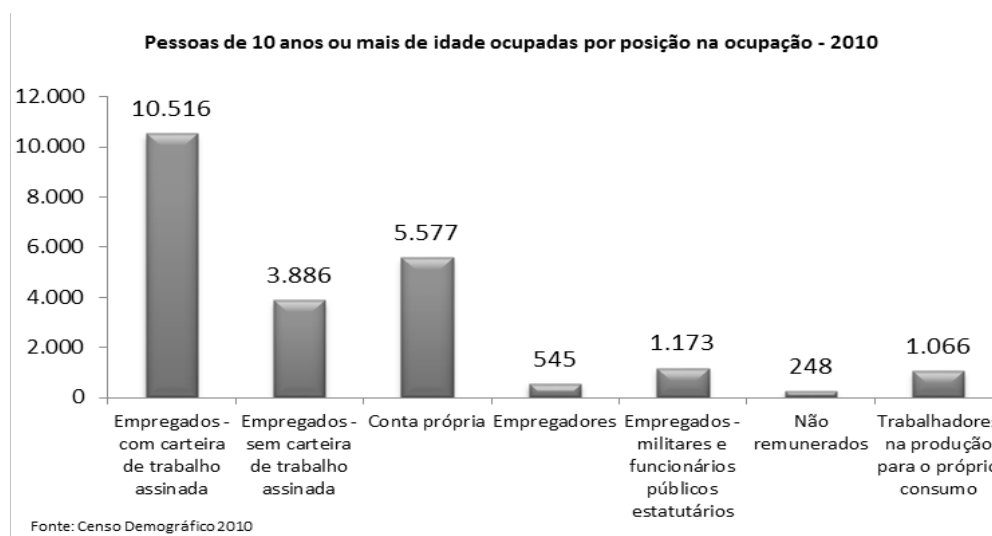
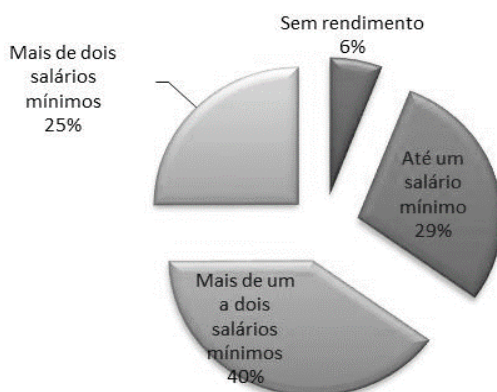


Gráfico 3 – Pessoas com 10 anos ou mais ocupadas por posição  
Fonte: Censo 2010



Ainda de acordo com MDS (2013), das pessoas ocupadas, 5,9% não tinham rendimentos e 35,0% ganhavam até um salário mínimo por mês.

**Distribuição das pessoas ocupadas por classes de rendimento nominal mensal 2010**



Fonte: Censo Demográfico 2010

Gráfico 4 – Distribuição de pessoas por classe rendimento  
Fonte: PNUD, 2013.

A distribuição por grandes grupos de ocupação mostrou que os três maiores grupos são: dos trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios; trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados; e ocupações elementares. Juntos, os três grupos totalizam 51,3% das ocupações do município.

Há ainda, o grupo dos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca, que embora totalizem o percentual de 10,7% dos ocupados no município, representam uma das maiores vocações locais, a pesca. Em processo de expansão e profissionalização, este setor que emprega cerca de 2.500 pessoas possui um número elevado de beneficiários de Programas Sociais e de Transferência de Renda, o que indica a necessidade de um empenho intersetorial nas diversas esferas de governo.

Quadro 6 - Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações - 2010

Grandes grupos de ocupações	Número	%
Diretores e gerentes	1.053	4,6
Profissionais das ciências e intelectuais	1.681	7,3
Técnicos e profissionais de nível médio	1.453	6,3
Trabalhadores de apoio administrativo	997	4,3
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	3.861	16,8
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	2.473	10,7
Trabalhadores qualificados, operários, artesãos da construção, artes mecânicas e outros	3.979	17,3
Operadores de instalações e máquinas e montadores	2.257	9,8
Ocupações elementares	3.951	17,2
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	153	0,7
Ocupações mal definidas	1.151	5,0
<b>Total</b>	<b>23.009</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



A distribuição das pessoas ocupadas por seção de atividade revelou que a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas detinham 33,7% do total da população ocupada no município.

Destaque para a Construção Civil, que sozinha representa cerca de 11% da população ocupada. Há ainda número considerável entre indústrias de transformação (12,7%), serviços domésticos (6,1%) e administração pública (5,3%).

Quadro 7 - Distribuição da população ocupada por seção de atividade- 2010

Seção de atividade	Número	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3.723	16,2
Indústrias extrativas	28	0,1
Indústrias de transformação	2.926	12,7
Eletricidade e gás	229	1,0
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	205	0,9
Construção	2.464	10,7
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	4.028	17,5
Transporte, armazenagem e correio	891	3,9
Alojamento e alimentação	1.170	5,1
Informação e comunicação	167	0,7
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	154	0,7
Atividades imobiliárias	53	0,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas	422	1,8
Atividades administrativas e serviços complementares	465	2,0
Administração pública, defesa e seguridade social	1.218	5,3
Educação	1.162	5,1
Saúde humana e serviços sociais	779	3,4
Artes, cultura, esporte e recreação	174	0,8
Outras atividades de serviços	592	2,6
Serviços domésticos	1.400	6,1
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Atividades mal especificadas	760	3,3
<b>Total</b>	<b>23.009</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O quadro abaixo, elaborado com base em informações coletadas do CAGED, expressa a movimentação de pessoal (admissões e demissões) entre os anos de 2007 e 2016.

Quadro 8 – Movimentação de pessoal – 2007 a 2016

<b>MOVIMENTAÇÃO</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>Total</b>
<b>1) Admissões</b>	<b>3.290</b>	<b>3.857</b>	<b>4.964</b>	<b>5.240</b>	<b>4.193</b>	<b>3.911</b>	<b>3.514</b>	<b>3.310</b>	<b>2.918</b>	<b>2.707</b>	<b>37.904</b>
1.a) 1º Emprego	306	311	1.320	2.171	1.195	1.198	1.082	593	557	513	<b>9.246</b>
1.b) Reemprego	2.960	3.524	3.633	3.062	2.986	2.707	2.430	2.714	2.360	2.191	<b>28.567</b>
1.c) Reintegração	1	2	0	2	0	1	0	0	0	0	<b>6</b>
1.d) Contr. Trab. Prazo Determ.	23	20	11	5	12	5	2	3	1	3	<b>85</b>
1.e) Transferência Admi.	67	85	97	100	51	89	0	0	0	0	<b>489</b>
<b>2) Desligamentos</b>	<b>3.441</b>	<b>4.698</b>	<b>5.029</b>	<b>4.513</b>	<b>3.758</b>	<b>3.786</b>	<b>3.372</b>	<b>3.081</b>	<b>2.915</b>	<b>2.505</b>	<b>37.098</b>
2.a) Dispens. sem Justa Causa	2.075	2.942	3.131	2.626	2.024	2.093	2.015	1.937	1.813	1.618	<b>22.274</b>
2.b) Dispens. com Justa Causa	17	19	29	44	17	10	19	9	18	8	<b>190</b>
2.c) A Pedido	780	974	1.226	1.187	1.015	982	771	632	560	442	<b>8.569</b>
2.d) Término de Contrato	538	726	585	592	651	644	508	482	477	416	<b>5.619</b>
2.e) Aposentadoria	2	2	1	1	5	2	4	2	7	2	<b>28</b>
2.f) Morte	12	17	8	15	13	8	11	9	6	7	<b>106</b>
2.g) Tér. Contr. Prazo Determ.	17	18	49	48	33	47	44	10	34	12	<b>312</b>
2.h) Transferência Deslig.	40	85	92	136	48	92	0	0	0	0	<b>493</b>
<b>Varição Absoluta</b>	<b>-151</b>	<b>-841</b>	<b>-65</b>	<b>727</b>	<b>435</b>	<b>125</b>	<b>142</b>	<b>229</b>	<b>3</b>	<b>202</b>	<b>806</b>

Fonte: Caged, - MTE, 2017.

Com relação à movimentação de pessoal (admissões e demissões) o município registra, entre 2007 e 2017 uma variação de 806 empregos à mais. Contudo, observa-se que entre os anos de 2014 e 2016 um decréscimo de 1057 empregos formais.

Quadro 9 – Comparativo de Movimentações - Municípios da Microrregião

<b>MOVIMENTAÇÃO</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>Total</b>
Imbituba	<b>-142</b>	286	222	463	135	98	201	287	213	<b>-135</b>	<b>1.628</b>
Tubarão	<b>-696</b>	<b>-1.839</b>	183	885	713	1.730	1.923	2.261	1.199	1.360	<b>7.719</b>
Laguna	<b>-151</b>	<b>-841</b>	<b>-65</b>	727	435	125	142	229	3	202	<b>806</b>

Fonte: Caged, - MTE, 2017.

Comparada à outros municípios da Região, Laguna destaca-se pela queda nos empregos já no ano de 2014, onde os municípios obtiveram crescimento. Verifica-se, contudo, que o ano de 2016, para os três municípios, obteve um saldo menos negativo com relação à 2015.

Quadro 10 - Comparativo de Movimentações no ano de 2017

<b>Movimentação</b>	<b>Laguna</b>	<b>Microrregião</b>	<b>Estado SC</b>	<b>Brasil</b>
1) Admissões	2.479	36.442	696.722	10.874.666
2) Desligamentos	2.599	35.384	661.270	10.733.863

Nº Emp. Formais - 1º Jan/2017	6.385	99.282	1.948.353	38.320.321
Total de Estabelecimentos	2.016	24.312	431.143	8.182.382
<b>Varição Absoluta</b>	<b>-120</b>	<b>1.058</b>	<b>35.452</b>	<b>140.803</b>

Fonte: Caged, - MTE, 2017.

No ano de 2017, entre os meses de janeiro e junho, Laguna obteve um saldo negativo de 120 empregos formais. Quanto às profissões que mais admitiram e mais demitiram, observemos o quadros abaixo:

Quadro 11 – Profissões que mais admitiram - no ano de 2017

Profissão - CBO 2002	Salário Médio	Admissões	Demissões	Saldo
10:Pescador Profissional	1.744,74	290	195	95
631205:Pescador Industrial	1.538,89	171	100	71
763215:Costureiro, a Maquina na Confecção em Serie	1.254,48	71	34	37
715210:Pedreiro	1.943,91	86	69	17
422305:Operador de Telemarketing Ativo	994,00	36	22	14
763125:Ajudante de Confecção	1.108,95	19	6	13
514320:Faxineiro (Desativado em 2010)	1.158,78	104	94	10
411010:Assistente Administrativo	1.209,38	40	30	10
717020:Servente de Obras	1.324,47	75	66	9
516305:Lavadeiro, em Geral	1.108,33	12	4	8

Quadro 12 – Profissões que mais demitiram - no ano de 2017

Profissão - CBO 2002	Salário Médio	Admissões	Demissões	Saldo
841484:Trabalhador de Preparacao de Pescados (Limpeza)	1.177,45	78	144	-66
421125:Operador de Caixa	1.278,08	78	143	-65
521110:Vendedor de Comercio Varejista	1.167,28	179	230	-51
521125:Repositor de Mercadorias	1.199,95	58	98	-40
782510:Motorista de Caminhao (Rotas Regionais e Internac.)	1.554,39	28	65	-37
513405:Garcom	1.257,61	33	53	-20
715505:Carpinteiro	1.530,00	2	17	-15
513505:Auxiliar nos Serviços de Alimentação	1.263,24	34	44	-10
142305:Gerente Comercial	1.736,33	6	16	-10
513205:Cozinheiro Geral	1.308,71	51	61	-10

Verifica-se que a área da pesca registra os maiores índices, tanto de demissões quanto de admissões. Observa-se ainda, que profissões ligadas ao comércio tiveram maior queda enquanto que profissões ligadas à indústria registraram mais admissões.

Com relação à renda dos trabalhadores, Conforme MDS (2013), o valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 1.068,64. Entre os homens o rendimento era de R\$ 1.245,57 e entre as mulheres de R\$ 865,23, apontando uma diferença de 43,96% maior para os homens. Ou seja, a renda entre os ocupados, que representam cerca de 23.000 pessoas ou 45% da população parece relativamente “bom”.

Contudo, deve-se também considerar as pessoas não ocupadas, ou seja, o quantitativo total de pessoas que “dependem” da renda dos ocupados. Neste sentido, a renda per capita, que representa a soma de todos os rendimentos dividida pelo número de pessoas que compõe determinada amostra, em Laguna, alcança a casa de R\$ 684,00 (seis centos e oitenta e quatro reais), inferior à dos municípios vizinhos, do estado e do país.

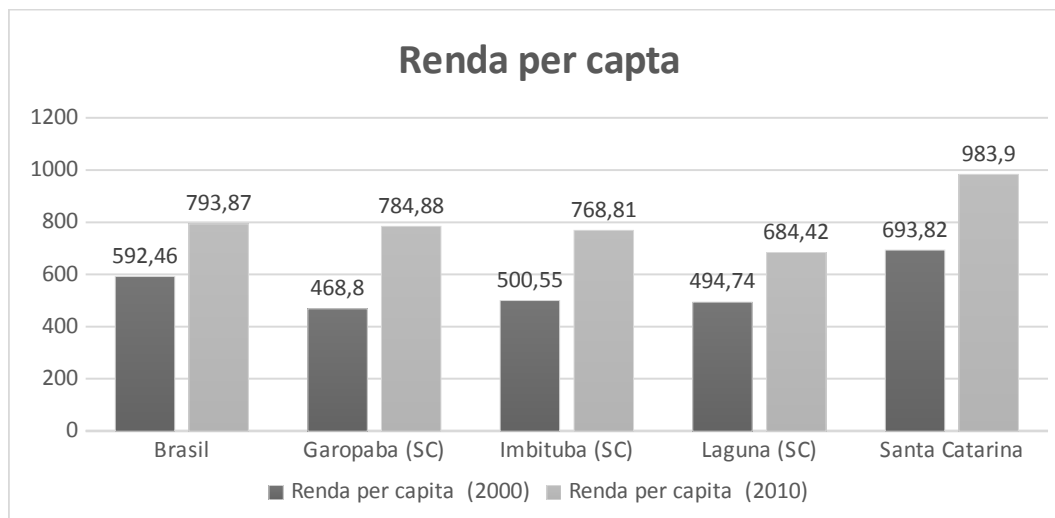
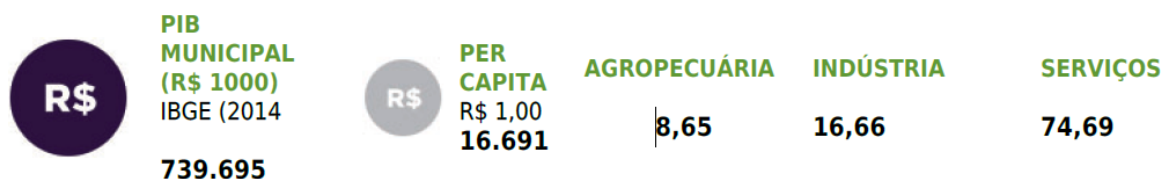


Gráfico 5 – Renda per capita Laguna  
Fonte: PNUD, 2013.

Entre os anos de 2000 e 2010, houve um incremento de aproximadamente R\$ 190,00 (cento e noventa reais). Contudo, percebe-se que Imbituba e Garopaba, dois município da 19ª SDR com características comuns, obtiveram um incremento de, em média, cerca de R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais), o que projeta a renda per capita destes municípios a um valor de até R\$ 100,00 (cem reais) superior à renda per capita lagunense, cerca de R\$ 684,42 (seiscentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos). Neste aspecto, Laguna encontra-se abaixo da média estadual em cerca de R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais), e inferior à média nacional em cerca de R\$ 115,00 (cento e quinze reais).

Quanto ao PIB, vejamos a figura abaixo:

## PRODUTO INTERNO BRUTO



Fonte: IBGE, com base na estimativa populacional para o ano de 2014.

Figura 10 – PIB, Renda per capita e participação dos setores da economia

Observa-se grande percentual no setor de serviços, com destaque para o comércio local e para as atividades ligadas ao turismo, especialmente no verão. Ainda de acordo com a estimativa do IBGE, a renda per capita é de R\$ 16.691,00 reais/ano, totalizando cerca de R\$ 1.390,00 reais/mês. Verifica-se, portanto, que entre os anos de 2010 e 2017, a renda per capita do lagunense teve um incremento de cerca de R\$ 706,00 reais. Tomando como base o salário mínimo nacional, estima-se que a renda per capita em 2010 representava cerca de 135% do salário mínimo enquanto que, em 2017 esta mesma renda representa cerca de 143%, ou seja, houve um incremento aproximado de 8% na renda per capita do lagunense, considerando o salário mínimo nacional.

### 2.1.7 Índice de Desenvolvimento Municipal

Além do PIB e da renda per capita, buscou-se verificar o nível de desenvolvimento do município, e nesse sentido, utilizou-se o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável, um conjunto de indicadores criados pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM para avaliar o desempenho dos municípios.

O IDMS é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território. Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável. A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional. (FECAM, 2017. Acesso em <http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017>)

Para quantificar o processo, foram atribuídas notas de 0 a 1, onde zero representa a situação mais desfavorável e 1 a situação ideal. Além disso, foram criadas quatro categorias, indicando certo grau de desenvolvimento. Os municípios que possuem IDMS entre 0 e 0.5, são indicados pela cor vermelha, entre 0.5 e aproximadamente 0.625, cor laranja, entre 0.625 e 7.5, cor amarela, entre 0.75 e 0.875 indicados pela cor verde claro e acima dessa média indicados pela cor verde escuro.

O mapa abaixo indica a categoria de IDMS dos municípios catarinenses:

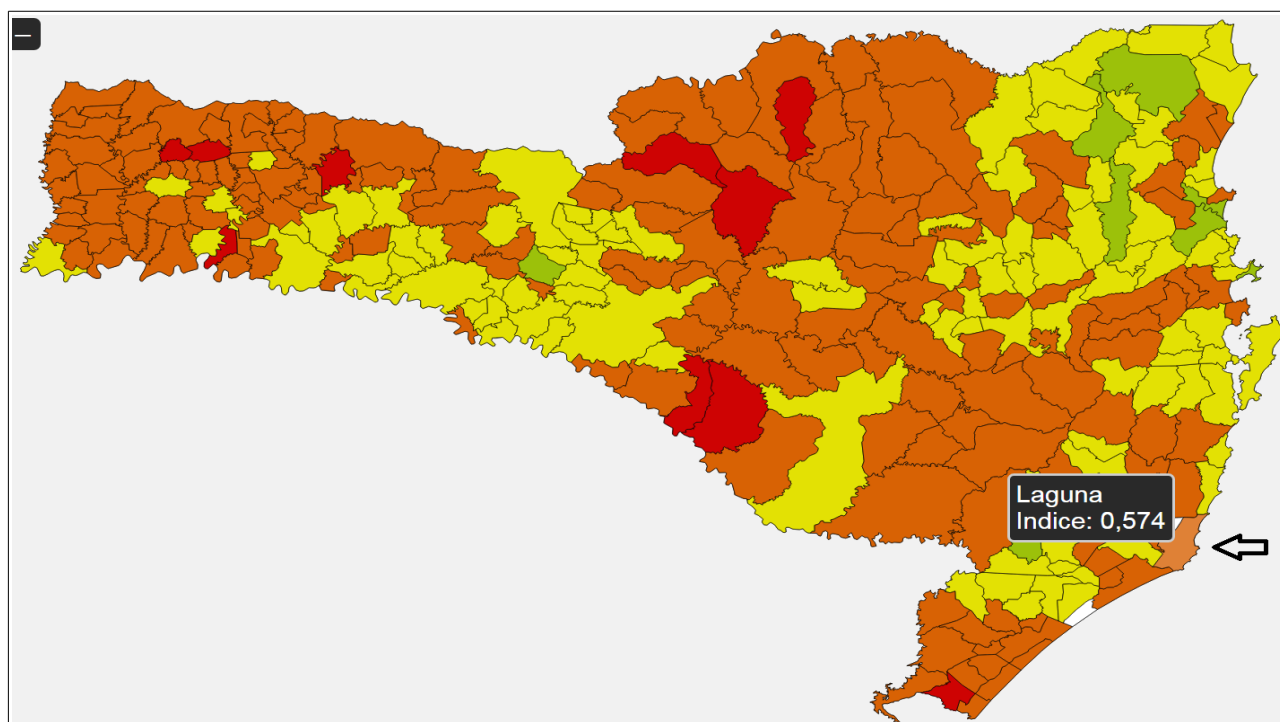


Figura 11 - Mapa Estadual – Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável  
Fonte: (FECAM, 2017. Acesso em <http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017>)

Observa-se que os municípios do Litoral Norte, da Grande Fpolis, Planalto e Parte do sul do estado possuem maior concentração de amarelos. Laguna, apresenta um índice de 0,574, estando localizada em entre Tubarão e Imbituba, ambas com grau amarelo, ou seja, com IDMS entre 0.625 e 7.5.

As figuras abaixo, ilustram o IDMS do Município e a média do IDMS dos municípios catarinenses:

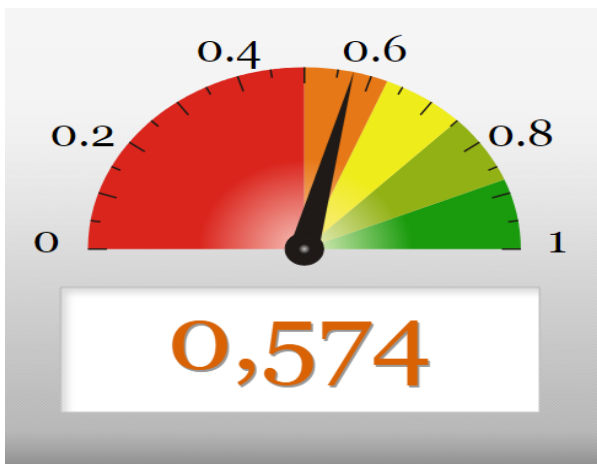


Figura 12 – IDMS de Laguna

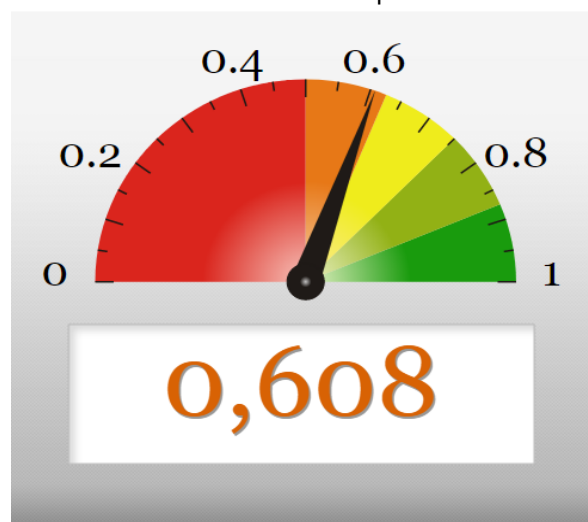


Figura 13 – IDMS – Média Estadual

Fonte: (FECAM, 2017. Acesso em <http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017>)

Verifica-se que o município de Laguna possui um índice 0,034 à menor que a média estadual. O que chama a atenção, é o fato de que Laguna já possui índices superiores à média do Estado, contudo, percebeu um decréscimo significativo nos últimos dois anos, conforme pode-se verificar nas figuras abaixo:

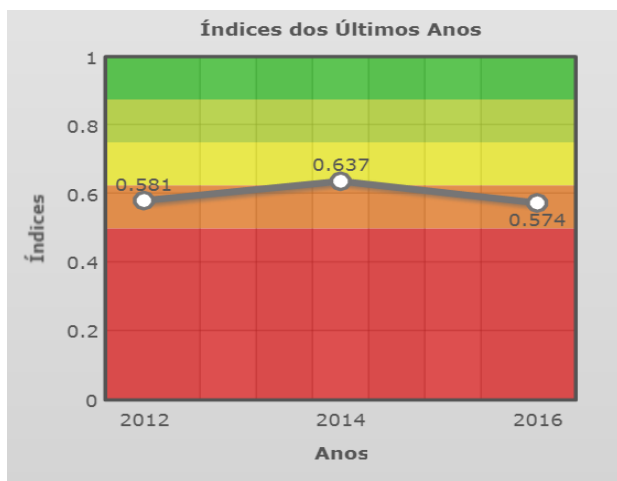


Figura 14 – Evolução do IDMS Laguna

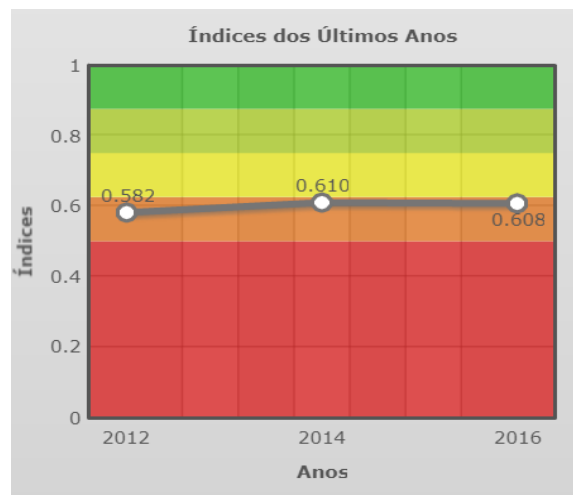


Figura 15 – Evolução do IDMS – Média Estadual

Fonte: (FECAM, 2017. Acesso em <http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017>)

Em 2012, os índices de Laguna e a média estadual eram equivalentes, já em 2014, Laguna alcançou um índice 0,027 superior à média estadual, que era de 0.610. Entretanto, entre os anos de 2014 e 2016 a média estadual decaiu 0.002 pontos enquanto que Laguna teve uma redução de 0.063, o que pode-se considerar como significativo, pois projetou o município à um grau de desenvolvimento inferior.



Considerando que o IDMS é composto de quatro dimensões, as figuras abaixo ilustram a variação nas dimensões do IDMS de Laguna entre 2014 e 2016, de modo que possa averiguar-se quais dimensões colaboram para a queda significativa nesse índice:

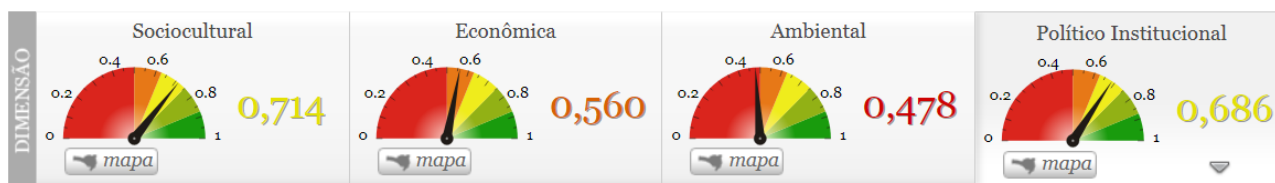


Figura 16 – Dimensões do IDMS Laguna - 2014

Fonte: (FECAM, 2017. Acesso em <http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017>)

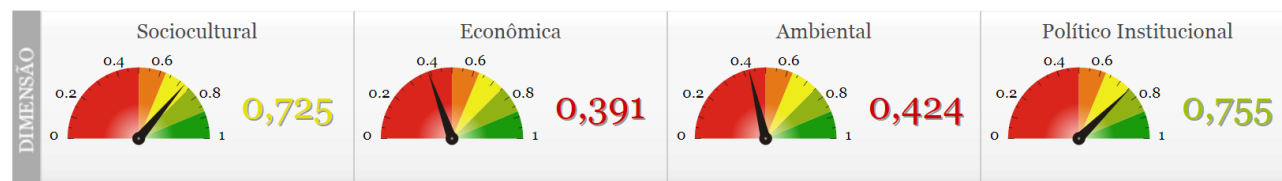


Figura 17 – Dimensões do IDMS Laguna - 2016

Fonte: (FECAM, 2017. Acesso em <http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017>)

Verifica-se que houve um aumento de 0.011 pontos do índice na dimensão sociocultural, além de uma significativa ampliação na dimensão político-institucional, com elevação de 0,069. Por outro lado, houve uma queda significativa na dimensão ambiental, na casa de 0,054, entretanto, é na dimensão econômica que se percebeu maior queda, representando 0,169, ou seja, quase dois pontos percentuais.

Observando na figura abaixo a média dos municípios catarinenses no ano de 2016, percebe-se que há uma grande disparidade nas dimensões econômica e político institucional, onde a primeira apresenta índice negativo e a segunda positivo.



Figura 18 – Dimensões do IDMS – Média Estadual

Fonte: (FECAM, 2017. Acesso em <http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017>)

Além da média estadual, buscou-se destacar a diferença entre o IDMS de Laguna e de alguns municípios do estado:

#### Quadro 13 – IDMS outros Municípios

Município	Relevância	IDMS	IDMS Laguna	Déficit Laguna
Jaraguá do Sul	Maior IDMS do Estado	0,790	0,574	0,216
Florianópolis	Capital do Estado	0,717	0,574	0,143
Tubarão	Maior Município da AMUREL	0,668	0,574	0,094
Imbituba	Município Vizinho com porte semelhante	0,662	0,574	0,088

Fonte: (FECAM, 2017. Acesso em <http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017>)

Verifica-se que no estado, há 8 municípios com IDMS superior à 0,75, dentre estes, destaca-se Jaraguá do Sul, com IDMS 0,790, o maior índice do Estado. A capital Fpolis apresenta o índice 0,717 enquanto que Tubarão, município polo da Região da AMUREL possui o índice de 0,668. Chama atenção o município vizinho de Imbituba, com porte e características semelhantes à Laguna, que apresenta índice 0,662, ou seja, 0,088 superior ao município de Laguna.

Visando ainda uma análise mais detalhada, os quadros abaixo trazem o detalhamento de cada dimensão do IDMS de Laguna do ano de 2016:

## Índices do Município de Laguna - 2016

**IDMS: 0,574**

■ Baixo 0,000 a 0,499   
 ■ Médio Baixo 0,500 a 0,624   
 ■ Médio 0,625 a 0,749   
 ■ Médio Alto 0,750 a 0,874   
 ■ Alto 0,875 a 1,000

<b>Sociocultural</b>		<b>0,725</b> <span style="color: yellow;">■</span>
<b>Educação</b>		<b>0,716</b> <span style="color: yellow;">■</span>
	Valor	Índice
<b>Acesso e Permanência Escolar</b>		<b>0,684</b> <span style="color: yellow;">■</span>
Abandono Escolar - Anos Iniciais (1º ao 5º ano) ( Fonte = INEP - MEC, Ano de Referência = 2015)	0,10	<b>0,963</b> <span style="color: green;">■</span>
Unidade: %   Min: 2,730   Max: 0,000		
Abandono Escolar - Anos Finais (6º ao 9º ano) ( Fonte = INEP - MEC, Ano de Referência = 2015)	0,60	<b>0,928</b> <span style="color: green;">■</span>
Unidade: %   Min: 8,360   Max: 0,000		
Abandono Escolar - Ensino Médio ( Fonte = INEP - MEC, Ano de Referência = 2015)	6,50	<b>0,157</b> <span style="color: red;">■</span>
Unidade: %   Min: 7,710   Max: 0,000		
Atendimento Escolar - Educação Infantil (4 a 5 anos) ( Fonte = Censo Demográfico - IBGE, Ano de Referência = 2010)	78,58	<b>0,763</b> <span style="color: lightgreen;">■</span>
Unidade: %   Min: 9,760   Max: 100,000		
Atendimento Escolar - Ensino Fundamental (6 a 14 anos) ( Fonte = Censo Demográfico - IBGE, Ano de Referência = 2010)	96,69	<b>0,736</b> <span style="color: yellow;">■</span>
Unidade: %   Min: 87,480   Max: 100,000		
Atendimento Escolar - Ensino Médio (15 a 17 anos) ( Fonte = Censo Demográfico - IBGE, Ano de Referência = 2010)	85,00	<b>0,725</b> <span style="color: yellow;">■</span>
Unidade: %   Min: 45,460   Max: 100,000		
Distorção Idade-Série - Ensino Fundamental ( Fonte = INEP - MEC, Ano de Referência = 2015)	15,50	<b>0,615</b> <span style="color: orange;">■</span>
Unidade: %   Min: 34,251   Max: 3,781		
Distorção Idade-Série - Ensino Médio ( Fonte = INEP - MEC, Ano de Referência = 2015)	25,00	<b>0,583</b> <span style="color: orange;">■</span>
Unidade: %   Min: 48,910   Max: 7,893		

Figura 19 - Detalhamento IDMS Laguna – Dimensão Sociocultural – Parte 1

Fonte: (FECAM, 2017. Acesso em <http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017>)

Observando a figura acima, verifica-se que na dimensão sociocultural, relativa à área de educação, o município apresenta índices preocupantes de distorção idade-série, tanto no ensino médio quanto fundamental. Entretanto, o fator que projeta negativamente este índice é o abandono escolar no ensino médio, com índice 0,157.















<b>Desempenho Escolar</b>		<b>0,664</b>	
IDEB Rede Pública - Anos Iniciais (1º ao 5º ano) ( Fonte = INEP - MEC, Ano de Referência = 2015) Unidade: un   Min: 4,133   Max: 6,267	5,90	<b>0,828</b>	
IDEB Rede Pública – Anos Finais (6º ao 9º ano) ( Fonte = INEP - MEC, Ano de Referência = 2015) Unidade: un   Min: 3,633   Max: 5,767	4,70	<b>0,500</b>	
<b>Infraestrutura Escolar</b>		<b>0,943</b>	
Média de Alunos por Turma - Anos Iniciais (1º ao 5º Ano) ( Fonte = INEP - MEC, Ano de Referência = 2015) Unidade: un   Min: 27,330   Max: 23,523	16,90	<b>1,000</b>	
Média de Alunos por Turma – Anos Finais (6º ao 9º ano) ( Fonte = INEP - MEC, Ano de Referência = 2015) Unidade: un   Min: 35,693   Max: 29,187	22,70	<b>1,000</b>	
Média de Alunos por Turma – Ensino Médio ( Fonte = INEP - MEC, Ano de Referência = 2015) Unidade: un   Min: 38,493   Max: 28,787	21,50	<b>1,000</b>	
Unidades Escolares com Estruturas Mínimas Adequadas ( Fonte = Censo Escolar - MEC, Ano de Referência = 2015) Unidade: %   Min: 0,000   Max: 100,000	77,07	<b>0,771</b>	
<b>Qualidade de Ensino</b>		<b>0,572</b>	
Docentes com Curso Superior – Anos Iniciais (1º ao 5º ano) ( Fonte = INEP - MEC, Ano de Referência = 2015) Unidade: %   Min: 42,850   Max: 100,000	68,40	<b>0,447</b>	
Docentes com Curso Superior – Anos Finais (6º ao 9º ano) ( Fonte = INEP - MEC, Ano de Referência = 2015) Unidade: %   Min: 60,220   Max: 100,000	84,10	<b>0,600</b>	
Docentes com Curso Superior – Ensino Médio ( Fonte = INEP - MEC, Ano de Referência = 2015) Unidade: %   Min: 77,140   Max: 100,000	77,20	<b>0,003</b>	
Conselho Municipal de Educação ( Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014) Unidade: un   Min: 0,000   Max: 1,000	1,00	<b>1,000</b>	
Analfabetismo ( Fonte = Censo Demográfico - IBGE, Ano de Referência = 2010) Unidade: %   Min: 29,920   Max: 0,297	5,95	<b>0,809</b>	

Figura 20 - Detalhamento IDMS Laguna – Dimensão Sociocultural – Parte 2

Fonte: (FECAM, 2017. Acesso em <http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017>)

Verifica-se que o IDEB do município (0,500) é relativamente baixo, contudo, chama atenção o baixo índice de docentes com curso superior, no ensino fundamental e principalmente no ensino médio.

Saúde		Valor	Índice
<b>Cobertura da Atenção Básica</b>			<b>0,652</b>
População Atendida por Agentes Comunitários de Saúde ( Fonte = DataSUS – MS, Ano de Referência = 2015)	69,94	<b>0,699</b>	
Unidade: %   Min: 0,000   Max: 100,000			
População Atendida por Equipes de Saúde Bucal ( Fonte = DataSUS – MS, Ano de Referência = 2015)	91,23	<b>0,912</b>	
Unidade: %   Min: 0,000   Max: 100,000			
População Atendida por Equipes de Saúde da Família ( Fonte = DataSUS – MS, Ano de Referência = 2015)	16,14	<b>0,161</b>	
Unidade: %   Min: 0,000   Max: 100,000			
<b>Fatores de Risco e Proteção</b>			<b>0,758</b>
Cobertura de Vacinas ( Fonte = DataSUS – MS, Ano de Referência = 2015)	84,02	<b>0,840</b>	
Unidade: %   Min: 0,000   Max: 100,000			
Nascidos Vivos com Baixo Peso ( Fonte = DataSUS - MS, Ano de Referência = 2015)	6,92	<b>0,829</b>	
Unidade: %   Min: 23,560   Max: 3,491			
Nascidos Vivos com 7 ou mais consultas pré-natal ( Fonte = DataSUS - MS, Ano de Referência = 2014)	57,81	<b>0,578</b>	
Unidade: %   Min: 0,000   Max: 100,000			
Prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo ( Fonte = DataSUS - MS, Ano de Referência = 2015)	78,57	<b>0,786</b>	
Unidade: %   Min: 0,000   Max: 100,000			
<b>Morbidade</b>			<b>0,557</b>
Incidência de Hipertensão ( Fonte = DataSUS – MS, Ano de Referência = 2015)	9,53	<b>0,557</b>	
Unidade: %   Min: 16,480   Max: 4,010			

Figura 21 - Detalhamento IDMS Laguna – Dimensão Saúde – Parte 1

Fonte: (FECAM, 2017. Acesso em <http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017>)

Os índices de saúde variam de razoável à bom, com exceção da população atendida por Equipes de Saúde da Família, com índice 0,161. Há ainda questões relativas ao acompanhamento das gestantes e incidência de hipertensão, que apresentam índices classificados com as cores vermelha e amarela.

<b>Mortalidade</b>		<b>0,702</b>	
Mortalidade Infantil ( Fonte = DataSUS – MS, Ano de Referência = 2014) Unidade: un   Min: 184,918   Max: 0,180	11,30	<b>0,940</b>	
Mortalidade por Causas Externas ( Fonte = DataSUS – MS, Ano de Referência = 2014) Unidade: un   Min: 220,168   Max: 29,210	60,93	<b>0,834</b>	
Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório ( Fonte = DataSUS – MS, Ano de Referência = 2014) Unidade: un   Min: 461,508   Max: 88,330	266,27	<b>0,523</b>	
Mortalidade por Doenças do Aparelho Digestivo ( Fonte = DataSUS - MS, Ano de Referência = 2014) Unidade: un   Min: 113,298   Max: 5,840	58,67	<b>0,508</b>	
Mortalidade por Doenças do Aparelho Respiratório ( Fonte = DataSUS – MS, Ano de Referência = 2014) Unidade: un   Min: 231,408   Max: 20,670	97,03	<b>0,638</b>	
Mortalidade por Doenças do Sistema Nervoso ( Fonte = DataSUS - MS, Ano de Referência = 2014) Unidade: un   Min: 73,178   Max: 0,000	11,28	<b>0,846</b>	
Mortalidade por Doenças Parasitárias e Infecciosas ( Fonte = DataSUS - MS, Ano de Referência = 2014) Unidade: un   Min: 90,878   Max: 2,180	22,57	<b>0,770</b>	
Mortalidade por Neoplasia Maligna (Câncer) ( Fonte = DataSUS - MS, Ano de Referência = 2014) Unidade: un   Min: 292,608   Max: 35,590	148,93	<b>0,559</b>	

Figura 22 - Detalhamento IDMS Laguna – Dimensão Saúde – Parte 2

Fonte: (FECAM, 2017. Acesso em <http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017>)

Mortalidade por conta de doenças do aparelho circulatório e digestivo apresentam índices regulares, além da mortalidade por neoplasia maligna (câncer) com índice 0,559. Destaque positivo para a mortalidade infantil, com índice 0,940.
















<b>Cultura</b>		0,830	
		Valor	Índice
<b>Estrutura de Gestão para Promoção da Cultura</b>			<b>0,500</b> 
Adesão ao Sistema Nacional de Cultura ( Fonte = MUNIC - IBGE/MinC, Ano de Referência = 2016)		1,00	<b>1,000</b> 
Unidade: un   Min: 0,000   Max: 1,000			
Conselho de Política Cultural ( Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)		0,00	<b>0,000</b> 
Unidade: un   Min: 0,000   Max: 1,000			
Fundo Municipal de Cultura Exclusivo ( Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)		0,00	<b>0,000</b> 
Unidade: un   Min: 0,000   Max: 1,000			
Legislação de Proteção ao Patrimônio Cultural Material ou Imaterial ( Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)		1,00	<b>1,000</b> 
Unidade: un   Min: 0,000   Max: 1,000			
Plano Municipal de Cultura ( Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)		0,50	<b>0,500</b> 
Unidade: un   Min: 0,000   Max: 1,000			
<b>Infraestrutura Cultural</b>			<b>0,883</b> 
Equipamentos Socioculturais ( Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)		12,00	<b>0,905</b> 
Unidade: un   Min: 0,000   Max: 13,257			
Meios de Comunicação ( Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)		5,00	<b>0,861</b> 
Unidade: un   Min: 0,000   Max: 5,806			
<b>Iniciativas Culturais da Sociedade</b>			<b>0,936</b> 
Atividades Artesanais ( Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)		3,00	<b>0,872</b> 
Unidade: un   Min: 0,000   Max: 3,440			
Grupos Artísticos ( Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)		14,00	<b>1,000</b> 
Unidade: un   Min: 0,000   Max: 13,726			
<b>Recursos na Cultura</b>			<b>1,000</b> 
Investimento em Cultura Per Capita ( Fonte = FINBRA - STN, Ano de Referência = 2015)		111,93	<b>1,000</b> 
Unidade: R\$   Min: 0,000   Max: 35,760			
Investimento em Cultura sobre a Receita Corrente Líquida ( Fonte = Finbra - STN)		--	--
Unidade: %   Min: 0,000   Max: 2,834			

Figura 23 - Detalhamento IDMS Laguna – Dimensão Cultura – Parte 2

Fonte: (FECAM, 2017. Acesso em <http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017>)

Na cultura, percebe-se que a infraestrutura cultural, as iniciativas da sociedade e os recursos investidos na cultura alcançam índices extremamente altos, contudo, este indicador é minimizado devido à baixíssimos índices relativos à estrutura de gestão, especialmente devido à ausência/insuficiência do conselho, plano e fundo, três elementos reconhecidos como indispensáveis para o desenvolvimento dessa política pública.

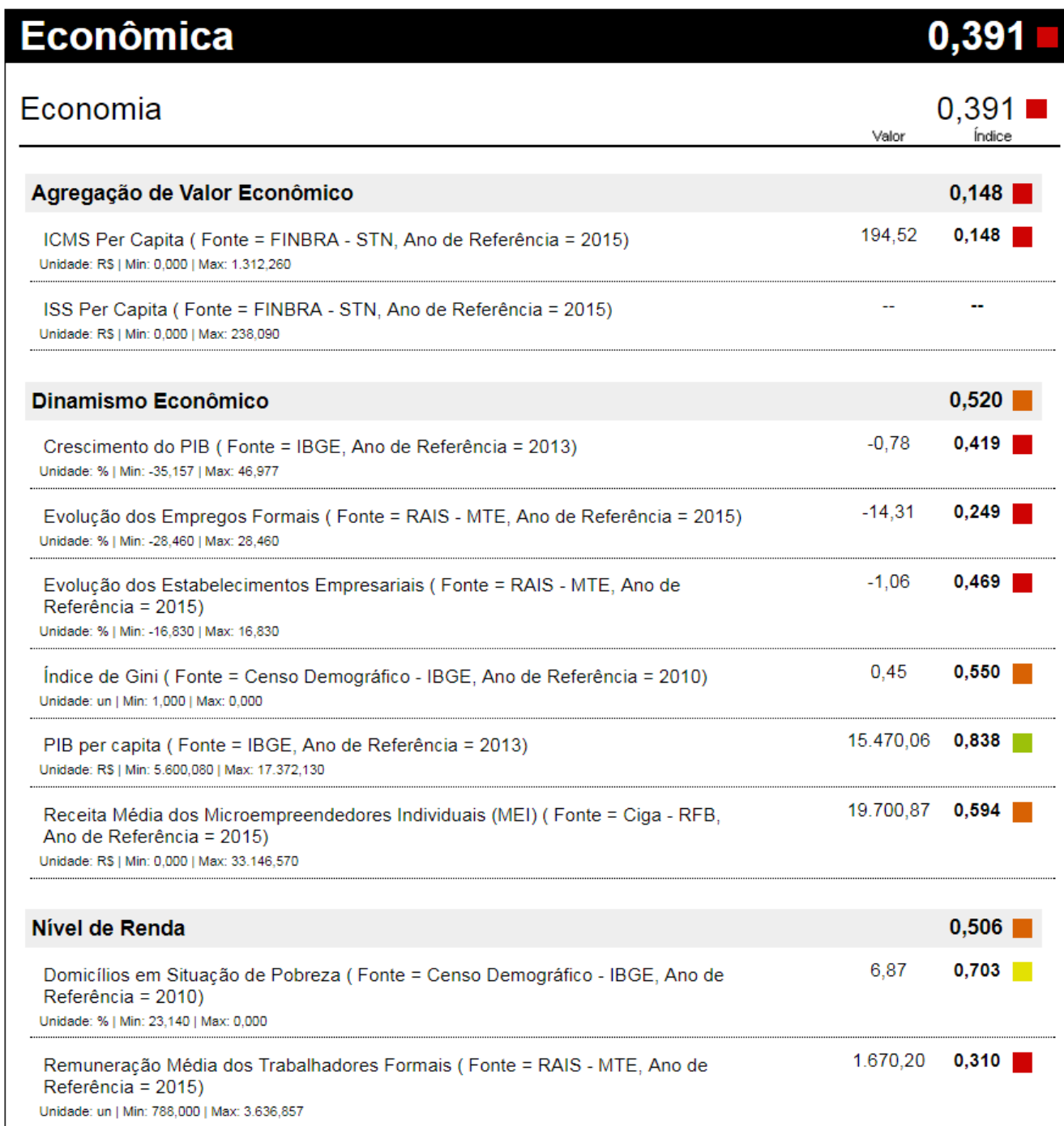


Figura 24 - Detalhamento IDMS Laguna – Dimensão Economia

Fonte: (FECAM, 2017. Acesso em <http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017>)

É na economia que são aferidos os índices mais negativos para o município. Observando a figura acima, verifica-se que apenas os números de domicílios em situação de pobreza e o PIB per capita apresentam índices satisfatórios, enquanto que os demais indicadores apresentam números negativos, com destaque para o pouco crescimento do PIB, baixa evolução dos empregos formais e remuneração média dos trabalhadores.

Embora o município apresente um PIB per capita considerado bom, a remuneração média dos trabalhadores é considerada ruim. Considerando que o PIB per capita é a soma dos rendimentos de toda a população dividida pelo número dessa população, estima-se que há concentração de renda.



## 2.2 VARIÁVEIS E INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA POTENCIAL PARA OS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este subcapítulo têm como objetivo apresentar algumas referências quantitativas e qualitativas que possam ser utilizadas como uma aproximação da demanda potencial, ou como dimensionamento do público alvo para os serviços e benefícios ofertados no município, ou mesmo indicar a necessidade de implantação de novos serviços. Como roteiro, buscar-se-á contemplar elementos relativos à demanda potencial para a Proteção Social Básica, com situações de vulnerabilidade socioeconômica, e demanda potencial para a Proteção Social Especial, com situações de violência e violações de direitos.

### 2.2.1 Demanda Potencial para a Proteção Social Básica

Para levantamento de informações acerca das situações de vulnerabilidade e desproteção social, foram utilizadas, principalmente, informações da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social - SAGI/MDS, extraídas a partir do Cadastro Único dos Programas Sociais - CadÚnico e de outros sistemas que compõem a Rede SUAS, além de consulta ao IBGE, PNUD, Segurança em Números e SipiWeb.

Primeiramente, com relação ao percentual de vulnerabilidade à pobreza, que inclui as famílias com renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, tem-se o gráfico abaixo que compara o percentual de pessoas vulneráveis à pobreza em na capital, a média estadual e a média nacional.

Quadro 13 – Percentual de vulneráveis à pobreza

Espacialidades	% de vulneráveis à pobreza		
	1991	2000	2010
Brasil	58,53	48,39	32,56
Florianópolis (SC)	26,62	15,40	6,42
Laguna (SC)	67,61	40,56	20,01
Santa Catarina	49,34	31,40	12,36

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD, 2017.

Aproximadamente 20% da população é considerada como “vulnerável à pobreza”, enquanto que a média estadual é de 12,36%, e da capital, Florianópolis, cerca de 6%, conforme pode-se observar acima.

Outra informação relevante, diz respeito ao percentual de pessoas em situação de pobreza, ou seja, aquelas possuam renda per capita inferior à R\$ 140,00 (cento e quarenta reais). Laguna possui cerca de 5,27% de pessoas nesta situação, o que representa o quantitativo de aproximadamente 2.700 pessoas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Gráfico 6 – Percentual de pessoas em situação de pobreza

Fonte: PNUD, 2013.

Verifica-se que embora no país o percentual de “pobres” seja de 15,2%, em Santa Catarina este índice é de 3,65%, ou seja, apenas 1,43% abaixo do índice municipal, que é 5,27%. Entre os municípios vizinhos, verifica-se que Imbituba possui percentual parecido, enquanto que Garopaba encontra-se muito abaixo desta média. Destaque para a capital Florianópolis, com índice de apenas 1,35%, o que representa cerca de 13% abaixo da média dos municípios do país.

Embora tenha ocorrido, entre os anos de 2000 e 2010, uma redução considerável (3,85%) no percentual de pessoas em situação de “extrema pobreza”, ou seja, aqueles que percebem renda per capita inferior a 70,00 (setenta reais), Laguna ainda apresenta em 2010 um percentual de 1,61%, que representa cerca de 820 pessoas. Novamente chama atenção a capital, com índice de 0,27%.

Gráfico 7 – Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza

Fonte: PNUD, 2017.

Com relação à extrema pobreza, Laguna apresenta índices superiores à média estadual, aos municípios vizinhos e à capital. Fator preocupante que o município tenha proporcionalmente o dobro de pessoas em situação de extrema pobreza de municípios como Garopaba e Imbituba, além de exceder em cerca de 6 vezes os números de Florianópolis.

Entretanto, apesar de haver proporcionalmente grande quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade, de pobreza e de extrema pobreza, no município existe certo equilíbrio na distribuição da

renda, em comparação ao estado e principalmente ao país. Observa-se que, no país, 20% dos mais ricos detêm 63,4% da renda, enquanto que no estado este percentual é de 54,09%. Laguna por sua vez, apresenta praticamente igualdade entre a renda dos 20% mais ricos e dos 80% mais pobres, este último, alcançando o percentual de 49,77%.

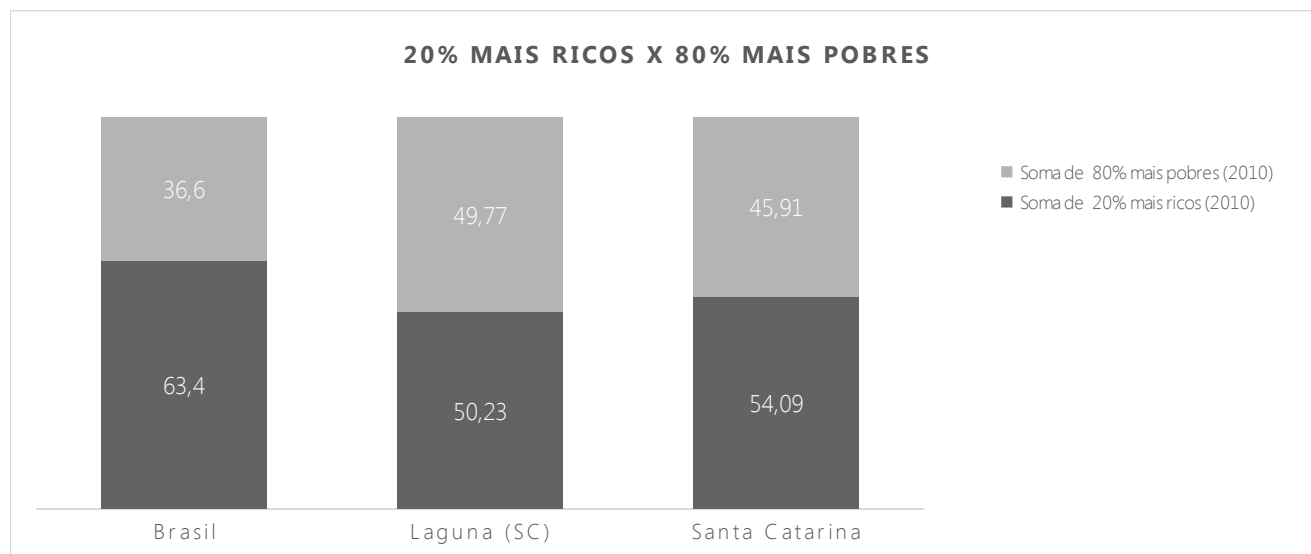


Gráfico 8 – Soma da renda dos 80% mais pobres x renda dos 20% mais ricos  
Fonte: PNUD, 2013.

Outro dado que confirma haver relativa distribuição de renda no município, evidencia-se a partir da análise dos índices de Gini e Theil, onde Laguna apresenta índices de desigualdade inferiores a todos os referenciais utilizados, aproximando-se do vizinho Tubarão, e com índice 0,34 abaixo da média nacional no índice de Theil - L, o que representa 50% desta média.

Gráfico 9 – Índice de Gini e Índice de Theil - L  
Fonte: PNUD, 2013.

Correlacionado as informações de vulnerabilidade e desigualdade, verifica-se que apesar do município possuir altos percentuais de pessoas em situação de vulnerabilidade, pobreza e extrema pobreza, os índices de desigualdade são baixos, o que evidencia que os 20% mais ricos da população também não possui renda expressiva.

Especificamente com relação às pessoas em situação de vulnerabilidade, pobreza e extrema pobreza tem-se os dados demonstrados no quadro abaixo, obtidos a partir do Censo IBGE 2010 e do Cadastro Único dos Programas Sociais:

Quadro 13 – Estimativas e Quantitativos de Famílias Cadastradas no CadÚnico

Descrição	Qtde
Estimativa de famílias de baixa renda – Perfil Cadastro Único (Censo 2010)	4.022
Estimativa de famílias pobres - Perfil Bolsa Família (CENSO 2010)	2.224
Total de famílias cadastradas	2.917
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 85,00	162
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00	564
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 170,01 e ½ salário mínimo	1.416
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	775

Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: agosto de 2017

De acordo com estimativa do IBGE, existem 4022 famílias com perfil CadÚnico, ou seja, com renda per capita até meio salário mínimo, destas, 2917 estão cadastradas, o que representa cerca de 72% da estimativa. Com relação à estimativa de famílias com Perfil Bolsa Família, ou seja, com renda até R\$ 170,00, foram estimadas 2224 famílias, contudo, foram identificados 726 cadastros, o que representa cerca de 33% do total.

Quanto às faixas de renda, tem-se um quantitativo mais expressivo de pessoas com perfil CadÚnico, contudo, chama atenção o grande número de famílias em situação de extrema pobreza cadastradas no CadÚnico, ou seja, em situação prioritária para o atendimento pelos serviços de proteção social básica.

Com relação ao número de pessoas cadastradas no CadÚnico, atualmente tem-se 8443, conforme detalhado abaixo:

Quadro 14 - Quantitativo de Pessoas Cadastradas no CadÚnico

Descrição	Qtde
Total de pessoas cadastradas	8.443
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 85,00	458
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 85,01 e 170,00	2.013
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 170,01 e ½ salário mínimo	4.477
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	1.495

Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: agosto de 2017.

Outro aspecto relevante diz respeito as famílias pertencentes a grupos tradicionais, o que pode demandar atuações mais específicas. Nesse sentido, o quadro abaixo expressa o quantitativo de famílias cadastradas no CadÚnico como pertencentes aos grupos tradicionais específicos:

Quadro 15 - Grupos Tradicionais Específicos

<b>Famílias de Pescadores Artesanais</b>	
--	--

Total de famílias de pescadores artesanais cadastradas	379
Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família	0
<b>Famílias em situação de rua</b>	
Total de famílias em situação de rua cadastradas	4
Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família	0
<b>Famílias de Catadores de Material Reciclável</b>	
Total de famílias de catadores de material reciclável cadastradas	6
Famílias de catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família	0
<b>Grupos de Origem Étnica:</b> Famílias Quilombolas, Famílias Indígenas, Famílias Ciganas e Famílias pertencentes a Comunidades de Terreiro;	0
<b>Grupos relacionados ao meio ambiente</b> Famílias Extrativistas, Famílias Ribeirinhas, Grupos relacionados ao meio Rural: Famílias de Agricultores Familiares, Famílias Assentadas da Reforma Agrária, Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário, Famílias Acampadas e;	0
<b>Grupos em situações conjunturais:</b> Famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura, Famílias com pessoa presa no sistema carcerário (ACUSTRA), Famílias em situação de trabalho infantil	0

Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: agosto de 2017

Com relação às famílias e pessoas em situação de rua e às famílias de catadores de material reciclável, foram registradas, respectivamente, 4 e 6 famílias. Já entre os pescadores artesanais, 379 famílias estão cadastradas, distribuídas entre diversas localidades do município.

De acordo com informações coletadas nas unidades de Assistência Social e a partir da observação empírica, fica evidenciado que o número de pessoas em situação de rua e catadores de material reciclável é muito superior, assim como o número de famílias com pessoas no sistema carcerário, que sabe-se ser superior à 100 famílias. Tratam-se portanto, de dados subdimensionados que devem ser alvo de levantamentos, pesquisas e diagnósticos e mapas, para que se possa estimar com uma potencial demanda por serviços e benefícios socioassistenciais.

Dentro do total de famílias e pessoas cadastradas no CadÚnico, tem-se aqueles que recebem Bolsa Família. O quadro abaixo expressa os quantitativos:

Quadro 16 – Famílias Cadastradas no CadÚnico - Faixa de Renda x Recebe Bolsa Família

Recebe PBF família	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Até R\$85,00	Entre R\$85,01 até R\$170,00	Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Não	93	267	1.331	775	0	2.466
Sim	69	297	85	0	0	451
Sem Resposta	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>564</b>	<b>1.416</b>	<b>775</b>	<b>0</b>	<b>2.917</b>

Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: agosto de 2017

Observa-se que de 2917 famílias cadastradas, apenas 451 recebem o benefício Bolsa Família. Além das pessoas com renda superior à R\$ 170,00, ou seja, que não fazem jus ao benefício, verifica-se que, entre as 726 famílias com renda até R\$ 170,00 apenas 366 recebem o benefício, o que corresponde a cerca de 50% das famílias.

Fato ainda mais relevante diz respeito ao pequeno número de pessoas em extrema pobreza que recebem o Bolsa Família, sendo que em agosto de 2017 esse percentual chegou a cerca de 40%, ou seja, cerca de 60% das pessoas cadastradas com perfil de extrema pobreza não recebem o benefício.

Quadro 17 – Pessoas Cadastradas no CadÚnico - Faixa de Renda x Recebe Bolsa Família

Recebe PBF família	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Até R\$85,00	Entre R\$85,01 até R\$170,00	Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Não	243	914	4.173	1.495	0	6.825
Sim	215	1.099	304	0	0	1.618
Sem Resposta	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>458</b>	<b>2.013</b>	<b>4.477</b>	<b>1.495</b>	<b>0</b>	<b>8.443</b>

Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: agosto de 2017

O quadro acima considera o número de pessoas nas diversas faixas de renda, evidenciando que, no município, cerca de 458 pessoas estão cadastradas em famílias em extrema pobreza e 2013 pessoas em famílias em situação de pobreza, ambos público-alvo prioritário da Assistência Social.

Os dois quadros abaixo dizem respeito à faixa etária das pessoas cadastradas:

Quadro 18 – Faixa de Renda e Idade - Quantitativo

Faixa etária	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Até R\$85,00	Entre R\$85,01 até R\$170,00	Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Entre 0 e 4	47	179	225	16	0	467
Entre 5 a 6	27	112	183	20	0	342
Entre 7 a 15	85	525	980	121	0	1.711
Entre 16 a 17	22	132	258	38	0	450
Entre 18 a 24	83	327	653	123	0	1.186
Entre 25 a 34	63	224	530	147	0	964
Entre 35 a 39	33	138	327	78	0	576
Entre 40 a 44	32	121	302	60	0	515
Entre 45 a 49	22	108	339	94	0	563
Entre 50 a 54	11	69	249	105	0	434
Entre 55 a 59	16	38	150	98	0	302
Entre 60 a 64	10	18	121	151	0	300
Maior que 65	7	22	160	444	0	633
Sem Resposta	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>458</b>	<b>2.013</b>	<b>4.477</b>	<b>1.495</b>	<b>0</b>	<b>8.443</b>

Fonte: CECAD, MDS. Referência: Agosto de 2017.

Quadro 19 – Faixa de Renda e Idade - Percentual

Faixa etária	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Até R\$85,00	Entre R\$85,01 até R\$170,00	Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Entre 0 e 4	10,3%	8,9%	5,0%	1,1%	0,0%	5,5%
Entre 5 a 6	5,9%	5,6%	4,1%	1,3%	0,0%	4,1%

Faixa etária	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Até R\$85,00	Entre R\$85,01 até R\$170,00	Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Entre 7 a 15	18,6%	26,1%	21,9%	8,1%	0,0%	20,3%
Entre 16 a 17	4,8%	6,6%	5,8%	2,5%	0,0%	5,3%
Entre 18 a 24	18,1%	16,2%	14,6%	8,2%	0,0%	14,0%
Entre 25 a 34	13,8%	11,1%	11,8%	9,8%	0,0%	11,4%
Entre 35 a 39	7,2%	6,9%	7,3%	5,2%	0,0%	6,8%
Entre 40 a 44	7,0%	6,0%	6,7%	4,0%	0,0%	6,1%
Entre 45 a 49	4,8%	5,4%	7,6%	6,3%	0,0%	6,7%
Entre 50 a 54	2,4%	3,4%	5,6%	7,0%	0,0%	5,1%
Entre 55 a 59	3,5%	1,9%	3,4%	6,6%	0,0%	3,6%
Entre 60 a 64	2,2%	0,9%	2,7%	10,1%	0,0%	3,6%
Maior que 65	1,5%	1,1%	3,6%	29,7%	0,0%	7,5%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100,0</b>

Fonte: CECAD, MDS. Referência: Agosto de 2017.

É possível observar que há uma concentração de pessoas com idades entre 7 a 15 e entre 18 a 34 cadastradas no CadÚnico, especialmente nas faixas de pobreza e extrema pobreza. Entre os idosos, há um alto percentual de pessoas com renda superior à meio salário mínimo, cadastradas no CadÚnico com intuito de obter a carteira do idoso. Observa-se ainda, que há uma grande concentração de pessoas até 34 anos na faixa de extrema pobreza.

Outro fator que têm relação direta com a vulnerabilidade das famílias é a atualização cadastral no CadÚnico, que permite com que o usuário mantenha o recebimento dos benefícios. Vejamos o quadro abaixo, que ilustra a taxa de atualização cadastral no mês de agosto de 2017.

#### Quadro 20 – Atualização Cadastral CadÚnico

Descrição	Qtde
Total de Famílias com cadastro atualizado	1.362
Famílias com cadastro atualizado e renda per capita até ½ salário mínimo	945
Taxa de atualização do total de famílias cadastradas	0,47
Taxa de atualização cadastral até ½ salário mínimo	0,44

Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: agosto de 2017

Com relação à atualização cadastral, no mês de agosto de 2017, tem-se uma taxa de atualização de 0,44, com apenas 44% dos cadastros em situação “regular”, ou seja, 56% das famílias cadastradas correm o risco de perder ou deixar de acessar algum benefício em razão de não terem atualizado seu cadastro.

Os quadros abaixo demonstram o tempo de atualização do CadÚnico correlacionando-o a faixa de renda das famílias:

Quadro 21 – Tempo de Atualização do CadÚnico – Por faixa de renda

Faixa da renda familiar per capita	Número de meses após a última atualização cadastral							Total
	até 12 Meses	13 a 18 Meses	19 a 24 Meses	25 a 36 Meses	37 a 48 Meses	acima de 48 Meses	Sem Resposta	
Até R\$85,00	43	14	12	19	21	53	0	162
Entre R\$85,01 até R\$170,00	162	69	47	88	98	100	0	564
Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	334	166	141	332	269	174	0	1.416
Acima de 1/2 S.M.	288	79	60	196	91	61	0	775
<b>Total</b>	<b>827</b>	<b>328</b>	<b>260</b>	<b>635</b>	<b>479</b>	<b>388</b>	<b>0</b>	<b>2.917</b>

Fonte: CECAD, MDS. Referência: Agosto de 2017.

Quadro 22 – Tempo de Atualização do CadÚnico - Percentual

Faixa da renda familiar per capita	Número de meses após a última atualização cadastral							Total
	até 12 Meses	13 a 18 Meses	19 a 24 Meses	25 a 36 Meses	37 a 48 Meses	acima de 48 Meses	Sem Resposta	
Até R\$85,00	26,5%	8,6%	7,4%	11,7%	13,0%	32,7%	0,0%	100,0%
Entre R\$85,01 até R\$170,00	28,7%	12,2%	8,3%	15,6%	17,4%	17,7%	0,0%	100,0%
Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	23,6%	11,7%	10,0%	23,4%	19,0%	12,3%	0,0%	100,0%
Acima de 1/2 S.M.	37,2%	10,2%	7,7%	25,3%	11,7%	7,9%	0,0%	100,0%
<b>Total</b>	<b>28,4%</b>	<b>11,2%</b>	<b>8,9%</b>	<b>21,8%</b>	<b>16,4%</b>	<b>13,3%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: CECAD, MDS. Referência: Agosto de 2017.

Percebe-se que 32,7% das famílias em extrema pobreza estão com os cadastros desatualizados (atualizados há mais de 48 meses), enquanto que nas demais faixas de renda esse percentual é menor. Do total, cerca de 13,3% das famílias estão com os cadastros desatualizados. Há ainda grande concentração de famílias com cadastro atualizado à menos de um ano, representando 28,4%.

Outro público-alvo da assistência social são as pessoas com deficiência, e nesse sentido, o quadro abaixo apresenta os quantitativos registrados no CadÚnico:

Quadro 23 – Pessoas Cadastradas no CadÚnico – Deficiência x Renda per capita

Pessoa tem deficiência	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Até R\$85,00	Entre R\$85,01 até R\$170,00	Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Sim	3	20	112	70	0	205
Não	455	1.993	4.365	1.425	0	8.238
Sem Resposta	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>458</b>	<b>2.013</b>	<b>4.477</b>	<b>1.495</b>	<b>0</b>	<b>8.443</b>

Fonte: CECAD, MDS. Referência: outubro de 2017.

Observa-se grande concentração de pessoas com deficiência nos perfis CadÚnico (vulnerável à pobreza) e com renda acima de ½ salário mínimo, Há contudo, um quantitativo de pessoas com deficiência cadastradas com renda inferior à R\$ 170,00, totalizando 23 pessoas sendo que destas, 3 estão em situação de extrema pobreza.



Outro recorte relevante diz respeito às mulheres cadastradas no CadÚnico como Responsável Familiar, conforme evidenciado nos quadros abaixo:

Quadro 24 – CadÚnico - Responsável Familiar

Gênero	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Até R\$85,00	Entre R\$85,01 até R\$170,00	Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Feminino	129	537	1.304	601	0	2.571
Masculino	16	26	107	161	0	310
Total	145	563	1.411	762	0	2.881

Fonte: CECAD, MDS. Referência: outubro de 2017.

Verifica-se que, entre 2881 cadastros válidos em outubro de 2017, cerca de 2517 tem como responsável familiar a mulher, enquanto que 310 tem os homens como responsável. Tem-se aí um número esperado, considerando as regras de inclusão das famílias no programa, onde a mulher é prioritariamente inscrita como responsável familiar no cadastro, o que não significa necessariamente que ela o seja

Quadro 25 – CadÚnico - Cônjuge ou companheiro (a)

Gênero	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Até R\$85,00	Entre R\$85,01 até R\$170,00	Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Feminino	2	15	45	54	0	116
Masculino	33	178	594	236	0	1.041
Total	35	193	639	290	0	1.157

Fonte: CECAD, MDS. Referência: outubro de 2017.

Este quadro acima traz outra informação, relativa à quantidade de cônjuges ou companheiros(as) inscritos no CadÚnico. Considerando que 2571 mulheres estão cadastradas como responsável familiar e que o total de cônjuges do sexo masculino é de 1041, tem-se uma previsão inicial de cerca de 1530 mulheres sem cônjuge. No entanto, considerando que há um total de 116 mulheres como cônjuges que podem compor relações homoafetivas, chega-se a um número mínimo de 1414 mulheres sem cônjuge.

Considerando ambas as possibilidades, tem-se que o total de mulheres chefes de família e sem cônjuge é de no mínimo 55% do total de mulheres chefes de família, podendo chegar até 60%. Para complementar ainda mais essa informação, o gráfico abaixo, extraído das bases de dados do IBGE, expressa o número estimado de mulheres chefes de família, sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos:

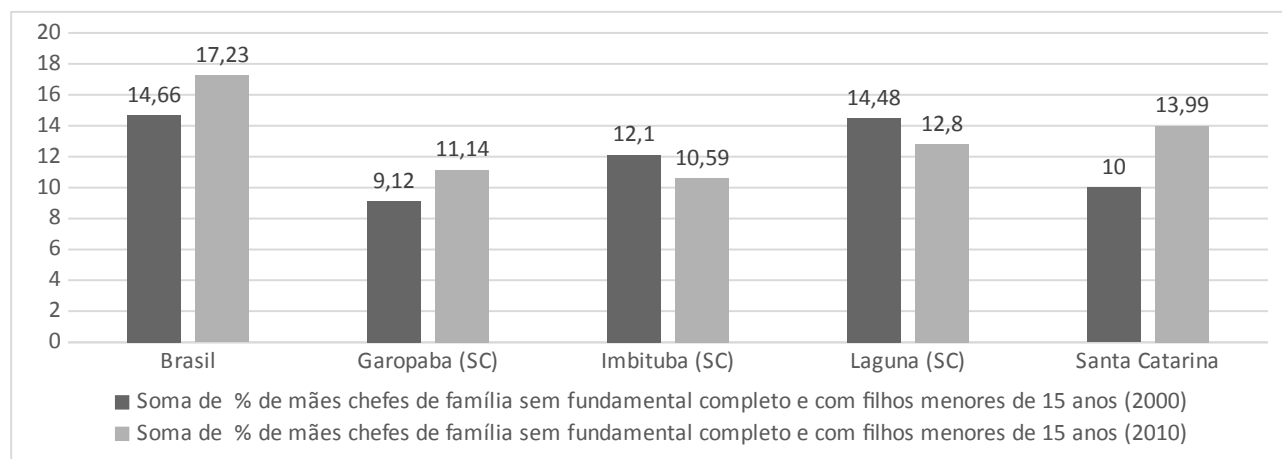


Gráfico 10 – Percentual de mães chefes de família  
Fonte: PNUD, 2013.

Outro grupo de grande relevância e onde identificam-se altos índices de vulnerabilidade são as pessoas jovens, entre 15 a 24 anos. Dois aspectos de extrema relevância na constituição da vulnerabilidade entre jovens diz respeito à escolaridade e acesso a trabalho, neste sentido, o gráfico abaixo indica o percentual de jovens que não estudam nem trabalham:

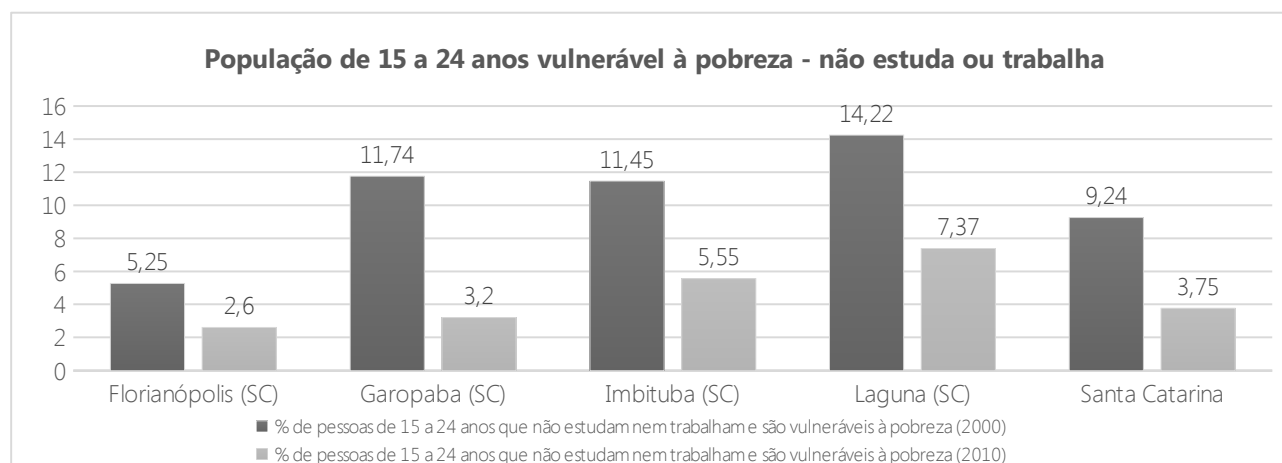


Gráfico 11 – População de 15 a 24 anos vulneráveis à pobreza  
Fonte: PNUD, 2013.

Em 2010, haviam 8.289 pessoas entre 15 e 24 anos de idade no município, entre estas, 610 não estudam ou trabalham, o que representa 7,37% da população nesta faixa etária. Percebe-se tratar-se de um número elevado em comparação com municípios vizinhos, média estadual e nacional.

Além dos jovens, deve-se ter uma especial atenção à população idosa, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade ou risco social. No contexto da Política de Assistência Social, reconhece-se que a própria condição de pessoa idosa suscita e favorece algumas vulnerabilidades específicas desta faixa etária, o que demanda uma análise mais apurada sobre as condições que vivem os idosos do município e as possibilidades da Política de Assistência Social em atuar neste contexto. Um dos fatores que compõem o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano é a esperança de vida ao nascer, o que no município, encontra-se expressa no gráfico abaixo:

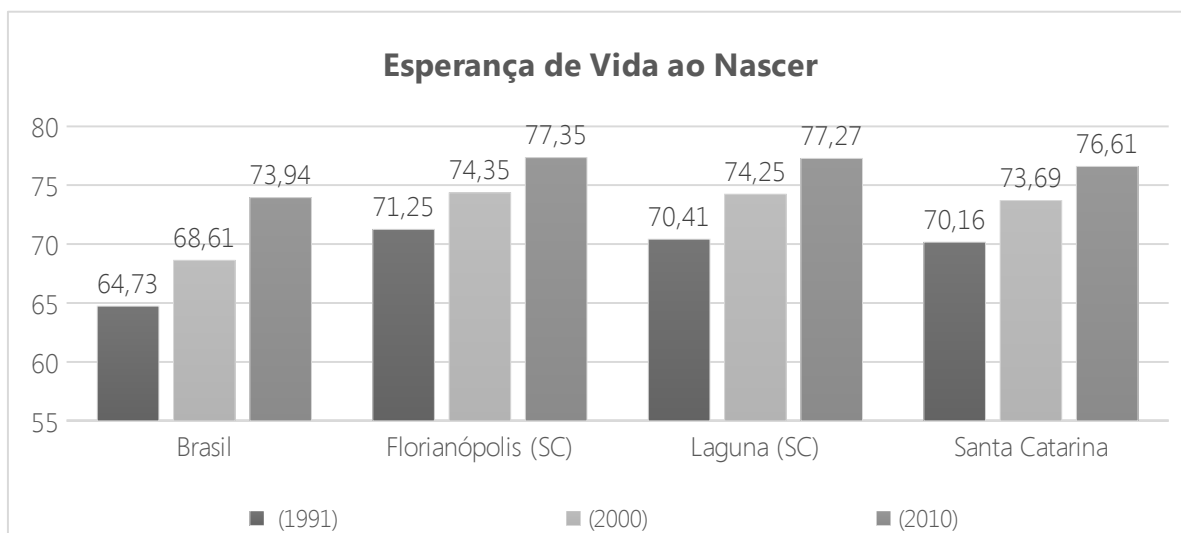


Gráfico 12 – Esperança de vida ao nascer  
Fonte: PNUD, 2013

Quanto à esperança de vida ao nascer, o município apresenta índices superiores à média estadual e nacional, estando muito próximo da capital Florianópolis, que possui um dos melhores índices de qualidade de vida e desenvolvimento humano do país. Corroborando a afirmação acima, o gráfico abaixo ilustra a longevidade no município, no qual Laguna permanece com índices elevados em relação aos demais.

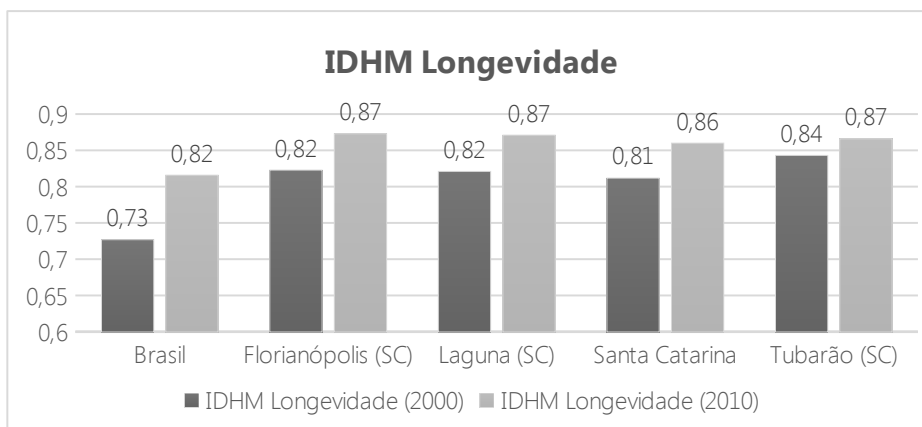


Gráfico 13 – IDHM Longevidade  
Fonte: PNUD, 2013

Entretanto, apesar de possuir índices elevado de longevidade e esperança de vida, a população idosa do município, está sujeita à uma das mazelas da vulnerabilidade, expressa na dependência econômica dos demais membros familiares sobre sua aposentadoria. No ano de 2010, o IBGE estima que cerca de 675 pessoas viviam em domicílios dependentes de idosos.

Além disso, de acordo com o CadÚnico o município possui, em 2017, 993 cadastrados, sendo idosos em situação de vulnerabilidade, pobreza ou extrema pobreza

## 2.2.2 Violências e violações

Com relação às violências e violações, tem-se abaixo informações coletadas das bases de dados do site Segurança em Numeros, da SSP/SC. o quadro abaixo expressa o quantitativo de homicídios e de crimes de lesão corporal dolosa registrados no município:

Quadro 26 – Homicídio e lesão corporal dolosa

Crime	Frequência Anual			
	2014	2015	2016	2017*
Homicídio doloso	6	13	15	4
Lesão corporal dolosa	337	260	224	122

Fonte: Gerência de Estatística e Análise Criminal/Diretoria de Informação e Inteligência/SSP/SC. Acesso em outubro de 2017

A partir da observação dos números, verifica-se que o número de homicídios, em 2017, houve uma relativa queda com relação aos anos de 2015 e 2016, onde foram registradas 13 e 15 homicídios, respectivamente. Entre os meses de janeiro e junho de 2017, foram registrados apenas 4. Uma projeção simples em termos de meses, leva a um número de 8 homicídios até o mês de dezembro, contudo, deve-se verificar que o número de homicídios vem crescendo a cada ano, bem como o fato de o ano de 2017 ainda não haver terminado. Já com relação ao número de lesões corporais dolosas, registra-se em 2017, um número proporcionalmente maior que em 2016, chegando-se a uma previsão de 244 lesões corporais dolosas. Deve-se nesse caso observar, que vem ocorrendo uma redução significativa a cada ano, o que pode projetar os números de 2017 para menos que 224.

Com relação especificamente à violência contra as mulheres, observemos o quadro abaixo:

Quadro 27 - Violência contra as mulheres

Crime	Frequência Anual			
	2014	2015	2016	2017*
Estupro consumado	10	4	14	13
Estupro tentado	5	2	2	3
Homicídio doloso	1	2	1	1
Homicídio doloso tentado	1	2	2	1
Lesão corporal dolosa	175	134	114	61

Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP . Acesso em outubro de 2017

Considerando as violências contra mulheres, verifica-se que, proporcionalmente, o ano de 2017 apresenta taxas superiores aos demais anos. No caso do estupro consumado, em apenas 6 meses tem-se praticamente o mesmo número do ano passado, muito superior aos anos de 2014 e 2015. Do mesmo modo, as projeções do estupro tentado, homicídio doloso e homicídio tentado igualam ou superam os anos anteriores. Quanto ao número de lesões corporais dolosas, verifica-se uma relativa constante entre os anos de 2015 e 2017.

Tendo em vista tratem-se de números “reduzidos”, pode-se ter uma dimensão equivocada do verdadeiro aumento da violência contra mulheres no município. Considerando a projeção para 2017, tem-se um aumento percentual de 85% no número de estupros consumados com relação à 2016, 200% de

aumento no número de estupro tentados, 100% no número de homicídios dolosos e homicídios dolosos tentados.

Quadro 28 - Violência doméstica contra as mulheres

Crime	Frequência Anual			
	2014	2015	2016	2017*
Ameaça	153	144	149	90
Calúnia / Injúria / Difamação	36	42	31	48
Lesão Corporal Dolosa	92	86	62	38

Fonte: Gerência de Estatística e Análise Criminal/Diretoria de Informação e Inteligência/SSP/SC

Com relação à violência doméstica foram registrados números ainda mais alarmantes. O crime de ameaça teve um aumento de cerca de 20%, com ampliação de 149 para cerca de 180 registros, conforme projeção.

Nos casos de calúnia/injúria/difamação, é provável que se afira um aumento superior à 200%, saltando de 31 em 2016 para cerca de 100 em 2017. Os casos de lesão corporal dolosa, que vinham decaindo, provavelmente terão uma ampliação de cerca de 15% entre 2016 e 2017, considerando os primeiros seis meses de 2017.

Quadro 29 – Atendimentos pelo PAEFI de mulheres vítimas de violência - por órgão encaminhador

Órgão que encaminhou	Frequência Anual			
	2014	2015	2016	2017*
Demanda espontânea	06	-	03	03
CRAS II	-	-	-	01
Delegacia de Polícia	13	-	-	-
Ministério Público	04	02	-	-

Fonte: Arquivos CREAS Laguna. \* - Referência: jan/jun de 2017

Pode-se observar que o número de mulheres vítimas de violência que acessaram o CREAS no período é extremamente inferior ao número de violações cometidas contra a mulheres. Avaliando apenas as mulheres que sofreram violências de maior gravidade, como estupro, tentativa de estupro e tentativa de homicídio, verifica-se que no período entre 2014 e 2017 foram registradas 64 ocorrências, enquanto que chegaram até o CREAS apenas 32 encaminhamentos. Ainda que fosse considerado que todos os atendimentos foram entre as 64 vítimas, teríamos um percentual de atendimento de 50%.

Entretanto, se a esse número forem somadas as 693 Ameaças / Calúnias / Injúrias / Difamações, ter-se-ia a soma de 757 casos. Desse modo, o percentual de atendimento à este público seria de apenas 4%, ou seja, apenas 4% das mulheres que sofreram violência no período foram atendidas ou acompanhadas pelo CREAS.

Outro fator relevante para o atendimento dos Serviços de Proteção Social são as consequências da violência para o agressor e para sua família, bem como o processo de reinserção social daqueles que

estão ou estiveram encarcerados. O Quadro abaixo, indica o número de apreensões de adolescentes e prisão de adultos no entre janeiro de 2014 e junho de 2017.

Quadro 30 - Prisões e apreensões

Crime	Frequência Anual			
	2014	2015	2016	2017*
Adolescentes apreendidos em flagrante	31	34	24	5
Adolescentes apreendidos por ordem judicial	5	5	5	7
Adultos presos em flagrante	200	209	256	101
Adultos presos por mandado de prisão	35	56	93	28
<b>Total</b>	<b>271</b>	<b>304</b>	<b>378</b>	<b>141</b>

Fonte: Gerência de Estatística e Análise Criminal/Diretoria de Informação e Inteligência/SSP/SC. Acesso em outubro de 2017

Apesar de ter-se verificado aumento no número de violências e de violência contra a mulher, o ano de 2017 registrou, proporcionalmente, menores índices de apreensões e prisões, conforme pode-se observar no quadro acima. Teve-se uma redução de cerca de 60% no número de apreensões de adolescentes em flagrante, porém, um aumento significativo nas apreensões por ordem judicial, sendo 7 em apenas 6 meses, enquanto que foram registradas 5 apreensões deste tipo em cada um dos três anos anteriores.

No caso dos adultos, projeta-se uma redução de cerca de 20% entre os anos de 2016 e 2017, retornando à patamares de 2014 e 2015, com aproximadamente 200 casos de prisões em flagrante. Quanto aos mandados de prisão, o ano de 2016 registrou um índice muito superior aos anos anteriores, porém, em 2017, prevê-se uma redução de cerca de 40% com relação à 2016.

Com relação às violências contra crianças e adolescentes, observemos os quadros e gráficos abaixo:

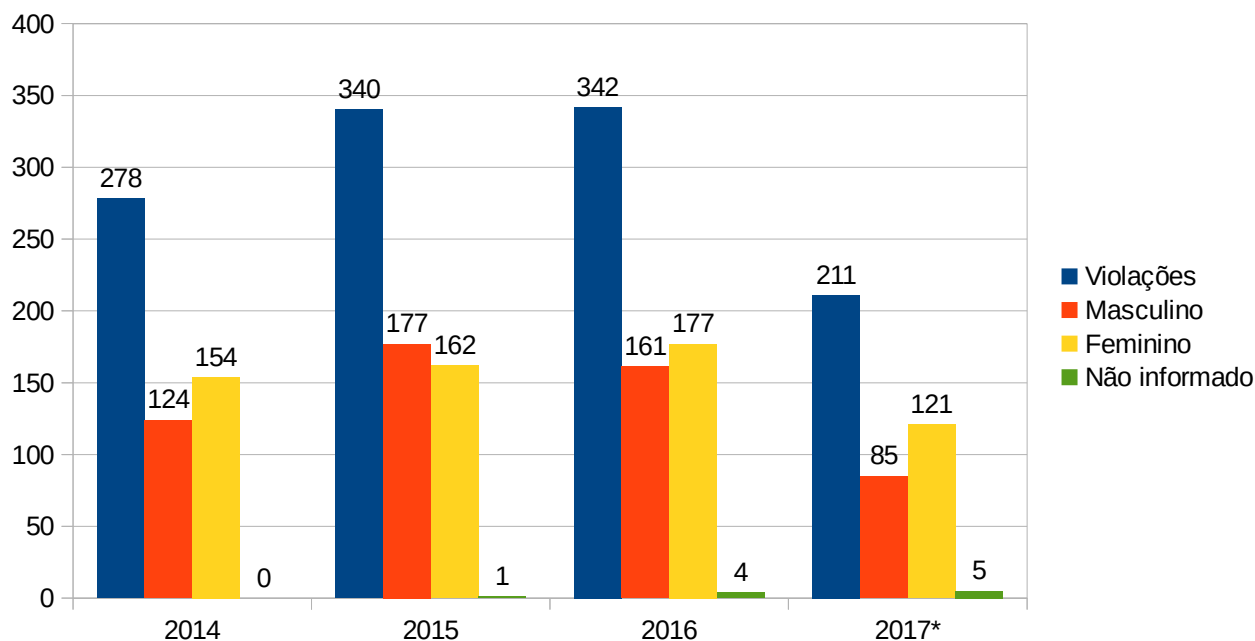


Gráfico 14 - Violações por sexo

Fonte: SipiWeb. Acesso em outubro de 2017. \* Referência: jan/jun 2017.

O gráfico acima indica que vêm ocorrendo um aumento no número de violações contra crianças e adolescentes entre os anos de 2014 e 2016, passando de 278 para 342. Fato alarmante, são os números de 2017, onde em apenas 6 meses foram registradas 211 violações, projetando cerca de 422 violações até o fim o ano, cerca de 24% à mais que o ano anterior.

Verifica-se que a violência contra meninos sofreu variações, com grande crescimento entre 2014 e 2015, redução em 2016 e uma provável ampliação reduzida em 2017, de 161 para cerca de 170. Contudo, chama atenção o aumento crescente de violência contra meninas, que além de vir registrando crescimento constante, tem uma probabilidade de aumento próximo a 37% entre 2016 e 2017, saltando de 177 para cerca de 242 casos de violência contra crianças e adolescentes do sexo feminino.

Quadro 31 - Violações por faixa etária

Ano	Violações	Criança	Adolescente
2014	278	109	103
2015	340	126	130
2016	342	146	157
2017*	211	102	96
Projeção 2017	422	204	182

Fonte: SipiWeb. Acesso em outubro de 2017. Referência: jan/jun 2017.

Quanto às violações por faixa etária, verifica-se também uma ampliação sistemática entre os anos, além de tendência de aumento de cerca de 25% entre 2016 e 2017.

Com relação às faixas etárias percebe-se certo equilíbrio, apesar de ter-se 11 anos para crianças e apenas 6 anos para os adolescentes, o que evidencia uma violência numericamente maior contra adolescentes. O quadro abaixo ilustra melhor essa situação:

Quadro 32 - Violações por idade

Ano	Violações	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
2014	278	0	0	1	6	10	12	10	7	11	15	9	14	14	18	8	16	25	36
2015	340	0	0	10	10	6	15	14	4	5	16	10	18	18	11	17	19	20	53
2016	342	0	4	7	11	9	7	12	15	10	14	23	16	18	23	29	33	35	37
2017*	211	5	4	5	4	6	8	9	16	7	11	8	3	16	15	13	16	21	30

Fonte: SipiWeb. Acesso em outubro de 2017. \* - Referência: jan/jun 2017.

Observa-se que há uma maior concentração de violências contra os adolescentes, especialmente a partir dos 15 anos. Há de se verificar, contudo, que nos últimos anos têm também aumentado a violência contra crianças de 0 e 1 ano. De qualquer forma, o que se verifica é um aumento significativo entre os anos, com uma diferença superior à 50% entre os anos de 2014 e 2017.

Quadro 33 - Violações por agente violador

Município	Avós	Irmãos	Madrasta	Mãe	Outro	Padrasto	Pai	Responsável	Tio/Tia
2014	13	6	2	162	45	9	106	2	10



2015	13	3	2	196	70	14	124	10	2
2016	22	3	4	270	5	24	117	9	3
2017*	9	2	0	169	6	9	93	5	6

Fonte: Sipiaweb. Acesso em outubro de 2017. \* - Referência: jan/jun 2017.

Quanto ao agente violador, observa-se que há grande concentração na mãe e no pai. Verifica-se que os demais números se mantêm constantes, com exceção do “outro”, com expressiva redução entre os anos e o caso dos tios, com aumento significativo entre 2016 e 2017.

Quadro 34 - Violações por agente violador II

Ano	Comércio	Hospital Particular	Polícia Civil	Polícia Militar	Ambulatório	Creche	Entidade Atendimento	Escola
2014	5	45	45	0	3	3	1	1
2015	4	70	70	1	1	2	1	1
2016	5	5	5	0	2	2	1	1
2017*	3	6	6	0	0	0	0	0

Fonte: Sipiaweb. Acesso em outubro de 2017. \* - Referência: jan/jun 2017.

Há ainda os agentes violadores “institucionais”, onde verifica-se redução em todos os casos, especialmente nos hospitais particulares e Polícia Civil. Salienta-se contudo, a ausência/baixa frequência de registros de violência praticadas por Policiais Militares, pois informalmente, sabe-se de diversos casos, contudo, estes não foram devidamente registrados.

Quadro 35 - Direitos Violados - 2017

Categoria de direito violado	Qtde	Direito Violado	Qtde
Direito à Vida e à Saúde	8	Não atendimento em saúde	3
		Prejuízo a vida e saúde por ação ou por omissão	4
		Atos atentatórios a vida e a saúde	1
Convivência Familiar e Comunitária	178	Privação ou dificuldade de convívio familiar	1
		Inadequação do convívio familiar	18
		Violações a dignidade / negligência familiar	159
Liberdade, Respeito, Dignidade	24	Violência psicológica	6
		Violência física	7
		Violência sexual - abuso	11

Fonte: Sipiaweb. Acesso em outubro de 2017. \* - Referência: jan/jun 2017.

Observando o quadro acima referente aos direitos violados em 2017, pode-se observar uma grande concentração na categoria “convivência familiar e comunitária”, especificamente nas violações à dignidade e negligência intrafamiliar, com cerca de 75% do total. Entretanto, segundo informações da

equipe do Conselho Tutelar de Laguna, a violência registrada no sistema SIPIA é aquela que originou a denúncia, ou seja, à violência que demandou o atendimento.

Em grande parte dos casos, uma família passa a ser atendida em razão de denúncias por negligência ou violações à dignidade, no entanto, no decorrer do processo, verifica-se que outros direitos foram violados. Este fato sugere uma subnotificação das violências, que ocorre quando mais de uma violência é verificada, mas apenas a “primeira” é registrada.

Uma outra violência que também merece destaque é o trabalho infantil. De acordo com o IBGE, no ano de 2000 foram identificadas 344 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil enquanto que em 2010, foram identificadas cerca de 241 crianças e adolescentes, embora-se informalmente projete-se um número maior.

Entretanto, deve-se considerar a fragilidade do sistema de pesquisa e coleta de dados sobre alguns setores econômicos, que possuem número elevado de trabalhadores informais, comumente não computados em razão das especificidades da atividade, que pode ser desenvolvida em ambientes alheios ao acesso e fiscalização das autoridades e órgãos competentes. Como exemplo tem-se as atividades ligadas à caça e pesca, a coleta de material reciclável, exploração sexual, cuidados de crianças e idosos, transporte coletivo de crianças, o tráfico de drogas, entre outros, que na grande maioria das vezes vêm sendo subdimensionados pelos órgãos competentes.

Neste universo, projeta-se a existência de um número superior de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, inclusive com presença elevada de crianças menores de 10 anos.

Outras demanda ligada à violência, suas consequências para o agente e para sua família podem ser verificadas a partir dos dados sobre o sistema prisional. O quadro abaixo expressa os dados sobre a Unidade Prisional Avançada de Laguna.

Quadro 36 – Unidade Prisional Avançada de Laguna - UPA

<b>Situação do Estabelecimento Penal</b>	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>
Capacidade projetada	0	97
Lotação atual	0	112
Capacidade para presos em celas de proteção	0	0
Capacidade para presos em cumprimento de RDD	0	0
Quantidade de vagas oferecidas para trabalho interno	0	11
Quantidade de vagas oferecidas para trabalho externo	0	4
Quantidade de vagas oferecidas para estudo na unidade	0	22
<b>Quantitativos de presos/internos na data da inspeção</b>		
Presos provisórios	0	44
Presos Estrangeiros	0	1
Presos Indígenas	0	0
Presos em cumprimento de pena no regime fechado	0	42
Presos em cumprimento de pena no regime semiaberto	0	25
Presos em cumprimento de pena no regime aberto	0	0
Presos em razão de prisão civil decretada	0	0
Internos em cumprimento de medida de segurança	0	0

Presas Gestantes	0	
------------------	---	--

Fonte: Conselho Nacional de Justiça. Referência: Setembro de 2017.

Verifica-se que a população atual é cerca de 15% superior à capacidade da unidade. Considerando tratar-se de 112 internos, considera-se reduzidas as vagas para estudo e trabalho, sendo 22 e 15 respectivamente.

Sobre esses “números”, é importante salientar que para cada interno, provavelmente há uma família em situação de vulnerabilidade, seja pela ausência de renda, seja pelas consequências dos atos delituosos cometidos pelo membro familiar, além da própria pessoa, que deverá passar por um processo de reinserção social após o cumprimento da pena.

De acordo com arquivos da Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da AMUREL – ACUSTRA, cerca de 95% dos internos da UPA são oriundos do município de Laguna. Há ainda pessoas de Laguna que encontram-se encarceradas em outras unidades prisionais do Estado, totalizando cerca de 300 pessoas, entre homens e mulheres. Atualmente, a ACUSTRA realiza o atendimento de grande parte das famílias desses internos, tanto daqueles presos do município quanto em outras cidades do Estado.

Com relação ao regime aberto e a prestação de serviços à comunidade, o quadro abaixo ilustra os números de Laguna:

Quadro 37 – PSC e Regime Aberto

PSC Justiça Estadual	PSC Justiça Federal	Regime Aberto
105	35	123

Fonte: Arquivos ACUSTRA e CPMA – Central de Penas Alternativas da Comarca de Laguna, outubro de 2017.

É importante mencionar, que o monitoramento da Prestação de serviços à comunidade oriundos de processos da Justiça Estadual é realizado pela Central de Penas Alternativas, enquanto que o monitoramento dos condenados na Justiça Federal é realizado pela ACUSTRA, assim como o atendimento, sob demanda, das pessoas e famílias de condenados ao regime aberto.

Outra demanda potencial para a Proteção Social Especial é a população em situação de rua. Embora hajam 4 pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico e tenha-se registrado XX atendimentos pelo CREAS no ano de 2017, estima-se que o número de pessoas em situação de rua é bem superior aos atendimentos.

Em razão de não ter-se realizado nenhuma pesquisa, mapa ou estudo que determine o quantitativo dessa população, não se tem uma estimativa aproximada desse público, embora o fato de haver pessoas nessa situação enseje organização do atendimento por parte da Assistência Social.

## 2.3 – VARIÁVEIS E INDICADORES RELATIVOS À ESTRUTURA DE OFERTA DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este subcapítulo tem como objetivo apresentar, por meio de dados quantitativos, informações sobre a oferta de cada um dos serviços tipificados e benefícios do SUAS no município. Busca-se caracterizar o tipo de oferta, o volume, os padrões, a distribuição no território e incluir indicadores relativos à qualidade da oferta instalada e à existência e existência de cofinanciamento federal para os referidos serviços e benefícios, no âmbito do Programa Bolsa Família, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Benefícios.

### 2.3.1 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda direta às famílias, instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, composto por vários tipos e valores de benefícios, calculados em razão das especificidades do público, obtidos por meio do CadÚnico – Cadastro Único dos Programas Sociais. O Quadro abaixo, traz informações disponíveis no site do MDS:

Quadro 38 – Tipos de Benefícios do Programa Bolsa Família

TIPO	VALOR	DESCRIÇÃO DO BENEFÍCIO
Benefício Básico	R\$ 85,00	Concedido apenas a famílias extremamente pobres, ou seja, com renda mensal por pessoa menor ou igual a R\$ 70,00;
Benefício Variável de 0 a 15 anos	R\$ 39,00	Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade;
Benefício Variável à Gestante (BVG)	R\$ 39,00	Concedido às famílias do PBF que tenham gestantes em sua composição; Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês;
Benefício Variável à Nutriz (BVN):	R\$ 39,00	Concedido às famílias do PBF que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição;
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente	R\$ 46,00	Concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos – limitado a dois benefícios por família.
Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP):	Caso a caso	Transferido às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que continuem em situação de extrema pobreza (renda mensal per capita menor ou igual a R\$ 70,00), mesmo após o recebimento dos outros benefícios do PBF. O BSP independe da composição familiar.

Fonte: Sítio MDS, 2017.

De acordo com o perfil familiar identificado por meio do CadÚnico, cada família poderá receber um ou mais dos benefícios listados acima. A figura abaixo, expressa alguns quantitativos relativos à execução do Programa Bolsa Família no Município:



Figura 25 – Programa Bolsa Família – Informações Gerais do Município.

Fonte: SAGI/MDS, 2017.

Pode-se averiguar que cerca de 3% da população recebe o benefício, totalizando 451 famílias, que recebem a média de R\$ 108,31 por mês. No ano de 2016, foram recebidos aproximadamente R\$ 907.000,00 enquanto que até setembro de 2017, recebeu-se aproximadamente R\$ 488.000,00, cerca de 55% do valor do ano anterior.

Considerando estar-se no mês de setembro, que representa cerca de 75% do total do ano, verifica-se que os valores repassados no ano de 2016 são superiores aos repassados em 2017, que segundo projeção, deverão chegar a aproximadamente R\$ 650.000,00, ou seja, cerca de 70% dos valores repassados no ano anterior.

No mês de setembro de 2017, o PBF apresentou os seguintes quantitativos de benefícios:

Quadro 39 – Beneficiários do Programa Bolsa Família

Descrição	Qtde	Referência
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	451	09/2017
Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias (em Reais - R\$)	48.847,00	09/2017
<b>Quantitativo por Tipo de Benefícios</b>		
Benefício Básico	124	08/2017
Benefícios Variáveis	843	08/2017
Benefício Variável Jovem - BVJ	121	08/2017
Benefício Variável Nutriz - BVN	10	08/2017
Benefício Variável Gestante - BVG	5	08/2017
Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP	16	08/2017

Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: agosto de 2017

Entre as 451 famílias que recebem o benefício, tem-se 843 benefícios variáveis, uma média aproximada de 2 benefícios por família, tem-se ainda, em menores quantidades, os benefícios básicos concedidos às famílias em situação de extrema pobreza, totalizando 124 benefícios.

Outra atuação relevante das equipes do Programa e da Proteção Social Básica diz respeito ao acompanhamento de condicionalidades. De acordo com o site do MDS, as condicionalidades existem como estratégias de garantia de direitos à educação, saúde e assistência social entre os beneficiários do Programa Bolsa Família. Por um lado representam compromissos assumidos pelas famílias para continuar recebendo o benefício, por outro, o compromisso do estado em prestar serviços na área de educação, saúde e assistência Social.

Na área da educação, as condicionalidades consistem na matrícula e frequência mensal mínima de 85% entre alunos de 6 e 15 anos, e frequência de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. Já na saúde, há um compromisso das famílias em acompanhar os cartões de vacinação e o desenvolvimento de crianças menores de 7 anos. Há ainda o acompanhamento de saúde das mulheres na faixa de 14 a 44 anos e o pré-natal, no caso de gestantes.

Ainda de acordo com sítio do MDS, havendo descumprimento das condicionalidades mencionadas, o órgão gestor deve fazer acompanhamento gerencial para identificar os motivos e implementar ações para seu cumprimento, com foco nas famílias em situação de maior vulnerabilidade. Esgotadas as possibilidades de reverter o descumprimento das condicionalidades, o benefício pode ser suspenso, bloqueado ou mesmo cancelado, contudo, o poder público deve sempre ao máximo evitar tal situação.

Cabe ao poder público, portanto, a gestão das condicionalidades, que consiste na articulação entre assistência social, saúde e educação, desde a oferta de serviços, o registro das frequências, até o desenvolvimento de estratégias conjuntas de superação das vulnerabilidades pelas famílias.

Conforme site do MDS, os objetivos do acompanhamento das condicionalidades são: Monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, como determina a legislação do programa; Responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias mais vulneráveis; Identificar, nos casos de não cumprimento, as famílias em maior situação de vulnerabilidade e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias.

Nesse sentido, o quadro abaixo expressa alguns quantitativos:

Quadro 40 - Acompanhamento das condicionalidades

Descrição	Qtde	Mês Referência
<b>Público acompanhamento</b>		
Total de beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos)	684	05/2017
Total de beneficiários com perfil educação (16 e 17 anos)	106	05/2017
Total de famílias com perfil saúde ( com crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos)	548	12/2016
<b>Resultados do Acompanhamento</b>		
<b>Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos)</b>	546	05/2017
<b>Total de beneficiários acompanhados pela educação (16 a 17 anos)</b>	79	05/2017
Total de beneficiários acompanhados com frequência acima da exigida ( 6 a 15 anos - 85%)	540	05/2017
Total de beneficiários acompanhados com frequência abaixo da exigida ( 6 a 15 anos- 85%)	6	05/2017

Total de beneficiários com frequência acima da exigida (16 a 17 anos - 75%)	76	05/2017
Total de Beneficiários com frequência abaixo da exigida (16 a 17 anos - 75%)	3	05/2017
Total de beneficiários sem informação de frequência escolar (6 a 15 anos)	138	05/2017
Total de beneficiários sem informação de frequência escolar (16 a 17 anos)	27	05/2017
<b>Total de famílias acompanhadas pela saúde</b>	<b>273</b>	<b>12/2016</b>
Total de gestantes acompanhadas	1	12/2016
Total de gestantes com pré natal em dia	1	12/2016
Total de crianças acompanhadas	173	12/2016
Total de crianças com vacinação em dia	172	12/2016
Total de crianças com dados nutricionais	169	12/2016
Total de famílias não acompanhadas pela saúde	271	12/2016

Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: agosto de 2017

Observa-se que dos 684 beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos) 546 foram acompanhados, enquanto que entre os 106 beneficiários com perfil educação (16 e 17 anos), 79 acompanhados. A partir desses dados, tem-se que a taxa de acompanhamento da educação é de 79%, podendo ser considerada boa. Já com relação ao acompanhamento em saúde, de um total de 548 famílias com este perfil, apenas 273 foram acompanhadas, perfazendo um percentual de 49%, que pode ser considerado baixo.

É importante destacar que, além dos benefícios concedidos às famílias, o município recebe um repasse mensal do governo federal para aprimoramento e Gestão do programa, o IGD/PBF – Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. Tal valor, é calculado pelo MDS e representa a soma de quatro fatores e quatro incentivos.

O quadro abaixo demonstra a composição do IGD/PBF do Município, ilustrando com os números de setembro de 2017:

#### Quadro 41 – IGDPBF Analítico

Nº	Descrição	Quantitativo
1	- Crianças e adolescentes das famílias do PBF com frequência escolar informada	625
2	- Total de crianças e adolescentes das famílias do PBF no município	790
3	- TAFE - Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar ( item 1 / item 2 )	0,79
4	- Famílias do PBF com condicionalidades de saúde informada	273
5	- Total de famílias com perfil saúde no município	548
6	- TAAS - Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde ( item 4 / item 5 )	0,49
7	- Atualizações de cadastros - Perfil CadÚnico até 1/2 salário mínimo	963
8	- Cadastros de Famílias com Perfil CadÚnico até 1/2 salário mínimo	2.125
9	- TAC - Taxa de Atualização Cadastral ( item 7 / item 8 )	0,45
10	- Fator 1: Operação ( (TAFE+TAAS) / 2 + TAC / 2)	0,54
11	- Fator 2: Adesão ao SUAS	1,00
12	- Fator 3: Comprovação de Gastos pelo FMAS	1,00
13	- Fator 4: Aprovação da Comprovação de Gastos pelo CMAS	1,00
14	- IGD-M ( Fator 1 x Fator 2 x Fator 3 x Fator 4 )	1



15	- Estimativa total de famílias de baixa renda no município - perfil CadÚnico	3.456
16	- Quantidade de famílias consideradas para cálculo do repasse	963
17	- Valor Calculado sem Incentivos ( item 14 x R\$ 3,25 x item 16 )	1.717,92
18	- Incentivo 1 - Proporção de famílias em fase de suspensão em acompanhamento Familiar	0,00
19	- Incentivo 2 - Dados da gestão municipal no SIGPBF atualizados há menos de 1 ano	85,90
20	- Valor Total de Incentivos ( item18 + item 19 )	85,90
21	- Valor Calculado com Incentivos ( Item 17 + Item 20 )	1.803,82
22	- Teto de repasse do IGD-M	12.355,20
23	- Valor repassado no mês	0,00
24	- Motivo(s) que impede(m) o repasse	IGD < 0,55

Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: julho de 2017.

Como mencionado anteriormente a taxa de acompanhamento das condicionalidades da saúde estava baixa, cerca de 0,49%. Além disso, a taxa de atualização cadastral também pode ser considerada baixa, sendo 0,45, o que inclusive resultou no bloqueio de repasses do IGD suas durante vários meses do ano de 2017, por estar com o IGD inferior à 0,55.

Ainda que recebesse os recursos, o município receberia cerca de R\$ 1,803,00, enquanto que o teto de recebimento do município é de aproximadamente R\$ 12.355,00, ou seja, o município receberia cerca de 15% do teto a ser recebido.

### 2.3.2 Proteção Social Básica

O município possui quatro unidades que ofertam serviços de proteção social básica, sendo dois CRAS e duas organizações da sociedade civil. Até o ano de 2015, os CRAS ofertavam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Contudo, a partir de janeiro de 2016 os CRAS deixaram de ofertar o serviço.

Atualmente, ambos os CRAS executam apenas o PAIF. O SCFV vem sendo executado por duas entidades: Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da AMUREL – ACUSTRA e Centro de Ensino Hermon, unidade vinculada à Fundação Hermon, que atendem, respectivamente, 70 e 100 usuários, totalizando 170 crianças e adolescentes atendidos.

Com relação a execução do PAIF dos CRAS, os quadros abaixo trazem os quantitativos extraídos do Relatório Mensal de Atendimento - RMA, com base nos meses de janeiro à junho de 2017:

Quadro 42 - Relatório Agregado jan/jun 2017– Registro Mensal de Atendimento CRAS II

<b>Bloco I - Famílias em acompanhamentos pelo PAIF</b>		
A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF	Total	Média
A.1. Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	152	25,33
A.2. Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência	12	2,00
B. Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês de referência	Total	Média
B.1. Famílias em situação de extrema pobreza	0	0,00
B.2. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	6	1,00
B.3. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades	4	0,67
B.4. Famílias com membros beneficiários do BPC	1	0,17
B.5. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	0	0,00
B.6. Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	0	0,00
<b>Bloco II - atendimentos individualizados realizados no CRAS</b>		
C. Volume de atendimentos particularizados realizados no CRAS no mês de referência	Quantidade	Média
C.1. Total de atendimentos particularizados realizados no mês de referência	311	51,83
C.2. Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	21	3,50
C.3. Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	12	2,00
C.4. Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	9	1,50
C.5. Famílias encaminhadas para o CREAS	3	0,50
C.6. Visitas domiciliares realizadas	171	28,50
C.7. Total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o mês de referência	0	0,00
C.8. Total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o mês de referência	0	0,00
C.9. Outros benefícios eventuais concedidos/entregues durante o mês de referência	0	0,00
<b>Bloco III - atendimentos coletivos realizados no CRAS</b>		
D. Volume de atendimentos coletivos realizados no CRAS durante o mês de referência	Total	Média
D.1. Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	0	0,00
D.2. Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	0	0,00
D.3. Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalec. de Vínculos	0	0,00
D.4. Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	0	0,00
D.8. Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	0	0,00
D.5. Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos	0	0,00
D.6. Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas não continuadas	0	0,00
D.7. Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	0	0,00

RI Social, Sagi/MDS, setembro de 2017.

Verifica-se que no CRAS I foram inseridas 12 novas famílias em acompanhamento no período de janeiro à junho de 2017, o que representa uma média de 2 famílias por mês, e do total, apenas 7 são do público prioritário. Apesar disso, tem-se o registro médio de 25,33 famílias em acompanhamento por mês e uma média de 51,83 atendimentos particularizados, totalizando 311 atendimentos.

Com relação aos 311 atendimentos, 171 foram visitas domiciliares, 33 relacionados à encaminhamentos ao CadÚnico, 9 para o BPC e 3 para o CREAS, além de “outros” 95 atendimentos que não são contemplados no formulário. Quanto aos atendimentos coletivos, até esta data não foram registrados, seja pela atividade com grupos ou por ações coletivas.

Vejamos abaixo informações similares acerca do CRAS II, relativas ao período de janeiro a julho de 2017:

Quadro 43 - Relatório Agregado jan/jun 2017– Registro Mensal de Atendimento CRAS II

<b>Bloco I - Famílias em acompanhamentos pelo PAIF</b>		
A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF	Total	Média
A.1. Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	161	26,83
A.2. Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência	7	1,17
B. Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês de referência	Total	Média
B.1. Famílias em situação de extrema pobreza	0	0,00
B.2. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	0,00
B.3. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades	0	0,00
B.4. Famílias com membros beneficiários do BPC	0	0,00
B.5. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	0	0,00
B.6. Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	0	0,00
<b>Bloco II - atendimentos individualizados realizados no CRAS</b>		
C. Volume de atendimentos particularizados realizados no CRAS no mês de referência	Quantidade	Média
C.1. Total de atendimentos particularizados realizados no mês de referência	246	41,00
C.2. Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	13	2,17
C.3. Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	101	16,83
C.4. Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	0	0,00
C.5. Famílias encaminhadas para o CREAS	0	0,00
C.6. Visitas domiciliares realizadas	100	16,67
C.7. Total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o mês de referência	0	0,00
C.8. Total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o mês de referência	0	0,00
C.9. Outros benefícios eventuais concedidos/entregues durante o mês de referência	0	0,00
<b>Bloco III - atendimentos coletivos realizados no CRAS</b>		
D. Volume de atendimentos coletivos realizados no CRAS durante o mês de referência	Total	Média
D.1. Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	0	0,00
D.2. Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	0	0,00
D.3. Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	0	0,00
D.4. Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	0	0,00
D.8. Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	0	0,00
D.5. Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos	0	0,00
D.6. Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de não continuadas	0	0,00
D.7. Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	0	0,00

Fonte: RI Social, Sagi/MDS, setembro de 2017.

Com a inserção de apenas 7 famílias e uma média de acompanhamento de 26,83, o CRAS II apresenta números aproximados do CRAS I, ou seja, extremamente baixos. Quanto aos atendimentos particularizados, foram registradas 100 visitas domiciliares, nenhum encaminhamento para o BPC ou para o CREAS. Por outro lado, foram realizados 114 encaminhamentos para o CadÚnico. Foram ainda realizados 32 atendimentos não classificados no formulário.

Além de verificar-se os números do ano de 2017, buscou-se estabelecer um comparativo entre os anos anteriores, de modo a trazer maior compreensão sobre a atual capacidade de oferta do PAIF nos CRAS. Nesse sentido, os quadros abaixo trazem a série histórica entre os anos de 2012 e 2017:

Quadro 44 – Famílias inseridas em acompanhamento

Unidade / Atividade	2012	2013	2014	2015	2016	2017*
CRAS I	56	49	25	10	20	12
CRAS II	52	44	85	29	10	7
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>93</b>	<b>110</b>	<b>39</b>	<b>30</b>	<b>19</b>

Fonte: registro Mensal de Atendimento RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. \* - Referência: Jan/jul 2017.

Em ambos os CRAS observa-se uma dinâmica similar entre os anos de 2012 e 2013, com uma redução sensível.

A partir de 2014, o CRAS I registrou queda significativa no número de famílias inseridas, reduzindo à menos da metade em 2015 e retomando timidamente as inserções em 2016. Conforme projeção, no ano de 2017 o CRAS I deverá inserir aproximadamente 24 famílias, superando os anos de 2015 e 2016, contudo, ainda muito inferior aos anos de 2012 e 2013.

Já o CRAS II apresentou um aumento nas inserções de famílias em acompanhamento no ano de 2014, com duas quedas bruscas, uma em 2015 e outra em 2016, chegando à 10 inserções/ano, ou seja, menos de uma família inserida por mês. Considerando os números atuais, estima-se que em 2017 o CRAS II inserirá cerca de 14 famílias, número extremamente reduzido e inferior aos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.

Com relação aos atendimentos realizados, o quadro abaixo apresenta os números de atendimentos individualizados realizados pelos dois CRAS:

Quadro 45 - Atendimentos Individualizados

Unidade / Atividade	2012	2013	2014	2015	2016	2017*
CRAS I	1255	1488	419	695	487	311
CRAS II	479	312	658	517	458	246
<b>Total</b>	<b>1734</b>	<b>1800</b>	<b>1077</b>	<b>1212</b>	<b>945</b>	<b>557</b>

Fonte: registro Mensal de Atendimento RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. \* - Referência: Jan/jul 2017.

Comparando os dados de 2012 e 2016, verifica-se que o CRAS II manteve um número aproximado de atendimentos. Por outro lado, o CRAS I teve uma redução de cerca de 60% no número de atendimentos. No ano de 2017, estima-se que ambos os CRAS alcancem índices similares à 2015 e superiores à 2016.

Quadro 46 - Atividades Coletivas PAIF - Pessoas

Unidade / Atividade	2012	2013	2014	2015	2016	2017*
CRAS I	183	210	104	102	46	0
CRAS II	566	45	97	249	103	0
<b>Total</b>	<b>749</b>	<b>255</b>	<b>201</b>	<b>351</b>	<b>149</b>	<b>0</b>

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. \* - Referência: Jan/jul 2017.

As atividades coletivas, representadas por palestras, ações comunitárias, oficinas ou outras atividades de caráter não continuada apresentam variações significativas entre os anos. Chama atenção o fato de que, até junho de 2017, não havia sido realizada nenhuma atividade coletiva.

Com relação especificamente aos atendimentos coletivos por meio do Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Entre os anos de 2012 e 2015, o CRAS I possuía uma equipe maior que o CRAS II, além de ofertar os SCFV para idosos, crianças de 0 a 6 anos, para crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos e para os adolescentes entre 16 e 18 anos. No caso do CRAS II, eram ofertados os SCFV para as faixas etárias de 7 a 15 e de 16 a 18.

O quadro abaixo expressa os quantitativos de atendimento por CRAS:

Quadro 47 - Atividades Coletivas PAIF - Pessoas

Unidade / Atividade	2012	2013	2014	2015	2016	2017*
CRAS I	1061	1023	603	246	0	0
CRAS II	425	170	241	83	0	0
<b>Total</b>	<b>1486</b>	<b>1193</b>	<b>844</b>	<b>329</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. \* - Referência: Jan/jul 2017.

A partir da análise do quadro, verifica-se uma queda significativa entre os anos de 2012 e 2015 em ambos os CRAS, culminando no encerramento do serviço no ano de 2016, sem retomada no ano de 2017.

É importante salientar, que os quantitativos mencionados acima referem-se ao total de atendimentos mês, desse modo, para ter-se uma estimativa do total de pessoas atendidas por este serviço, deve-se dividir o número apresentado por 12. Sendo assim, no ano de 2012, os CRAS juntos atenderam cerca de 123 usuários/mês, enquanto que em 2015, atenderam aproximadamente 27 usuários/mês.

Entretanto, duas entidades de Assistência Social vêm oferecendo o serviço para a faixa etária de 7 a 15 anos, sendo elas: ACUSTRA e o Centro de Ensino Hermon, que desde 2014 aderiram a esta oferta e vêm adequando-se ao reordenamento do SCFV instituídas pelo CNAS, por meio da resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013.

De acordo com registros das entidades, no ano de 2017, ambas somadas vêm atendendo cerca de 170 usuários/mês, perfazendo aí um total aproximado de 2040 atendimentos/ano. Entretanto, de acordo com a Resolução CNAS 01/2013 as informações dos usuários do SCFV devem ser trimestralmente inseridas no Sistema de Informações do Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC, o que não vêm ocorrendo de forma integral, repercutindo assim em um número de registros inferior ao número real de atendimentos.

Assim, o gráfico abaixo expressa o número de crianças e adolescentes que estão inseridos no SCFV no ano de 2017, considerando ainda a meta estabelecida para o município para esta oferta:

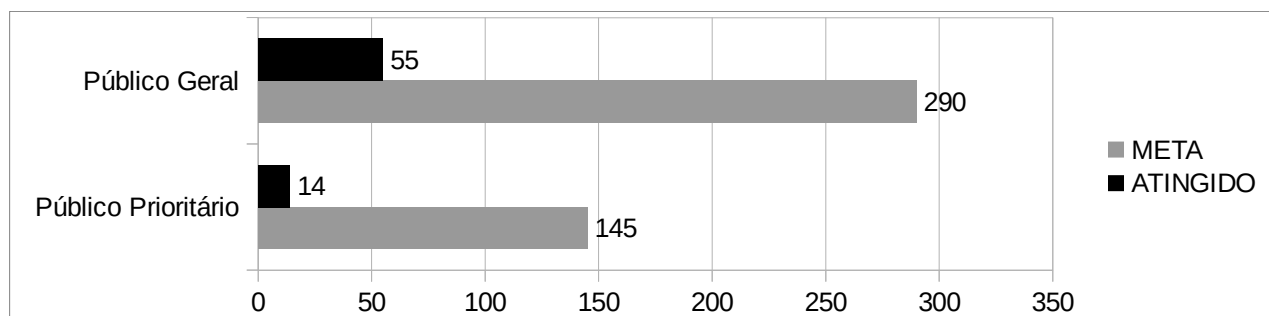


Gráfico 15 – Número de usuários inseridos no SISC em 2017

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Observa-se que o número demonstrado acima é inferior ao número de atendimentos real, pois atende-se à 170 com registro de apenas 55. Contudo, verifica-se que as metas do município são superiores ao atendimento ofertado hoje, pois no município deveriam ser atendidos pelo menos 290 usuários e destes, 145 do público prioritário.

### 2.3.3 Proteção Social Especial

No município são ofertados cinco serviços/programas de proteção social especial, sendo:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos Vítimas de Violência (PAEFI) e o Serviço de proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de prestação de Serviços à Comunidade (MSE);
- Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, executado diretamente pelo órgão gestor no Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio;
- Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, executado pela Sociedade da Divida Providência no Asilo Santa Isabel (privada);
- Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência, executado pela APAE.

Com relação aos atendimentos realizados no CREAS por meio do PAEFI e MSE, observemos os quadros abaixo:

Quadro 48 – Famílias inseridas em acompanhamentos pelo PAEFI - 2013 a 2017

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017*
Novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI	138	164	82	72	36
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	68	40	13	7	7
Famílias com membros beneficiários do BPC	9	17	2	1	2
Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	0	1	1	0	0
Famílias com crianças ou adolescentes em Serviços de Acolhimento	11	0	0	1	0
Famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas	0	69	26	18	14
Famílias com adolescente em cumprimento de MSE em meio aberto	0	0	0	0	4

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. \* - Referência: Jan/jul 2017.

Em razão de considerar-se os 6 primeiros meses do ano de 2017, verifica-se que o número de famílias inseridas em acompanhamento segue o mesmo quantitativo do ano anterior, ou seja, projeta-se a inserção de 72 famílias. Há ainda uma projeção e ampliação no atendimento à famílias beneficiárias do PBF e famílias cuja ocorrência de violência estão associadas ao uso de substâncias psicoativas.

O quadro abaixo traz o quantitativo de atendimentos no CREAS entre os meses de janeiro e junho de 2017:

Quadro 49 – Acompanhamentos PAEFI – Jan/Jul 2017

Bloco I – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI						
A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAEFI	Total	Média				
A.1. Total de casos (famílias ou indivíduos) em acompanhamento pelo PAEFI	322	53,67				
A.2. Novos casos (famílias ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do PAEFI, durante o mês de referência	36	6,00				
B. Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI, no mês de referência	Total	Média				
B.1. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	7	1,17				
B.2. Famílias com membros beneficiários do BPC	2	0,33				
B.3. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	0	0,00				
B.4. Famílias com crianças ou adolescentes em Serviços de Acolhimento	0	0,00				
B.5. Famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas	14	2,33				
B.7. Famílias com adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto	4	0,67				
B.6. Quantidade de pessoas vitimadas, que ingressaram no PAEFI, durante o mês de referência (apenas para os novos casos) (TOTAL)	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
	40	Masculino	7	6	9	3
		Feminino	4	4	4	3

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. \* - Referência: Jan/jul 2017.

Quadro 50 – Acompanhamento de crianças e adolescentes – Jan/Jul 2017

C. Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos
C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica) (TOTAL)	16	Masculino	0	5	3
		Feminino	1	3	4
C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual (TOTAL)	2	Masculino	1	0	0
		Feminino	0	1	0
C.3. Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual (TOTAL)	0	Masculino	0	0	0
		Feminino	0	0	0
C.4. Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono (TOTAL)	2	Masculino	0	2	0
		Feminino	0	0	0
Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 15 anos	
C.5. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos) (TOTAL)	0	Masculino	0	0	
		Feminino	0	0	

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. \* - Referência: Jan/jul 2017.

Quadro 51 – Acompanhamento de idosos pelo PAEFI

D. Idosos - 60 anos ou mais - em situações de violência ou violações que ingressaram no PAEFI durante o mês	Total	Sexo	60 anos ou mais
D.1. Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) (TOTAL)	4	Masculino	1
		Feminino	3
D.2. Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono (TOTAL)	4	Masculino	1
		Feminino	3

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. \* - Referência: Jan/jul 2017.

**Quadro 52 – Acompanhamento de pessoas com deficiência pelo PAEFI– Jan/Jul 2017**

E. Pessoas com deficiência em situações de violência ou violações que ingressaram no PAEFI durante o mês	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
E.1. Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) <b>(TOTAL)</b>	0	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	0	0	0
E.2. Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono <b>(TOTAL)</b>	2	Masculino	1	0	0	1
		Feminino	0	0	0	0

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. \* - Referência: Jan/jul 2017.

**Quadro 53 – Acompanhamento de pessoas com deficiência pelo PAEFI – Jan/Jul 2017**

F. Mulheres adultas vítimas de violência intrafamiliar que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Média
F.1. Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	1	0,17

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. \* - Referência: Jan/jul 2017.

**Quadro 54 – Acompanhamento de pessoas com deficiência pelo PAEFI – Jan/Jul 2017**

I. Pessoas em situação de rua que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
I.1. Pessoas em situação de rua <b>(TOTAL)</b>	8	Masculino	0	0	7	1
		Feminino	0	0	0	0

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. \* - Referência: Jan/jul 2017.

**Quadro 55 – Atendimentos pelo PAEFI – Jan/Jul 2017**

M. Atendimentos realizados no mês de referência	Total	Média
M.1. Total de atendimentos individualizados realizados no mês de referência	514	85,67
M.2. Total de atendimentos em grupo realizados no mês de referência	0	0,00
M.3. Famílias encaminhadas para o CRAS durante no mês de referência	16	2,67
M.4. Visitas domiciliares realizadas no mês de referência	214	35,67

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. \* - Referência: Jan/jul 2017.

**Quadro 56 – Adolescentes inseridos no acompanhamento - MSE 2013 a 2017**

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017*
Qtde de adolescentes inseridos em acompanhamento (LA)	25	6	3	14	3
Qtde de adolescentes inseridos em acompanhamento (PSC)	55	13	10	20	7
Qtde de adolescentes inseridos em acompanhamento (LA e PSC)	99	16	12	27	9

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. \* - Referência: Jan/jul 2017.

Os atendimentos do serviço de MSE dependem exclusivamente de encaminhamento do Poder Judiciário. Verifica-se que no ano de 2017 houve uma redução

**Quadro 57 – Acompanhamentos e Atendimentos – Medidas socioeducativas - Jan/Jul 2017**

Bloco III – Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (LA/PSC)		
J. Volume de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas	Total	Média
J.1. Total de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC)	63	10,50
J.2. Quantidade de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida - LA	29	4,83
J.3. Quantidade de adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	34	5,67
Quantidade e perfil dos novos adolescentes inseridos no Serviço, no mês de referência	Total	Sexo



J.4. Total de novos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC), inseridos em acompanhamento no mês de referência <b>(TOTAL)</b>	9	Masculino	8
		Feminino	1
J.5. Novos adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento, no mês de referência <b>(TOTAL)</b>	3	Masculino	2
		Feminino	1
J.6. Novos adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento, no mês de referência <b>(TOTAL)</b>	7	Masculino	7
		Feminino	0

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. \* - Referência: Jan/jul 2017.

No Asilo Santa Isabel que oferta o Serviço de Acolhimento Institucional de Idosos, atualmente estão acolhidos 31 idosos, entre mulheres e homens e com idades variadas, conforme detalhado no quadro abaixo:

Quadro 58 – Idosos acolhidos no Asilo Santa Isabel

Descrição	Faixa Etária			Total
	22 a 59 anos	60 a 79 anos	80 anos ou mais	
Total de Idosos	7	15	9	31
Homens	4	9	2	15
Mulheres	3	6	7	16

Fonte: Arquivos SMASH. Censo SUAS 2017 - Acolhimento Municipal.

Verifica-se que, embora o serviço seja destinado somente a pessoas idosas, tem-se a presença de 7 pessoas com idades entre 22 e 59 anos. Conforme informações obtidas junto à equipe da instituição, são pessoas com deficiência intelectual que foram acolhidas há mais de 24 meses e cujas famílias não foram identificadas ou não se vislumbrou a possibilidade de reintegração familiar.

Ainda de acordo com informações fornecidas pela equipe do Asilo Santa Isabel, 18 dos 31 usuários possuem algum tipo de transtorno mental. Há ainda 13 idosos que possuem deficiência física/sensorial/intelectual.

Quanto ao tempo de acolhimento, o quadro abaixo expressa os quantitativos:

Quadro 59 – Idosos acolhidos no Asilo Santa Isabel

Descrição	Tempo de Acolhimento		
	25 a 48 meses	49 a 72 meses	Mais de 72 meses
Quantidade	5	6	20

Fonte: Arquivos SMASH. Censo SUAS 2017 - Acolhimento Municipal.

Verifica-se que cerca de 65% dos idosos residem na unidade há mais de 72 meses, e cerca de 20% há mais de 49 meses, ou seja, são idosos com pouca possibilidade de reintegração familiar, que deverão receber atendimento integral da instituição até seu falecimento.

Há ainda o Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio, que oferta o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

Este Serviço, no município, destinado a crianças e adolescente de ambos os sexos, que se encontram com seus vínculos familiares rompidos, fragilizados, ou que tenham tido seus direitos ameaçados ou violados, tendo a capacidade de atender até 20 crianças/adolescentes, em acolhimento integral. No período ano de 2016 foram atendidas 24 (vinde e cinco) crianças/adolescentes, tendo uma média de atendimento/mês de 13 crianças/adolescentes. Destas, 07 (sete) retornaram a suas famílias de

origem; 01 completou a maioria tendo seu processo de socialização facilitado saindo com emprego fixo.

Na unidade são ofertados os seguintes serviços: Elaboração do P.I.A., visita da equipe técnica nas escolas e as famílias dos acolhidos; acompanhamento as famílias que adotaram; orientações técnicas aos monitores; suporte a confecção de documentos pessoais; acompanhamento escolar e médico; representação em audiências; socialização; entre outras atribuições pertinentes ao serviço.

#### **2.3.4 Benefícios Eventuais e BPC**




No município, os benefícios eventuais estão regulamentados pela Lei 1824/2015, que prevê a concessão de 08 tipos de benefícios, sendo eles: auxílio natalidade, auxílio por morte, auxílio documentos, auxílio alimentação, auxílio aluguel, auxílio hospedagem, auxílio passagem e auxílio em situação de calamidade pública.

Entretanto, desde o ano de 2016, devido a diversas questões de ordem administrativa e financeira, o município tem racionado a concessão dos benefícios eventuais. Conforme dados obtidos com o responsável pela concessão dos benefícios eventuais, não há um levantamento da demanda atendida nem tampouco da demanda reprimida, ou seja, famílias que solicitaram e não receberam os benefícios.

Somente com relação ao benefício auxílio alimentação, o CRAS I registrou, entre os anos de 2016 e 2017, 60 famílias que solicitaram o benefício e não receberam. Considerando que cada família recebesse o benefício por pelo menos 6 meses, teríamos, pelo menos, 360 demandas reprimidas. Já o CRAS II registrou 77 solicitações não atendidas entre maio e dezembro de 2016, e 55 entre janeiro e novembro de 2017. Além disso, tem-se as solicitações realizadas diretamente no órgão gestor, onde não há registro quantitativo.

Os benefícios auxílio aluguel, auxílio documentos e auxílio natalidade não são concedidos desde a publicação da lei, enquanto que os benefícios de auxílio por morte, auxílio hospedagem e auxílio passagem vêm sendo concedidos de maneira esporádica, conforme disponibilidade financeira e avaliação específica de cada caso. O auxílio em situação de calamidade pública ainda não foi demandado, contudo, verifica-se não haver planejamento nem recurso específico para tal oferta.

Outro benefício da Assistência Social previsto na Lei Orgânica da Assistência Social é o benefício de prestação continuada – BPC/LOAS, é um benefício de renda mensal concedido à idosos e pessoas com deficiência que comprovadamente não possuam meios para sua subsistência. A figura abaixo traz algumas informações acerca da concessão desse benefício aos moradores do município:

<b>BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA</b>					
	<b>TOTAL DE BENEFICIÁRIOS PELA FONTE PAGADORA AGOSTO/2017</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Repassado em Agosto/2017</b>	<b>Repassado em 2017</b>	<b>Repassado em 2016</b>
	<b>586</b>				
	PCD	430	R\$ 402.382,90	R\$ 3.144.012,90	R\$ 4.322.977,37
	Idosos	156	R\$ 144.548,24	R\$ 1.118.950,92	R\$ 1.489.652,26
	<b>Total</b>	<b>586</b>	<b>R\$ 546.931,14</b>	<b>R\$ 4.262.963,82</b>	<b>R\$ 5.812.629,63</b>
	<b>TOTAL DE BENEFICIÁRIOS PELA FONTE PAGADORA AGOSTO/2017</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Repassado em Agosto/2017</b>	<b>Repassado em 2017</b>	<b>Repassado em 2016</b>
	<b>35</b>				
	Total	35	R\$ 32.795,00	R\$ 261.423,00	R\$ 0
	<b>TOTAL DE BENEFICIÁRIOS PELA RESIDÊNCIA DO BENEF. JUN/17</b>		<b>PCD</b>	<b>Idosos</b>	<b>Total</b>
	<b>539</b>				
	BPC		396	143	539
	RMV		-	-	0

Fonte: DATAPREV/Síntese

Figura 26 – Beneficiários do BPC e RMV  
Fonte: SAGI/MDS, 2017.

Verifica-se que, no município, há 586 beneficiários do BPC ou RMV, desses, 430 são pessoas com deficiência e 156 idosos.

## 2.4 – VARIÁVEIS E INDICADORES RELATIVOS À ESTRUTURA DE OFERTA DAS DEMAIS POLÍTICAS, EXCLUSIVAMENTE NO QUE SE REFERE AOS PONTOS DE CONTATO E DE COMPLEMENTARIDADE ENTRE ESTAS E A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este subcapítulo tem-se como objetivo apresentar, por meio de dados numéricos e de dados categóricos, informações sobre a existência, ou não, de outras ofertas que, embora não integrem as ações de assistência social, constituem “retaguardas” ou pontos de apoio indispensáveis à dimensão intersectorial da atenção aos usuários da política de assistência. Nesse sentido, se destacam estruturas de ofertas, relacionadas à educação e habitação.

### 2.4.2 Educação

Entre as vulnerabilidades e riscos aos quais estão expostas as famílias, a educação (ou a falta dela) aparece como elemento estruturante, na medida em que aparece tanto na prevenção de vulnerabilidades quanto na sua superação.

[...] Na área da educação é importante caracterizar a escolaridade da população jovem e adulta, dos chefes de família; levantar índices de analfabetismo, crianças fora da escola ou com distorção idade-

série; índices de evasão e reprovação e outros. Na saúde, os índices de morbidade, mortalidade infantil, materna, e de jovens; e de problemas como desnutrição infantil, gravidez precoce e outros.<sup>8</sup>

O gráfico abaixo ilustra o percentual de pessoas residentes no município com 18 anos ou mais e fundamental completo:

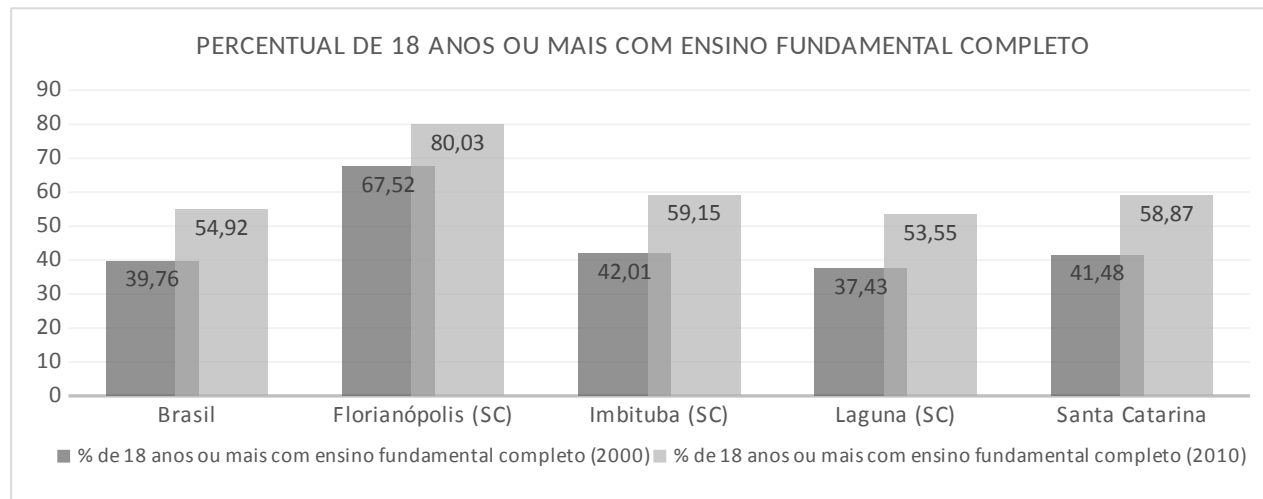


Gráfico 16 – Percentual de pessoas com 18 anos ou mais e ensino fundamental completo  
Fonte: PNUD, 2013

De acordo com o Censo 2010 do IBGE, em Laguna, 38.077 pessoas possuíam mais de 18 anos, assim, constata-se que, no município, cerca de 53,55% (20.180 pessoas) possuem ensino fundamental completo, o que significa que 17.897 não possuem tal formação.

Percebe-se que o percentual de pessoas com nível fundamental é reduzido com relação à Imbituba e Santa Catarina, estando muito abaixo de Florianópolis, com diferença de 27%. Preocupante é o fato de o município estar abaixo da média nacional.

Neste sentido, estratégias de parceria com a Política de Educação na mobilização para escolarização via EJA, CEJA ou outra espécie de supletivo tornam-se viáveis em razão da demanda, que potencialmente é de quase 18.000 pessoas. Entre outros fatores positivos, um aumento da escolarização permite a ampliação e qualificação da oferta de cursos profissionalizantes, aproximando ainda mais a oferta de mão de obra qualificada à demanda apresentada pelo município.

Outra informação relevante diz respeito às pessoas sem ensino fundamental e em ocupação informal, as quais, no município, totalizam cerca de 35% em 2010.

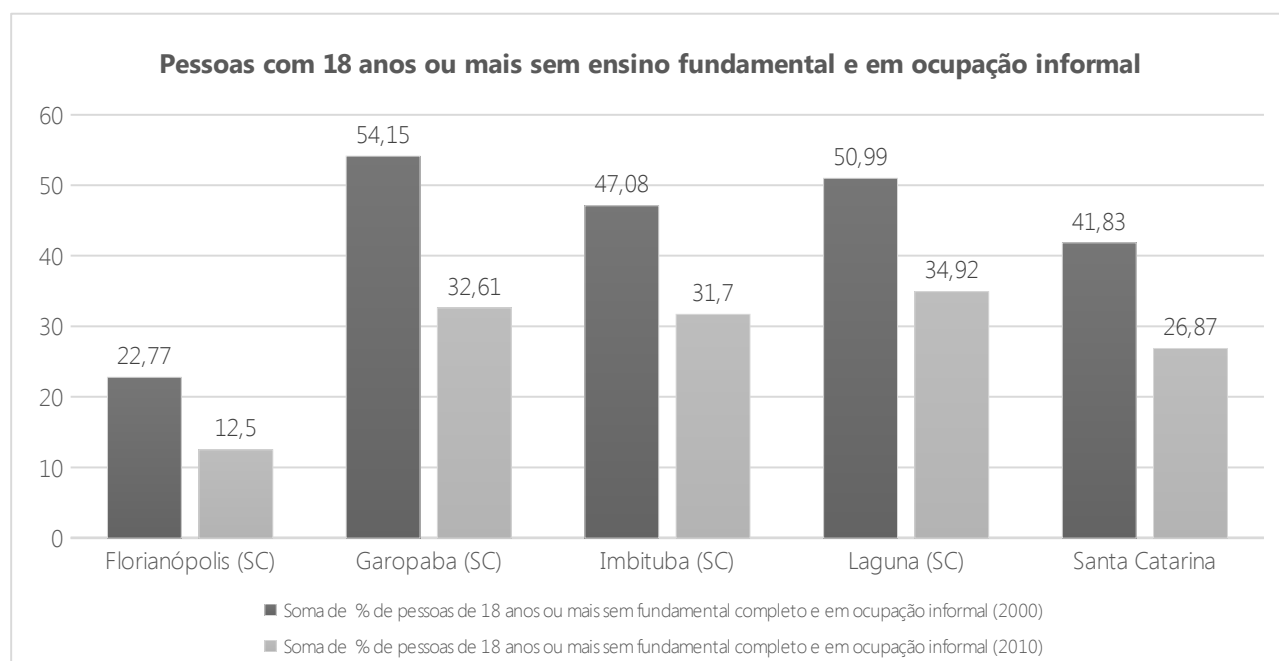


Gráfico 17 – Pessoas com 18 anos ou mais sem ensino fundamental e em ocupação informal  
Fonte: PNUD, 2013.

Percebe-se ainda, que baixos índices se mantêm em se falando de pessoas estudando na fase adulta.

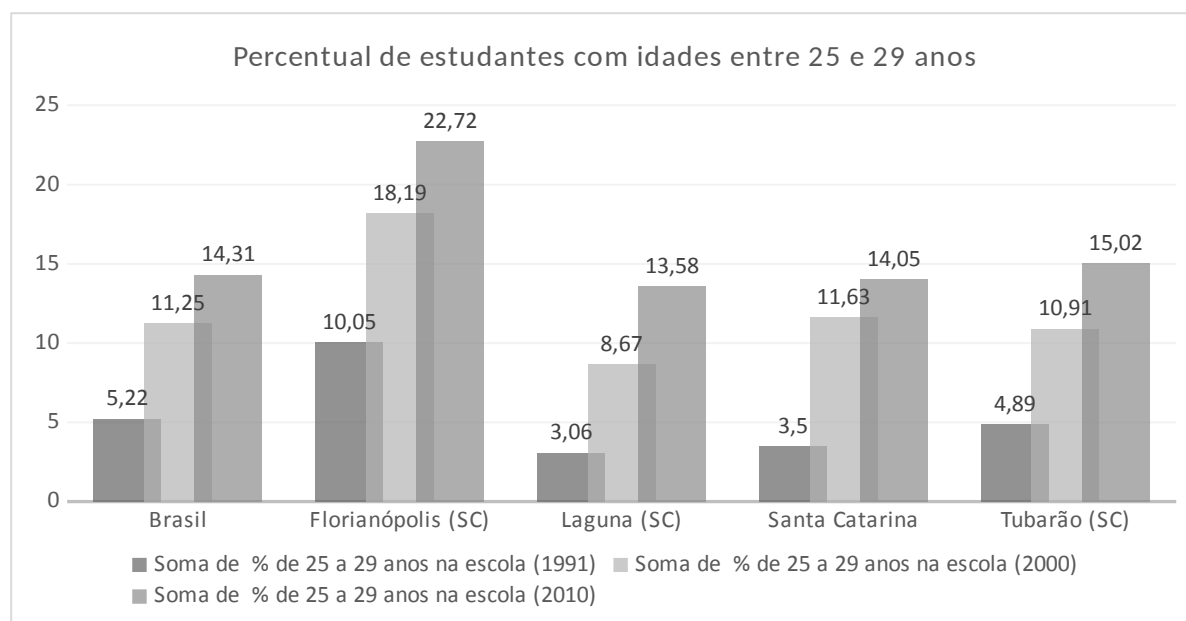


Gráfico 18 – Percentual de estudantes com idade entre 25 e 29 anos.  
Fonte: PNUD, 2013.

Outro aspecto importante relativo a escolaridade, tem-se no baixo percentual de estudantes com idades entre 25 e 29 anos, onde Laguna, com cerca de 3%, encontra-se 2,2% abaixo da média nacional e 7% abaixo dos índices da capital Florianópolis.

Deve-se salientar que os três gráficos acima referem-se à população total do município, onde verifica-se que Laguna possui índices pouco favoráveis.

Contudo, tem-se o quadro abaixo expressa a escolaridade, por faixa etária, das pessoas cadastradas no CadÚnico:

Quadro 60 – Grau de escolaridade das pessoas inscritas no CadÚnico

Grau de Instrução	Faixa etária														Total
	0 a 4	5 a 6	a 15	16 a 17	18 a 24	25 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 ou mais	Sem Resposta	
Sem instrução	0	329	718	9	25	24	10	13	31	34	24	15	79	0	1.311
Fundamental incompleto	0	0	981	366	347	259	274	292	342	256	194	195	448	0	3.954
Fundamental completo	0	0	4	51	284	153	77	69	90	75	44	32	40	0	919
Médio incompleto	0	0	0	22	322	148	33	26	12	15	8	7	10	0	603
Médio completo	0	0	0	2	159	321	159	108	80	45	29	46	40	0	989
Superior incompleto ou mais	0	0	0	0	40	31	16	4	3	2	1	2	9	0	108
Sem Resposta	467	13	8	0	9	28	7	3	5	7	2	3	7	0	559
<b>Total</b>	<b>467</b>	<b>342</b>	<b>1.711</b>	<b>450</b>	<b>1.186</b>	<b>964</b>	<b>576</b>	<b>515</b>	<b>563</b>	<b>434</b>	<b>302</b>	<b>300</b>	<b>633</b>	<b>0</b>	<b>8.443</b>

Fonte: CECAD/MDS, 2017.

### 2.4.3 Habitação

O elemento habitação, compreendido como energia elétrica, coleta de lixo, banheiro e água encanada, tem relação direta com as condições de higiene e salubridade em que vivem as pessoas, deste modo, entende-se que a garantia mínima dos elementos mencionados é fator precípua para o sucesso do trabalho socioassistencial.

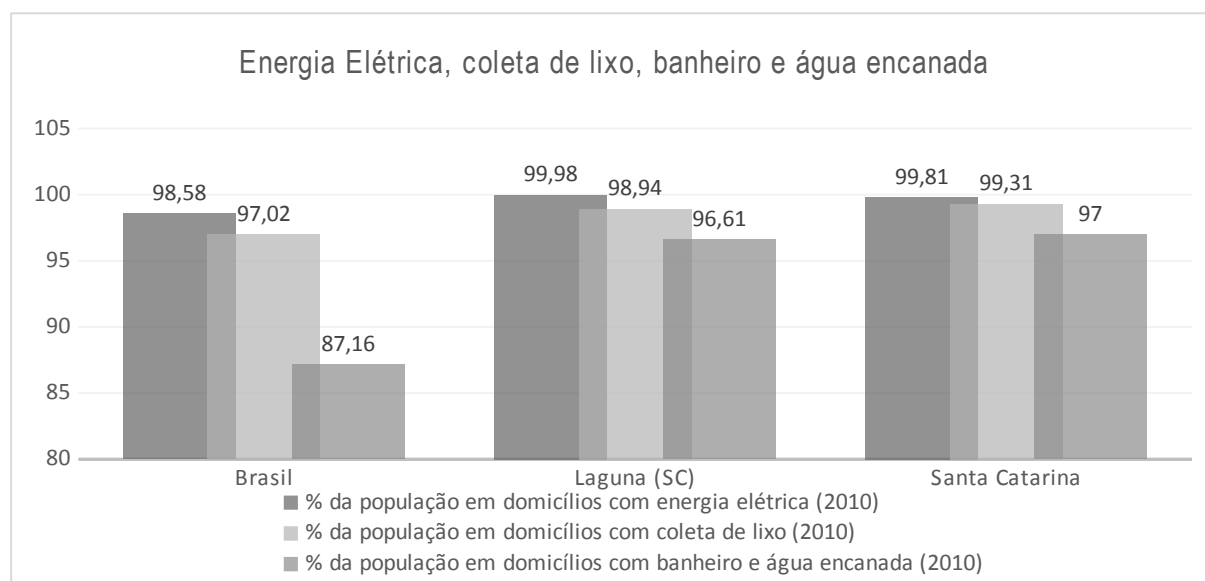


Gráfico 19 – Energia Elétrica, coleta de lixo, banheiro e água encanada  
Fonte: PNUD, 2013.

Com relação à habitação, o município encontra-se em “melhor” situação que as médias estaduais e nacionais, superando em 10% a média nacional no que se refere ao acesso à banheiro adequado e água encanada. Contudo, há um percentual de domicílios com paredes inadequadas que revela à necessidade de uma atuação dos órgãos responsáveis pela política de habitação.

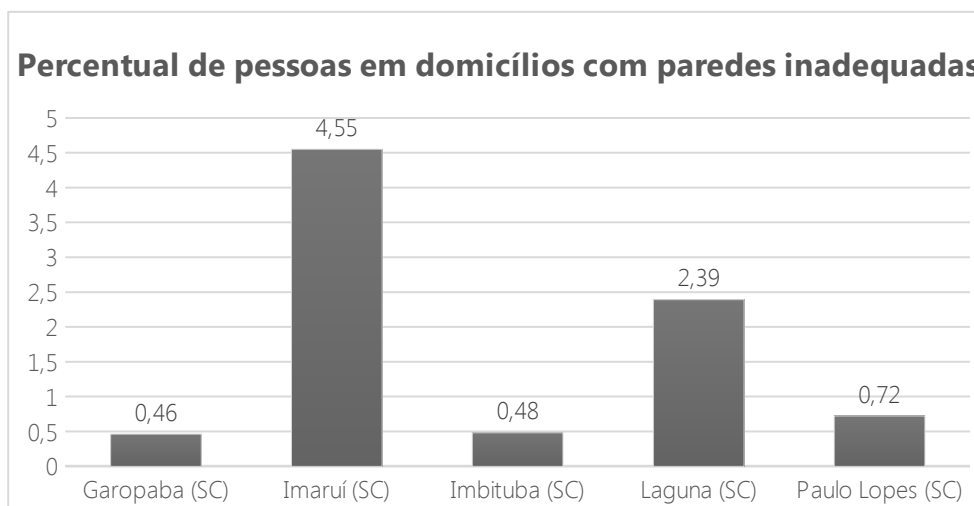


Gráfico 20 – Percentual de pessoas que vivem em domicílios com paredes inadequadas  
Fonte: PNUD, 2013.

Cerca de 2,39% da população vivem em tais domicílios, onde o material de constituição das paredes é inadequado ou mesmo inexistente. Entre inúmeras outras mazelas, tal situação favorece a elevação dos índices de violência intrafamiliar, especialmente abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Quadro 61 – Existência de banheiro

Existência de banheiro	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Até R\$85,00	Entre R\$85,01 até R\$170,00	Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Sim	149	553	1.402	764	0	2.868
Não	3	6	7	6	0	22
Sem Resposta	10	5	7	5	0	27
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>564</b>	<b>1.416</b>	<b>775</b>	<b>0</b>	<b>2.917</b>

Fonte: CECAD/MDS, 2017.

Quadro 62 – Calçamento em frente do domicílio

Calçamento em frente ao seu domicílio	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Até R\$85,00	Entre R\$85,01 até R\$170,00	Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Total	33	169	496	371	0	1.069
Parcial	0	6	13	8	0	27

Calçamento em frente ao seu domicílio	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Até R\$85,00	Entre R\$85,01 até R\$170,00	Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Não existe	81	355	871	389	0	1.696
Sem Resposta	48	34	36	7	0	125
Total	162	564	1.416	775	0	2.917

Fonte: CECAD/MDS, 2017.

Quadro 63 – Forma de coleta de lixo

Forma de coleta do lixo	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Até R\$85,00	Entre R\$85,01 até R\$170,00	Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
É coletado diretamente	143	537	1.372	758	0	2.810
É coletado indiretamente	1	11	18	6	0	36
É queimado ou enterrado na propriedade	4	9	18	5	0	36
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	1	0	1	1	0	3
É jogado em rio ou mar	0	0	0	0	0	0
Tem outro destino	3	2	0	0	0	5
Sem Resposta	10	5	7	5	0	27
Total	162	564	1.416	775	0	2.917

Fonte: CECAD/MDS, 2017.

Quadro 64 – Forma de escoamento sanitário

Forma de escoamento sanitário	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Até R\$85,00	Entre R\$85,01 até R\$170,00	Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Rede coletora de esgoto ou pluvial	53	155	390	269	0	867
Fossa séptica	20	45	129	102	0	296
Fossa rudimentar	73	341	850	383	0	1.647
Vala a céu aberto	2	1	5	2	0	10
Direto para um rio, lago ou mar	2	9	28	6	0	45
Outra forma	0	4	1	2	0	7
Sem Resposta	12	9	13	11	0	45
Total	162	564	1.416	775	0	2.917



Fonte: CECAD/MDS, 2017.

Quadro 65 – Material predominantemente no piso do domicílio

Faixa da renda familiar per capita	Material predominante no piso do domicílio								Total
	Terra	Cimento	Madeira aproveitada	Madeira aparelhada	Cerâmica, lajota ou pedra	Carpete	Outro Material	Sem Resposta	
Até R\$85,00	38	13	4	38	59	0	0	10	162
Entre R\$85,01 até R\$170,00	33	64	12	159	288	1	2	5	564
Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	34	138	26	401	806	1	3	7	1.416
Acima de 1/2 S.M.	6	36	32	208	488	0	0	5	775
Sem Resposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>251</b>	<b>74</b>	<b>806</b>	<b>1.641</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>27</b>	<b>2.917</b>

Fonte: CECAD/MDS, 2017.

## 2.5 - INDICADORES QUE CORRELACIONEM DEMANDA E OFERTA, SEGUNDO OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS TIPIFICADOS E, EVENTUALMENTE PÚBLICOS ESPECÍFICOS:

Neste subcapítulo objetiva-se apresentar indicadores que permitam analisar, direta ou indiretamente, a cobertura dos serviços e benefícios em um determinado território. Tem-se como objetivo realizar uma correlação entre demanda e oferta, a partir da identificação e análise de alguns indicadores que expressem a demanda e a cobertura da Rede de Proteção Socioassistencial, bem como o atendimento às metas e normativas vigentes.

Como fundamento para análise, serão utilizadas as informações dispostas no diagnóstico correlacionadas à legislação de cada serviço e programa, com ênfase nas metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS. Para organização, o subcapítulo está dividido em três partes: Cobertura da proteção social básica; Cobertura da proteção Social Especial e Cobertura de Benefícios.

### 2.5.1 Cobertura da Proteção Social Básica

O município de Laguna possui 2 CRAS referenciados para até 5.000 famílias, onde é ofertado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF. No Cadastro Único, tem-se cadastradas 2124 famílias com renda até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Embora possa haver diferença entre o número de famílias referenciadas em razão dos recortes territoriais, a média de famílias referenciadas em cada CRAS é de aproximadamente 1458 famílias.

De acordo com o Pacto de Aprimoramento do SUAS, os dois CRAS do município deveriam incluir no acompanhamento pelo PAIF 212 famílias cadastradas no CadÚnico com até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

Além disso, deveriam ser incluídas 57 famílias de beneficiários do BPC e 51 famílias de beneficiários do Programa Bolsa Família.

Entretanto, verificou-se que as metas de inclusão deste público prioritário no acompanhamento pelo PAIF não vêm sendo cumprida desde 2014, conforme pode-se observar nos três quadros e três gráficos abaixo:

Quadro 66 - Resumo da oferta e demanda para o PAIF

			Famílias inseridas no acompanh.	Percentual de Cobertura em 2017
Famílias inscritas no CadÚnico	2124	212	19	0,89%
Famílias beneficiárias do BPC	532	57	1	0,19%
Famílias beneficiárias do PBF	514	51	6	1,16%

Fonte: CECAD/MDS, 2017.

Tabela 1 - Acompanhar pelo PAIF as famílias registradas no CADÚNICO

Especificação	
Detalhamento	Acompanhar pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), as famílias com até ½ salário mínimo registradas no CadÚnico
Meta	Alcançar taxa de acompanhamento do PAIF (das famílias com até ½ salário mínimo cadastradas no CadÚnico) igual a 15 % para municípios de Peq. I e 10% para os demais portes.
Indicador	Taxa de acompanhamento do PAIF
Cálculo do indicador	Taxa de acompanhamento do PAIF = total de novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF/Total de famílias cadastradas no CadÚnico com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo
Fonte	RMA e dados do CadÚnico obtidos a partir da Matriz de informações da SAGI
Vigência do pacto	2014 a 2017

Situação do Município	
Meta do Município	10%
Total de famílias cadastradas no CadÚnico com até ½ salário mínimo	2124
Quantidade de famílias que o município deve acompanhar pelo PAIF	212
Total de famílias inseridas no acompanhamento do PAIF	19
Situação do município	Meta não alcançada
Prazo máximo para alcance da meta	2017

Apuração (acompanhamento da meta)					
Ano	Famílias Cadastradas	Meta de acompanhamento 10%	Famílias Acompanhadas	Percentual de Acompanhamento	Meta alcançada
2014	3896	390	110	2,82%	NÃO
2015	2489	249	39	1,56%	NÃO
2016	1844	184	30	1,62%	NÃO
2017	2124*	212	19*	0,89%	NÃO

Fonte: SAGI/MDS, 2017.

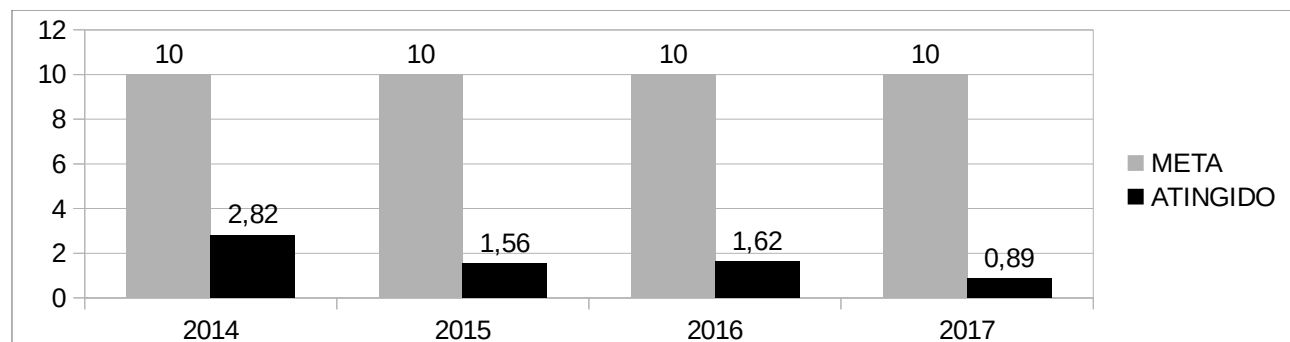


Gráfico 21 - Taxa de acompanhamento do PAIF

Fonte: SAGI/MDS, 2017.

Tabela 2 – Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros integrantes do BPC

Especificação	
Detalhamento	Acompanhar pelo PAIF as famílias com membros integrantes do BPC
Meta	Municípios de pequeno porte I - taxa de acompanhamento do BPC igual ou maior que 25%. Demais portes - taxa de acompanhamento do BPC igual ou maior que 10%
Indicador	Taxa de acompanhamento BPC
Cálculo do indicador	$Taxa\ do\ BPC = \frac{Total\ de\ novas\ famílias\ com\ membros\ beneficiários\ do\ BPC\ inseridas\ em\ acompanhamento\ no\ PAIF}{Total\ de\ beneficiários\ do\ BPC}$
Fonte	RMA e DBA obtidos a partir da Matriz de informações da SAGI
Vigência do pacto	2014 a 2017

Situação do Município	
Meta do Município	10%
Total de beneficiários do BPC	532
Total de famílias com benefic. do BPC que o município deve acompanhar pelo PAIF	57
Total de famílias com beneficiários do BPC inseridas no acompanhamento do PAIF	1
Valor do indicador	0,19%
Situação do município	Meta não alcançada
Prazo máximo para alcance da meta	2017

Apuração (acompanhamento) da Meta					
Ano	Total de Beneficiários	Meta de Acompanhamento	Beneficiários Acompanhados	Taxa de Acompanhamento	Meta alcançada
2013	534	53	7	1,31%	NÃO
2014	546	55	31	5,67%	NÃO
2015	533	53	5	0,86%	NÃO
2016	529	53	4	0,75%	NÃO
2017	532*	53	1*	0,19%	NÃO

Fonte: SAGI/MDS, 2017.

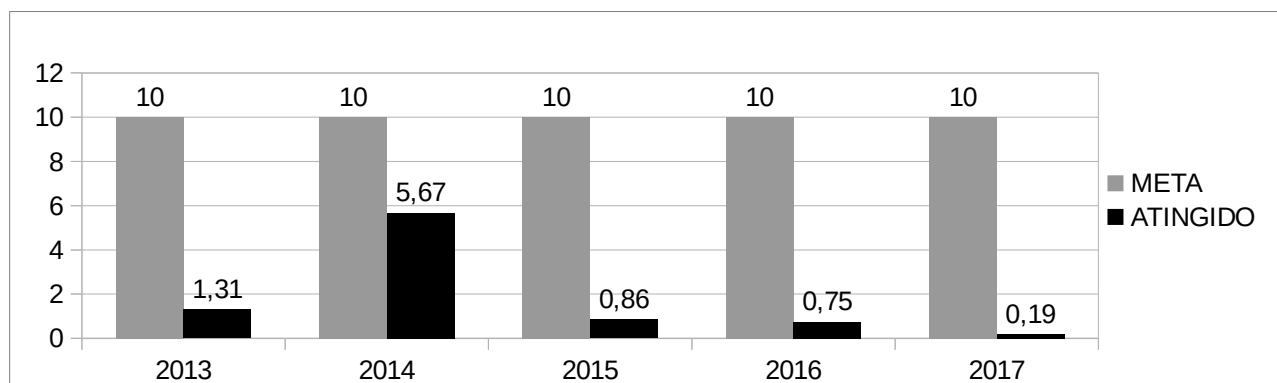


Gráfico 22 – Percentual de acompanhamento dos beneficiários do BPC pelo PAIF

Fonte: SAGI/MDS, 2017.

Tabela 3 - Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do PBF

<b>Especificação</b>				
Detalhamento	Acompanhar pelo PAIF as famílias beneficiárias do PBF que apresentem outras vulnerabilidades sociais, para além da insuficiência de renda			
Meta	Municípios de pequeno porte I - taxa de acompanhamento do PBF igual ou maior que 15%. Demais portes - taxa de acompanhamento do PAIF igual ou maior que 10%			
Indicador	Taxa de acompanhamento PBF			
Cálculo do indicador	Taxa do PBF = Total de novas famílias beneficiárias do PBF inseridas em acompanhamento no PAIF / Total de famílias beneficiárias do PBF			
Fonte	RMA e CadÚnico obtidos a partir da Matriz de informações da SAGI			
Vigência do pacto	2014 a 2017			
<b>Situação do Município</b>				
Meta do Município	10%			
Total de famílias beneficiárias do PBF	514			
Total de famílias beneficiárias do PBF que o município deve acompanhar pelo PAIF	51			
Total de famílias beneficiárias do PBF inseridas no acompanhamento do PAIF	6			
Situação do município	Meta não alcançada			
Prazo máximo para alcance da meta	2017			
<b>Apuração (acompanhamento) da Meta</b>				
Ano	Famílias acompanhadas	Total de famílias Beneficiárias	Taxa de acompanhamento	Meta alcançada
2013	29	1314	2,20%	NÃO
2014	45	963	4,67%	NÃO
2015	21	828	2,53%	NÃO
2016	9	648	1,38%	NÃO
2017	6*	514*	1,17%	NÃO

Fonte: SAGI/MDS, 2017.

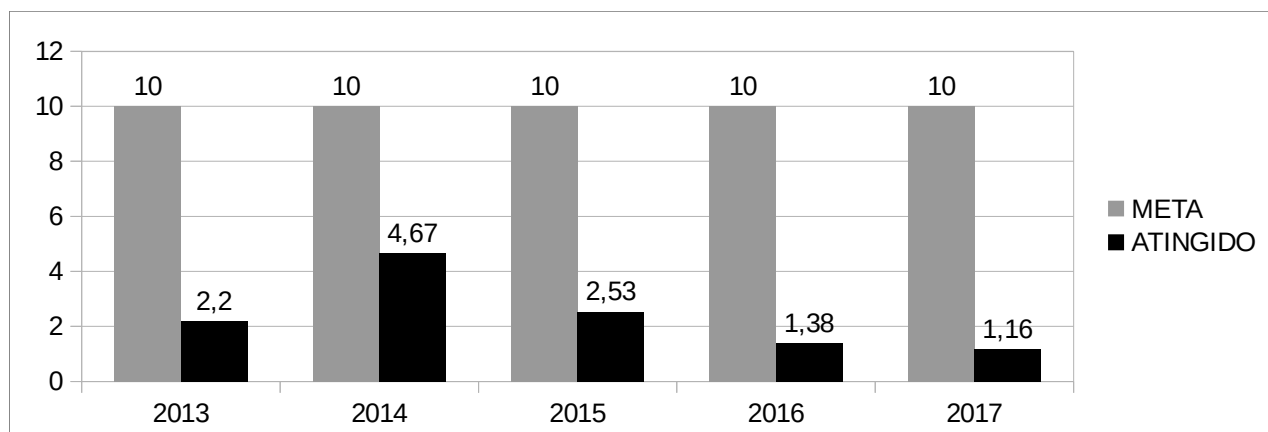


Gráfico 23 – Taxa de acompanhamento dos beneficiários do BPC pelo PAIF  
Fonte: SAGI/MDS, 2017.

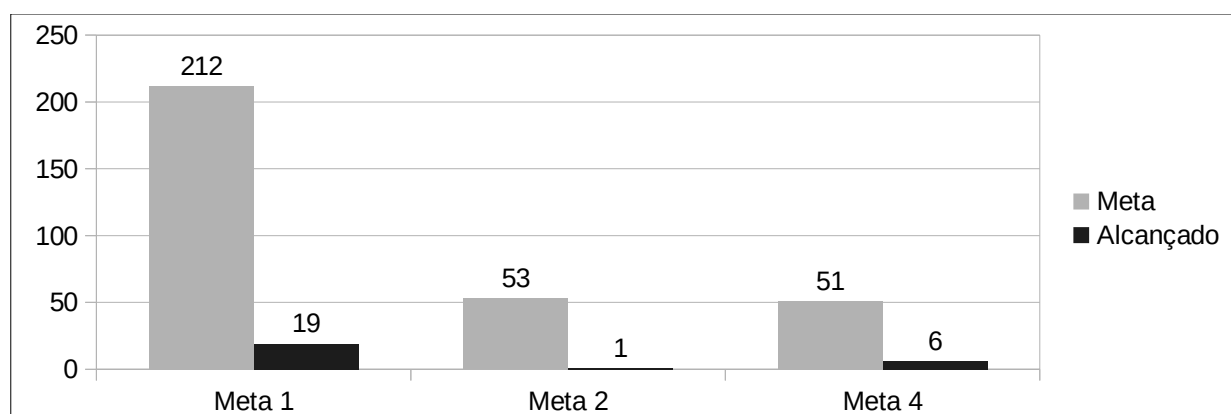


Gráfico 24 – Metas da Proteção Social Básica – Acompanhamento familiar  
Fonte: SAGI/MDS, 2017.

A partir da observação do gráfico acima, fica evidenciado que o desempenho quantitativo município está muito aquém das metas pactuadas, pois tem-se atingindo um número de atendimento ínfimo dos públicos prioritários, considerando-se que as metas estabelecidas já são relativamente baixas, ou seja, equivalentes a apenas 10% do público-alvo.

Atualmente o município possui 2124 famílias cadastradas no CadÚnico com renda até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, sendo que 514 são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, 532 pessoas são beneficiárias do BPC. Considerando que atualmente 341 famílias de beneficiários ainda não estão cadastradas no CadÚnico, pode-se projetar que, no mínimo 2465 famílias são público-alvo da Proteção Social Básica, distribuídas entre os perfis CadÚnico, Programa Bolsa Família e BPC.

Sendo assim, o número de acompanhamentos realizados no ano de 2017 (19 acompanhamentos) corresponde a cerca de 0,89% do público total. Considerando estar-se analisando dados até o 6º mês, projeta-se um atendimento de 1,8% do público até o final do ano. Nesse ritmo, projeta-se que, não havendo nenhuma variação em termos de demanda e oferta, e considerando o acompanhamento por até um ano, o tempo de acompanhamento a todo o público elencado seria de aproximadamente 56 anos, o que evidentemente é inviável para a população.

Outro fator relevante a ser analisado com relação ao desempenho da Proteção Social Básica diz respeito aos atendimentos, que guardam relação direta com os acompanhamentos, além de serem também passíveis de monitoramento e possuírem metas estabelecidas em outras legislações e orientações. De acordo com a NOB/SUAS, “Art. 64. §3º Os CRAS serão organizados conforme o número

de famílias a ele referenciadas, observando-se a seguinte divisão: I - até 2.500 famílias; II - de 2.501 a 3.500 famílias; III - de 3.501 até 5.000 famílias.”<sup>9</sup>

Laguna possui 2 CRAS e ambos possuem a capacidade de referenciamento de 5.000 famílias cada. Conforme o Caderno de Orientações Técnicas do CRAS<sup>10</sup>, os CRAS com capacidade de referenciamento de até 5.000 famílias, devem possuir uma capacidade de atendimento anual próxima de 1.000 famílias.

De acordo com relatório obtido no sistema de Registro Mensal de Atendimento – RMA CRAS, entre os meses de janeiro e maio de 2017, os dois CRAS do município realizaram, ao todo, 487 atendimentos individualizados. O gráfico abaixo expressa os resultados do município:

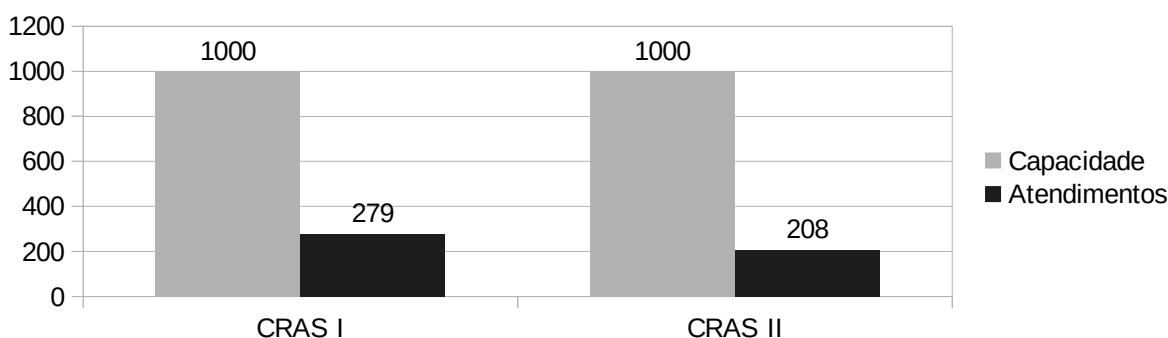


Gráfico 25 – Atendimentos individualizados realizados nos CRAS  
Fonte: SAGI/MDS, 2017.

Observa-se ainda, A partir do Relatório Mensal de Atendimento - RMA, observa-se que não foi realizado nenhum atendimento coletivo durante o ano de 2017. Deste modo, pode-se considerar que o número total de atendimentos realizados corresponde aos atendimentos individuais, ou seja, um total geral de 487 atendimentos.

Verifica-se que, além dos baixos índices de acompanhamento familiar dos públicos prioritários, os dois CRAS do município possuem índices de atendimento também baixos, porém mais aproximados das metas. Considerando-se ter avaliado apenas até o mês de junho, e projetando o mesmo atendimento até o final do ano, chega-se ao número de 1114 atendimentos no ano nos dois CRAS, o equivalente à aproximadamente 58% da meta de atendimento.

Verifica-se portanto, que o desempenho dos CRAS do município no cumprimento das metas do pacto de aprimoramento relativas ao acompanhamento familiar é insatisfatório, muito aquém das metas. Resta analisar, quais condições projetam os CRAS para níveis de atendimento tão baixos, visivelmente inviáveis para a população.

Um dos fatores objetivos que pode ser analisado é o IDCRAS. A estrutura de cada CRAS é aferida pelo Índice de Desenvolvimento dos CRAS – IDCRAS, um indicador sintético que retrata o grau de desenvolvimento dos CRAS, segundo as informações coletadas nos Censo SUAS. Com base nas informações compiladas pelo MDSA a partir do Censo CRAS 2016, pode-se verificar qual o nível de desenvolvimento dos CRAS do município.

A Nota Técnica N.º 27/2015/ DGSUAS/SNAS/MDS, traz a metodologia de cálculo relativa aos novos indicadores de desenvolvimento das unidades CRAS e CREAS – IDCRAS e IDCREAS para o ano

9 Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.

10 Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações técnicas do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. Brasília, 2009.

de 2014. Basicamente, foram estabelecidas três dimensões: estrutura física, serviços e recursos humanos. Para cada dimensão foram estabelecidos cinco níveis, sendo 1 o menos desejável e 5 o mais aproximado do ideal.

Conforme dados obtidos do Censo CRAS 2016, a média do desempenho dos CRAS I e CRAS II de Laguna é 1,5, pouco abaixo do limite mínimo estabelecido, que é 1. Segue abaixo, quadro com o detalhamento dos índices dos dois CRAS do município:

Quadro 67 – IDCRAS – Município de Laguna

Unidade	Estrutura Física	Serviços e Benefícios	Recursos Humanos	IDCRAS Sintético
CRAS I	2	1	1	1,33
CRAS II	1	2	2	1,67

Fonte: SAGI/MDS, 2017.

A partir da observação do quadro, verifica-se que os baixos índices de acompanhamento e atendimento nos CRAS vêm acompanhados de um baixo índice nos IDCRAS. Deve-se contudo, observar que no ano de 2017 houveram mudanças na estrutura física e na composição do quadro de recursos humanos, que provavelmente impactarão positivamente nos resultados do Censo CRAS 2017.

Com relação à estrutura física, houve a construção de um imóvel próprio para implantação do CRAS II e a locação de outro imóvel para o CRAS I, o que certamente impactará positivamente no Censo CRAS 2017. Ambos os CRAS deverão ser avaliados para que se defina seu nível de desenvolvimento nessa dimensão.

Quanto ao quadro de recursos humanos, o CRAS I atualmente possui 01 coordenador de nível superior, 04 profissionais de nível superior e 03 profissionais de nível médio. No CRAS II, tem-se 01 coordenador de nível superior, 04 profissionais de nível superior e 02 profissionais de nível médio

No que tange aos serviços, verifica-se que, atualmente, ambos os CRAS encontram-se no nível 1 pois, além de não estarem realizando grupos/oficinas com famílias, possuem articulação frágil com o CREAS, serviços de saúde e de educação, sendo assim, nesse sentido, pode-se verificar uma redução no índice, que será percebida no preenchimento do Censo CRAS 2017.

A partir da verificação dos quantitativos de atendimento e acompanhamentos, bem como do IDCRAS do município, tem-se a percepção de que grandes dificuldades vêm sendo enfrentadas na implementação do PAIF e de outros serviços de Proteção Social Básica, resultando assim em baixíssimos níveis de desempenho, sob pelo menos, três pontos de análise que são, a taxa de acompanhamento, o número de atendimentos e IDCRAS.

Outro serviço que há grande demanda na Proteção Social Básica é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV. Conforme já mencionado anteriormente, o município possui cerca de 4830 idosos, crianças e adolescentes, que compõem público-alvo prioritário desse serviço

De acordo com a Resolução CNAS 01/2013<sup>11</sup>, Art. 2º “O SCFV é um serviço de proteção social básica realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social.” É um serviço ofertado prioritariamente à crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade ou risco social, em complementaridade e profunda articulação com o PAIF.

<sup>11</sup> Resolução CNAS nº 01, de 21 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências.



A Resolução CNAS 01/2013 estabelece aos municípios, uma capacidade de atendimento que será cofinanciada pelo governo federal, calculada com base nas informações do CadÚnico. Tal capacidade, deve ser aceita pelo município e aprovada pelo CMAS, o que ocorreu em 2013. De acordo com a Resolução CNAS 01/2013:

Art. 7º A capacidade de atendimento do SCFV será calculada tendo como base: I - as informações do CadÚnico sobre o quantitativo de pessoas na faixa etária de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos e maiores de 60 (sessenta) anos, de famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, observados os seguintes parâmetros: a) até 3.000 (três mil) pessoas aplica-se o percentual de 6 % (seis por cento) de atendimento que corresponde a 180 (cento e oitenta) usuários; **b) de 3.001 (três mil e um) a 10.000 (dez mil) pessoas aplica-se o percentual de 4% (quatro por cento) de atendimento;** c) acima de 10.000 (dez mil) pessoas aplica-se o percentual de 2% (dois por cento) de atendimento. (grifo nosso).

Para Laguna, foi ofertada a possibilidade de cofinanciamento desse serviço para até 290 usuários nos SCFV, ofertados pelo órgão gestor e pelas entidades. Desses, 145 devem pertencer ao público prioritário. De acordo com a Resolução CNAS 01/2013:

Art. 3º Considera-se em situação prioritária para inclusão no SCFV, as crianças, adolescentes e pessoas idosas: I - em situação de isolamento; II - trabalho infantil; III - vivência de violência e, ou negligência; IV - fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; V - em situação de acolhimento; VI - em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; VII - egressos de medidas socioeducativas; VIII - situação de abuso e/ ou exploração sexual; IX - com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; X - crianças e adolescentes em situação de rua; XI - vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência;

Visando o acompanhamento do processo de reordenamento instituído pela Resolução CNAS 01/2013, o Pacto de Aprimoramento, em sua meta 6 busca aferir se o município incluiu 50% do público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ou seja, 145 usuários nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.

Primeiramente é importante salientar que, desde o ano de 2016 o órgão gestor não oferta este serviço, em razão de diversos fatores, especialmente a carência de recursos humanos, a disponibilidade de espaços físicos e dificuldades nos processos de aquisição, onde estão incluídos materiais e serviços.

Desde 2013 duas entidades executam o SCFV no município, o Centro de Ensino Hermon, ligado à Fundação Hermon e a Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da AMUREL – ACUSTRA. Ambas ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos à Crianças e Adolescentes, para as idades entre 6 e 15 anos. Tem-se o registro informal de que as referidas entidades têm atendido cerca de 170 crianças e adolescentes no ano de 2017, embora nem todos estejam registrados no SISC.

Entretanto, a Resolução CNAS 01/2013<sup>12</sup>, estabelece que “Art.14. O processo de reordenamento do SCFV, da Proteção Social Básica, consistirá em: I - aceite formal pelo gestor do município e do Distrito Federal; II - adequação e qualificação da oferta do SCFV, com a unificação da lógica de cofinanciamento e a inclusão do público prioritário, de acordo com o disposto nesta Resolução; e **III - registro dos usuários em sistema próprio, a ser disponibilizado pelo MDS.**” (grifo nosso)

Neste sentido, utilizou-se o SISC como fonte de dados para levantamento do número de usuários atendimentos pelo SCFV no ano de 2017. O gráfico abaixo expressa as metas e o número de usuários registrados atualmente, que como supramencionado, representa um número inferior ao real:

---

12 Resolução CNAS nº 01, de 21 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências.

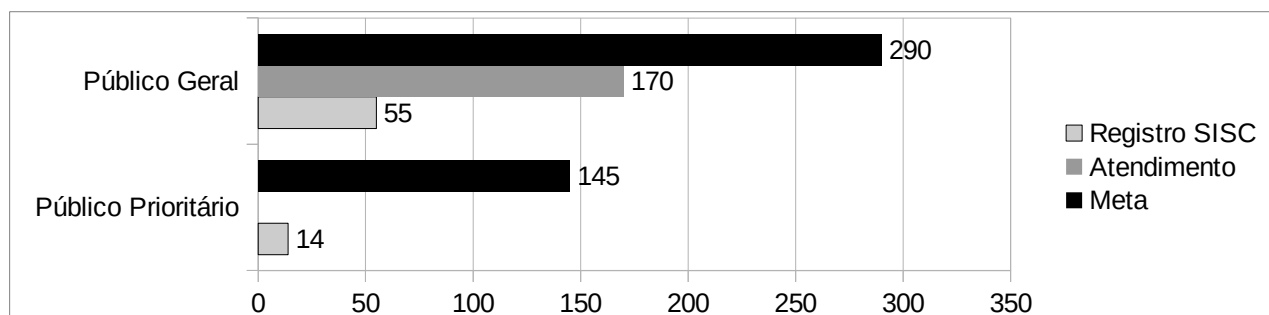


Gráfico 26 – Taxa de inclusão do público prioritário no SISC em 2017

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Com relação à quantidade de vagas pactuadas, tem-se um percentual de atendimento de 19% do número pactuado pelo município junto ao governo federal. Já com relação ao público prioritário, tem-se apenas o atendimento de 9,6% conforme registrado no SISC.

É importante salientar, que a capacidade de atendimento do município é calculada a partir de um percentual sobre o total de pessoas que compõem o público-alvo do serviço, ou seja, assim como as metas de acompanhamento familiar, as metas pactuadas para a oferta do SISC levam em conta um percentual reduzido, sendo 6%, 4% ou 2% do público-alvo. Em Laguna, tem-se uma meta de 6%, percentual relativamente reduzido considerando a totalidade do público-alvo deste serviço. Somando-se o número de crianças, adolescentes e idosos atualmente cadastrados no CadÚnico, tem-se 4830 pessoas.

Quanto ao perfil das 4830 pessoas que poderiam ser inseridas no SCFV, 1918 compõem famílias que integram o perfil CadÚnico (até meio salário mínimo per capita), enquanto 975 pessoas pertencem à famílias onde a renda per capita é de até R\$ 170,00 por família (perfil Bolsa Família). Há ainda um terceiro grupo ainda mais vulnerável, com pessoas em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 85,00 por pessoa, totalizando 205 crianças, adolescentes ou idosos.

A partir da análise dos dados constata-se que: o município pactuou junto ao MDSA uma meta de atendimento de 290 usuários no SCFV, sendo 145 usuários do público prioritário. Desde 2014 o órgão gestor não executa o serviço, que vem sendo executado desde 2013 por duas entidades, que atendem ao todo, cerca de 170 usuários. Entretanto, tem-se apenas 55 usuários registrados no SISC. O que perfaz um total de 1,1% do público-alvo total, que são 4830 pessoas.

Deste modo, pode-se considerar que, por meio de entidades, apenas cerca de 1,1% dos público-alvo do SCFV está sendo atendido no ano de 2017. Considerando que os usuários permanecessem pelo período de um ano e que não houvesse ampliação no número de pessoas em situação de vulnerabilidade, projeta-se que com esta capacidade de atendimento em cerca de 90 anos o município atenderia a todos os usuários que são público-alvo do serviço, o que evidentemente é ineficiente e ineficaz.

Há contudo, informações informais recebidas das entidades que ofertam o serviço sobre o atendimento de cerca de 170 crianças e adolescentes nas faixas etárias entre 7 e 15 anos. Com esse número, chega-se a aproximadamente 60% da meta estabelecida para o município e a cerca de 3,5% do público total, o que ainda pode ser considerado baixo. O quadro abaixo apresenta o quantitativo de crianças e adolescentes nessa faixa etária:

Quadro 68 – Renda familiar per capita – 7 a 15 anos

Faixa etária	Faixa da renda familiar per capita				Total
	Até R\$85,00	Entre R\$85,01 até R\$170,00	Entre R\$170,01 até 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Entre 7 a 15	85	525	980	0	1590

Fonte: CECAD/MDS, 2017.

Verifica-se 1590 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 15 anos. Considerando o atendimento de 170 usuários nessa faixa etária, atinge-se o percentual de aproximadamente 11% do público-alvo. Contudo, o município não oferece o SCFV para crianças de 0 a 6 anos, adolescentes entre 16 e 17 anos e idosos, embora haja no CadÚnico demanda para tal, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 69 – Renda familiar per capita – 0 a 6 anos

Faixa etária	Faixa da renda familiar per capita			Total
	Até R\$85,00	R\$85,01 até R\$170,00	R\$170,01 até 1/2 S.M.	
Entre 0 e 4	47	179	225	451
Entre 5 a 6	27	112	183	322
Entre 16 a 17	22	132	258	412
Entre 60 a 64	10	18	121	149
Maior que 65	7	22	160	189
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>463</b>	<b>947</b>	<b>1523</b>

Fonte: CECAD/MDS, 2017.

Verifica-se que embora a maior concentração de usuários potenciais seja na faixa etária de 7 a 15 anos, as demais faixas etárias apresentam números expressivos, tem-se cerca de 1523 potenciais usuários que não vêm sendo atendidos por nenhum serviço, apresentando assim uma cobertura de 0%. Há inclusive um quantitativo de 576 usuários nas faixas de renda de pobreza e extrema pobreza, público prioritário do SCFV.

Quadro 70 – Resumo da Oferta e Demanda para o SCFV

Faixa Etária	Nº de pessoas perfil CadÚnico	Meta de Atendimento	Usuários atendidos	Percentual de Cobertura por faixa etária	Percentual de Cobertura Geral
Entre 0 a 6 anos	773	290 usuários sendo 145 usuários do público prioritário	0	0%	5,4%
Entre 7 a 15 anos	1590		170	10,7%	
Entre 16 e 17 anos	412		0	0%	
Acima de 60 anos	338		0	0%	

Fonte: CECAD/MDS, 2017.

Outro aspecto relativo à implantação do SCFV, a adequação dos serviços, nos remete novamente à Resolução CNAS 01/2013, onde está expresso: “Art.14. O processo de reordenamento do SCFV, da Proteção Social Básica, consistirá em: [...] II - adequação e qualificação da oferta do SCFV, com a unificação da lógica de cofinanciamento e a inclusão do público prioritário, de acordo com o disposto nesta Resolução [...]”.

Neste sentido, observa-se que o processo de referenciamento ao CRAS da área de abrangência vêm ocorrendo de forma incompleta, tendo sido iniciado por uma assistente social que atua como técnica de referência da Gestão Territorial no CRAS I, e contando com pouco envolvimento da coordenação e dos demais técnicos do CRAS e da equipe do CadÚnico. Atualmente, não se tem a informação de qual o quantitativo de famílias dos usuários dos SCFV nas entidades estão sendo acompanhadas pela equipe do

PAIF nos CRAS. Sabe-se contudo, que não houve a uma ação direcionada para inserção destas famílias no acompanhamento do PAIF e, considerando os acompanhamentos realizados pelas unidades, sabe-se que esse número é extremamente reduzido, caso exista.

Além disso, representantes das entidades têm repetidamente relatado a necessidade de maior apoio por parte do município, pois não percebem articulação nem tampouco que estão “referenciados” a um CRAS, conforme determina a legislação. Verifica-se ainda, que de modo geral, os técnicos e voluntários das entidades, que atuam na oferta do SCFV, possuem pouca fundamentação teórica e muitas têm uma compreensão equivocada sobre aspectos da Política de Assistência Social e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, fato este evidenciado nas falas dos próprios representantes das entidades.

Tabela 4 – Atendimento pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Especificação	
Detalhamento	Reordenar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com a meta de atingir percentual de inclusão de 50% (cinquenta por cento) do público prioritário no serviço
Meta	Incluir 50% do público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Indicador	Taxa de inclusão do público prioritário
Cálculo do indicador	Tx de inclusão do público prioritário no SCFV = Total de usuários prioritários cadastrados no SISC/Total de vagas cofinanciadas
Fonte	SISC
Vigência do pacto	2014 a 2017
Situação do Município	
Meta do Município	50%
Quantidade de vagas cofinanciadas para o SCFV	290
Quantidade de usuários no SISC	55*
Quantidade de usuários prioritários cadastrados no SISC	14*
Quantidade de usuários prioritários que precisam ser cadastrados	145
Taxa de inclusão do público prioritário nas vagas do SCFV	4,82%
Alcance da meta	Meta não alcançada
Prazo máximo para alcance da meta	2017

Fonte: SAGI/MDS, 2017.

### 2.5.2 Cobertura da Proteção Social Especial de Média Complexidade

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade devem oferecer atendimento e acompanhamento a famílias e indivíduos com direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Em geral, o público-alvo desta ação são as pessoas e grupos vítimas de violência, especialmente as crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, população em situação de rua que tiveram seus direitos violados ou vínculos fragilizados.

No decorrer do presente Diagnóstico, especialmente no subcapítulo 4.2, pôde-se observar que o município registra ocorrências relativas aos vários públicos mencionados no parágrafo anterior, com

registros de violência contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência, com a presença de população de rua e com a ocorrência de trabalho infantil.

Dentre os serviços previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o município vêm oferecendo três serviços de média complexidade, sendo: Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), ambos ofertados pelo CREAS e; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, executado pela APAE.

Com relação à cobertura do CREAS, Considerando a população dos municípios para implantação de um CREAS, entre 20.000 e 200.000 habitantes, e considerando a população estimada do município, 44.982 habitantes, constata-se que o município possui a quantidade ideal de CREAS para atender à sua população, ou seja, um CREAS municipal.

Entretanto, dentre os serviços de média complexidade tipificados, o município não executa Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Há ainda uma situação relativa à APAE, que a oferta do serviço às pessoas com deficiência intelectual, excluindo-se aí as demais deficiências e os idosos.

Atualmente, as crianças, adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência vítimas de violência são atendidas pelo PAEFI, que conta com uma média de 52 atendimentos/mês. Seguindo as orientações e normativas, diante da ausência do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, o CREAS vem também atendendo a este público, comumente oriundo de demanda espontânea ou indicações da rede de proteção social.

Com relação ao percentual de atendimento a este público, o município não dispõe de informações suficientes uma vez que não há estudo que dimensione este público. Embora tenha-se no CadÚnico o registro de 4 famílias/pessoas em situação de rua, sabe-se que esse número é inferior à realidade, pois somente no ano de 2017, 8 famílias/pessoas em situação de rua ingressaram no acompanhamento do PAEFI.

Do mesmo modo, tem-se a situação de trabalho infantil. Embora o Censo IBGE 2010 estime que há cerca de 241 crianças e adolescentes em situação de rua, no ano de 2017 o CREAS não registrou nenhum atendimento de famílias em situação de trabalho infantil.

Com relação ao AEPETI, o município, por não ser elegível para o cofinanciamento federal, não vem executando esse programa, não dispondo de equipe específica.

Propõe-se verificar, contudo, se a implantação e o funcionamento do CREAS vêm ocorrendo de acordo com os parâmetros estabelecidos para a unidade e para os serviços nela ofertados, especialmente no que se refere as dimensões espaço físico, recursos humanos e serviços ofertados.

Neste sentido, tem-se o IDCREEAS, um indicador de desenvolvimento do CREAS que aponta três dimensões: estrutura física, serviços e recursos humanos divididas em cinco níveis e avaliadas conforme o preenchimento do Censo CREAS. Assim como o Pacto de Aprimoramento, o IDCREEAS é um mecanismo de monitoramento e indução da qualidade na oferta dos serviços do CREAS.

A partir das informações prestadas pelo município no preenchimento do Censo SUAS 2016 e da sua correlação com o formulário IDCREEAS, o município obteve o índice de 2,67, em uma escala de varia de 1 a 5, onde 1 representa a situação mais distante do padrão almejado e 5 a situação que mais se aproxima do padrão almejado. O quadro abaixo expressa os índices alcançados pelo município em cada dimensão:

Quadro 72 – IDCREEAS Municipal

<b>Município</b>	<b>Estrutura Física</b>	<b>Serviços</b>	<b>Recursos Humanos</b>	<b>IDCREEAS</b>
Laguna	2	3	3	2,67

--	--	--	--	--

Fonte: MDS/SAGI, 2017.

Observa-se que o município alcançou um índice abaixo da metade, pois entre 1 e 5 a média seria 3. Em termos percentuais, o município obteve um desempenho de 42%, podendo-se considerá-lo ainda distante do padrão almejado. Visando avaliar comparativamente o nível implementação do CREAS de Laguna, realizou-se uma comparação do IDCREAS do Município com os demais municípios brasileiros. O gráfico abaixo expressa esse comparativo:

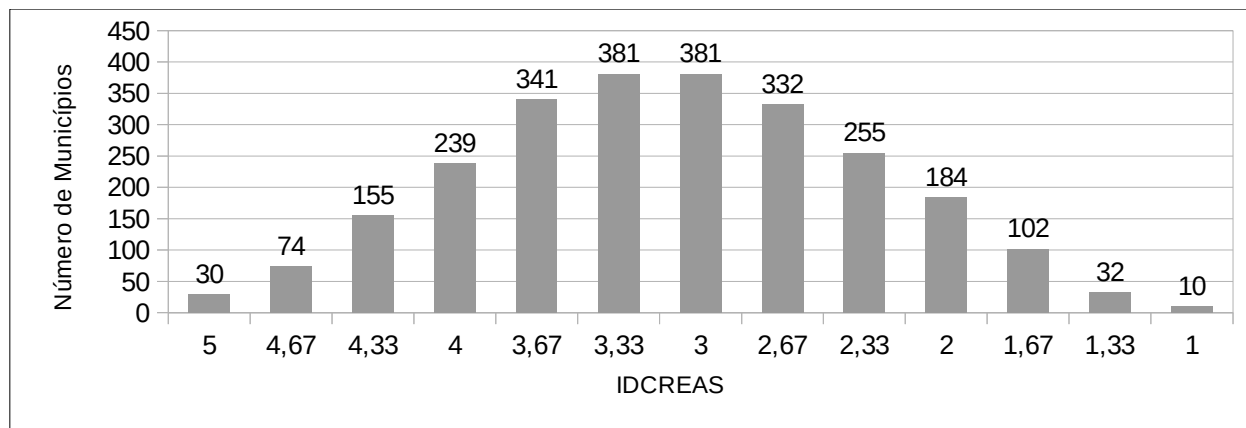


Gráfico 27 - IDCREAS 2016 – Municípios brasileiros com CREAS

Fonte: MDS/SAGI, 2017.

De um total de 2519 municípios analisados, Laguna, juntamente com outros 332 municípios com índice 2,67, ocupam as posições de nº 1603-1934, ou seja, o IDCREAS do município é igual ao de 332 municípios, inferior à 1602 municípios e superior à apenas 585 municípios. Quanto aos municípios catarinenses, vejamos o gráfico abaixo:

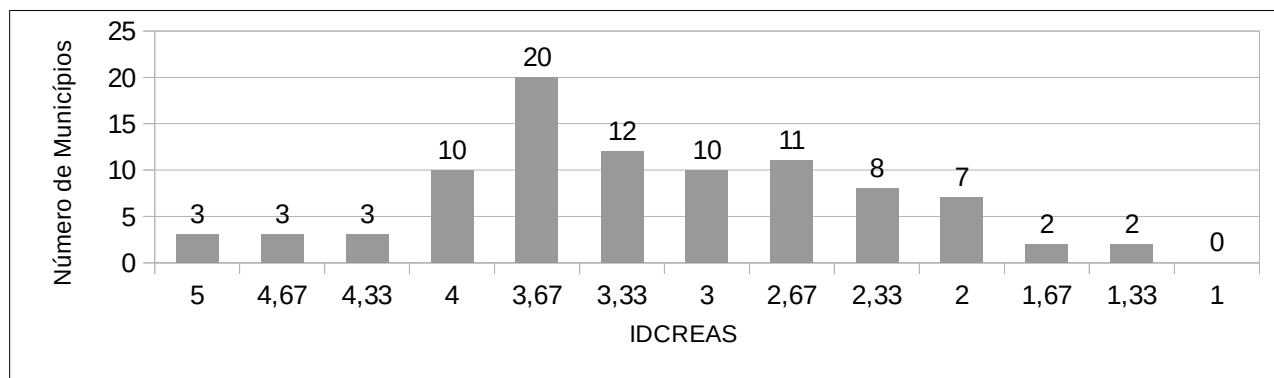


Gráfico 28 - IDCREAS 2016 – Municípios catarinenses com CREAS

Fonte: MDS/SAGI, 2017.

Dentre 291 municípios analisados, Laguna, juntamente com outros 11 municípios possui índice 2,67, inferior à 61 municípios e superior à 19 municípios.

Pode-se verificar que o IDCREAS 2016 do município encontra-se abaixo da média nacional e estadual, e nesse sentido, recomenda-se que o órgão gestor promova a implementação das dimensões mencionadas.

Atualmente o CREAS possui 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 educador social, 1 coordenador com nível superior, 01 motorista, 01 auxiliar de serviços gerais e 02 estagiários, o que o projeta ao nível 3. Considerando já se dispor de 5 profissionais de nível superior e 01 profissional de nível médio (educador social), a alocação de um advogado poderá projetar o município ao nível 5, ou seja, o mais próximo ao desejado para este equipamento. Destaca-se contudo, que além da ampliação do quadro de RH, o município atente-se ao horário de funcionamento do CREAS e à presença da equipe.

O imóvel é locado e embora esteja localizado em área central, de fácil acesso, não possui acessibilidade. Em razão do município ter sido contemplado com uma construção do CREAS pelo Governo do Estado, pode-se supor não ser necessária uma adequação no espaço atual considerando uma “eminente mudança”, contudo, sugere-se verificar qual o prazo previsto para entrega da obra, considerando que ainda não foi iniciada.

Tabela 5 – Identificação e Cadastramento de famílias em situação de do Trabalho Infantil

Especificação	
Detalhamento	Identificar e cadastrar famílias no CadÚnico com a presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil
Meta	Cadastrar 70% das famílias com presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nos municípios com alta incidência que aderiram ao cofinanciamento das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
Indicador	Taxa de cadastramento
Cálculo do indicador	$Taxa\ de\ cadastramento = \frac{Total\ de\ crianças\ e\ adolescentes\ em\ situação\ de\ trabalho\ infantil\ cadastradas\ no\ CadÚnico}{Total\ de\ crianças\ e\ adolescentes\ em\ situação\ de\ trabalho\ infantil}$
Fonte	CadÚnico e Censo IBGE (2010)
Vigência do pacto	2014 a 2017
Situação do município	
<b>Meta:</b> Cadastrar 70% das famílias com presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nos municípios com alta incidência que aderiram ao cofinanciamento das ações estratégicas do PETI	
O município possui alta incidência de situações de trabalho infantil	Não
Estimativa de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil (IBGE 2010)	241
Qtde de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil cadastradas no CadÚnico	02
Quantidade de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil que precisam ser cadastrados para alcançar a meta	Não se aplica
Prazo máximo para alcance da meta	2017

Fonte: MDS/SAGI/MDS, 2017.

Embora a meta não seja aplicável ao município, optou-se por abordá-la, uma vez que, de acordo com o Censo do IBGE, em 2010 o município possuía cerca de 241 crianças e adolescentes em situação

de trabalho infantil, ou seja, foi verificada presença de um grande número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil que não vêm recebendo atendimento e/ou sua situação não está sendo identificada nos serviços de assistência social.

De acordo com o disposto na Resolução CNAS nº 08/2013<sup>13</sup>, que estabelece ações estratégicas do PETI, dispõe no artigo 15:

**Art. 15.** Os Municípios e Distrito Federal serão considerados como alta incidência de trabalho infantil quando apresentarem: I – no exercício de 2013: a) Mais de 1000 (mil) casos de trabalho infantil identificados no Censo Demográfico 2010 - IBGE; ou b) Crescimento de 200 (duzentos) casos de trabalho infantil entre o Censo Demográfico IBGE de 2000 e de 2010, exceto os abrangidos no inciso II deste artigo; II – no exercício de 2014, mais de 500 (quinhentos) casos de trabalho infantil identificados no Censo Demográfico 2010 - IBGE;

Verifica-se portanto, que com 241 crianças e adolescentes identificados no Censo IBGE 2010, o município de Laguna não se enquadra nos critérios da referida resolução, pois o detalhamento da meta específica que o município deverá cadastrar 70% das famílias com presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nos municípios com alta incidência que aderiram ao cofinanciamento das ações estratégicas do PETI, ou seja, uma vez que o município não aderiu por não possuir o quantitativo suficiente, também não está sujeito ao acompanhamento da meta no Pacto de Aprimoramento.

Entretanto, considerando todo o arcabouço legal e normativo da Assistência Social, especialmente aqueles relativos ao Trabalho Infantil, entende-se que ainda que não seja alvo de monitoramento e não tenha aderido ao cofinanciamento, o órgão gestor tem que atuar ostensivamente na erradicação do trabalho infantil no município. De acordo com o documento Perguntas e Respostas: o Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil publicado pelo MDS em 2014, p. 13:

Os municípios que não foram classificados como de alta incidência de trabalho infantil não são elegíveis ao repasse de recursos para impulsionar as Ações Estratégicas de erradicação do trabalho infantil, considerando o agravo das incidências em seus territórios. Aqueles municípios que não se incluem entre os de alta incidência, mas que identificaram situações de trabalho infantil em seu território também deverão desenvolver Ações Estratégicas, considerando o atual cenário do trabalho infantil.<sup>14</sup>

Verifica-se que, caso o município não seja elegível para o repasse de recursos mas possua incidência de trabalho infantil, ele deve desenvolver as ações estratégicas do PETI, visando a erradicação dessa situação no município. De acordo com a Resolução CNAS nº 08/2013:

**Art. 2º** As ações estratégicas do PETI no âmbito do SUAS estruturam-se a partir de cinco eixos: I – informação e mobilização nos territórios de incidência do trabalho infantil para propiciar o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil; II – identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil; III – proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias; IV – apoio e acompanhamento das ações de defesa e responsabilização; e V – monitoramento das ações do PETI.<sup>15</sup>

A Resolução CNAS 08/2013 traz ainda, No Capítulo I – Das Ações Estratégicas do PETI, em seus artigos 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, o detalhamento de cada eixo, com as ações estratégicas correspondentes. Além disso, tem-se o Caderno de Orientações Técnicas para Gestão do PETI<sup>16</sup> que orienta sobre diversos aspectos que norteiam a execução desta ação.

<sup>13</sup> Resolução CNAS nº 08, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências.

<sup>14</sup> BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Perguntas e Respostas: o Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. 2ª Versão.

<sup>15</sup> Resolução CNAS nº 08, de 18 de abril de 2013.



Neste sentido, recomenda-se ao órgão gestor que:

- Implemente as ações estratégicas do PETI, previstas na Resolução CNAS nº 08/2013.

Tabela 6 – Cadastramento da População de Rua

<b>Especificação</b>	
Detalhamento	Cadastrar a população em situação de rua no Cadastro Único
Meta	Atingir o percentual de 70% (setenta por cento) de identificação e cadastramento no CadÚnico das pessoas em situação de rua em acompanhamento pelo Serviço Especializado para População em Situação de Rua
Indicador	Taxa de cadastramento
Cálculo do indicador	$Taxa\ de\ cadastramento = \frac{Total\ de\ pessoas\ em\ situação\ de\ rua}{Total\ de\ pessoas\ em\ situação\ de\ rua\ cadastradas\ no\ CadÚnico}$
Fonte	Censo SUAS, Pesquisa sobre População de Rua da SAGI e CadÚnico
Vigência do pacto	2014 a 2017
<b>Situação do Município</b>	
Meta	Atingir o percentual de 70% de identificação e cadastramento no CadÚnico das pessoas em situação de rua em acompanhamento pelo Serviço Especializado para População em Situação de Rua
Estimativa da quantidade de pessoas vivendo em situação de rua no município	Sem informação
Quantidade de pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico	4 pessoas
Quantidade de pessoas em situação de rua que precisam ser cadastradas no CadÚnico para atingir a meta	Sem informação
Situação do município	Meta ainda não alcançada
Prazo máximo para alcance da meta:	2017

Fonte: MDS/SAGI/MDS, 2017.

Em razão de não se dispor de um diagnóstico ou levantamento municipal sobre a população de rua existente no município, não tem-se uma estimativa da quantidade de pessoas que atualmente vivem em situação de rua no município.

Embora tenha-se verificado que 4 pessoas estão cadastradas no CadÚnico como estando em situação de rua, sabe-se que este número não representa a atual realidade, pois de acordo com o RMA CREAS, entre os meses de janeiro e junho de 2017, 10 pessoas em situação de rua ingressaram no

16 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Brasília, 2010.

PAEFI. Observe-se que, mesmo os usuários atendidos em unidades da rede não foram cadastrados, o que indica uma fragilidade na articulação entre CREAS e Cadastro Único e/ou no processo de inserção desses usuários no Cadastro.

Entende-se portanto, que considerar os dados do CadÚnico e do CREAS para estimativa da População de Rua seja inadequado, considerando a possibilidade de existência de um número muito superior à esse.

De acordo com o Guia de Cadastramento da População de Rua<sup>17</sup>:

“O Cadastro Único objetiva ser uma ponte para o acesso das pessoas em situação de rua às políticas públicas. Assim, as pessoas em situação de rua têm o direito de serem identificadas corretamente no Cadastro Único. Essa ação permite que os Governos federal, estaduais e municipais conheçam as características das pessoas em situação de rua: onde há maior concentração, qual seu perfil e quais suas necessidades. Isso contribui para a implementação de políticas e programas específicos voltados à promoção da autonomia dessas pessoas. Ainda, possibilita ao Estado acompanhar a própria efetividade de suas ações. Identificar a população em situação de rua no Cadastro Único facilita o acesso a diversos programas sociais que utilizam as informações do Cadastro para seleção de beneficiários. Além disso, possibilita que a rede de proteção social do município realize acompanhamento mais detido e efetivo, para promover a superação das vulnerabilidades sociais que atingem as pessoas nessa condição.

Observa-se que o cadastramento dessa população Cadastro Único, além de possibilitar o recebimento de benefícios, favorece levantamentos e diagnósticos, assim como o acompanhamento mais efetivo por parte da rede socioassistencial. Com relação às atribuições relativas ao cadastramento dessa população, de acordo com o Guia de Cadastramento:

O cadastramento da população em situação de rua deve ser feito de forma articulada com a área de Proteção Social Especial da Assistência Social do município. Isso é importante para garantir a coordenação das ações técnicas de mapeamento e abordagem adequada das pessoas em situação de rua que devem ser cadastradas, além do acompanhamento de seu cadastramento e a integração do segmento à rede de proteção social.<sup>18</sup>

Verifica-se portanto, que o processo de Cadastramento dessa população envolve a Proteção Social Especial, mais especificamente pela equipe do Serviço de Abordagem Social e/ou pela equipe do PAEFI, na ausência desse primeiro. Além disso:

A atuação da Proteção Social Especial também deve garantir a mobilização da rede de proteção social e dos serviços que compõem o sistema de garantia de direitos a essa população para que haja o devido acompanhamento das pessoas cadastradas. Essa mobilização deve ser pautada na intersetorialidade para o encaminhamento das demandas apresentadas pela ação de cadastramento e acompanhamento social das pessoas em processo de autonomia e saída da rua.<sup>19</sup>

Percebe-se que há uma grande responsabilidade da Política de Assistência Social, mais especificamente da equipe do CREAS, no sentido de mobilizar a rede de proteção para o atendimento a essa população.

---

17 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua. Brasília, 2015.

18 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua. Brasília, 2015.

19 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua. Brasília, 2015.

Ainda com relação à população de rua, a Resolução CNAS 09/2013<sup>20</sup>, dentre outras determinações, dispõe sobre a expansão qualificada dos serviços direcionados à População em Situação de Rua. Em seu artigo 6º, a referida Resolução estabelece que:

Art. 4º O Serviço Especializado em Abordagem Social, ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outros [...] Art. 6º O Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua, ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ ou sobrevivência, possui a finalidade de assegurar atendimento a essa população com objetivo de estimular o desenvolvimento de sociabilidades, fortalecendo os vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Além dos dois serviços mencionados acima, há o “II – Serviço de Acolhimento em República para Jovens e Adultos em Processo de Saída das Ruas com capacidade de atendimento de até 10 pessoas.”<sup>21</sup>, que “complementa” os demais serviços ao oferecer uma oportunidade material de saída das ruas e reconstituição da cidadania desta população a partir de uma residência provisória para as pessoas em processo de saída das ruas.

No ano de 2013, o município de Laguna foi habilitado pelo MDS para o recebimento de recurso financeiro para expansão deste serviço, optou pela adesão, comprometendo-se com a implantação dos três serviços. Ocorre que devido a diversos fatores, o município não implantou os serviços até a presente data, podendo-se então considerar que a meta não foi alcançada. Verifica-se que houve uma “tentativa de oferta do serviço” em 2014 por uma equipe composta por 1 psicólogo e 01 agente de proteção social do CREAS, porém, que não teve sua implementação concluída.

Atualmente, o município vem atendendo as pessoas em situação de rua por meio do PAEFI, conforme determinado pela legislação, contudo, verifica-se que os usuários, em sua maioria, chegam a unidade por meio de demanda espontânea ou encaminhamento de outros equipamentos e outras políticas, não havendo qualquer espécie de abordagem social ou busca ativa.

Quanto ao trabalho realizado pela equipe do PAEFI, compõe-se de acompanhamento, orientação, encaminhamentos e concessão de benefícios eventuais (auxílio passagem), para deslocamento destes a outros municípios e estados. Verifica-se que as equipes possuem poucas possibilidades de atendimento a esses usuários quando permanecem no município, tanto pela desarticulação da rede de proteção socioassistencial e social, quanto pela indisponibilidade de um serviço específico de acolhimento ou outra alternativa.

Para a população em situação de rua, vislumbra-se poucas possibilidades de reconstrução de vínculos e construção de novos projetos de vida, seja a partir da concessão do benefício de aluguel social, auxílio hospedagem ou mesmo um albergue para pernoite.

Há ainda as famílias onde ocorrem violação de direitos devido ao uso de substâncias psicoativas, inclusive, uma das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS é relativa ao acompanhamento dessas famílias. Nesse sentido, verifica-se que esta meta foi alcançada pelo município, pois de acordo com o RMA, entre os meses de janeiro e junho de 2017 o CREAS inseriu no acompanhamento 17 famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas. Deve-se contudo, reconhecer que a inserção de famílias no serviço não garante por si só o atendimento adequado

---

20 Resolução CNAS nº 09, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para a expansão qualificada do ano de 2013 dos Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial para o Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; para o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e para os Serviços de Acolhimento em República para Pessoas em Situação de Rua.

21 Resolução CNAS nº 09, de 18 de abril de 2013.

a este tipo de situação, que comumente deve ser articulado com o CRAS, serviços de saúde e entidades de tratamento e internação do usuário.

Neste sentido, o MDS publicou o Caderno de Orientações Técnicas: Atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas vêm esclarecer as responsabilidades e diretrizes da Política de Saúde além de estabelecer Diretrizes para o atendimento no SUAS dessas pessoas e famílias. Tal documento traz conceitos e concepções sobre as vulnerabilidades associadas ao uso de substâncias psicoativas, destacando os aspectos históricos, políticos e sociais do consumo de álcool e outras drogas e o SUAS; os fundamentos legais do atendimento no SUAS às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas e; a capilaridade da Rede SUAS nos territórios e o atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas.

De acordo com o caderno supramencionado, a atenção à este público deve ser compartilhada entre os sistemas de Saúde e Assistência Social, nos níveis de proteção social básica e especial.

A atenção na Proteção Social Especial, de acordo com a PNAS, tem como objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos.<sup>22</sup>

Supõe-se que, no CREAS, tal trabalho venha sendo realizado junto às 17 famílias identificadas no RMA. Entretanto, tem-se pouca informação sobre a atuação do CRAS e dos serviços de saúde, bem como da articulação entre estes e o CREAS no atendimento a este público.

Além disso, há ainda a atuação da gestão do SUAS nesse processo, e de acordo com o MDS:

Na perspectiva do cotidiano do SUAS, os gestores da política pública de assistência social devem construir diagnósticos das situações presentes no território para a estruturação dos serviços conforme tipificados, de forma qualificada e de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social: serviços descentralizados; ofertas integradas pelas unidades do SUAS e articuladas com as demais políticas; abrangência municipal, no Distrito Federal ou regional; primazia da responsabilidade do Estado na oferta, mesmo que em parceria com Entidades Sociais e a centralidade na família (original, ampliada, estendida).<sup>23</sup>

Nesse sentido, recomenda-se ao órgão gestor que:

- Aprimore os fluxos de informação e atendimento da rede socioassistencial e rede de proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas
- Produza um diagnóstico das situações de violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas presentes no território.

### **2.5.3 Cobertura da Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade**

No município são ofertados dois serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, ambos destinados ao acolhimento. O poder público executa o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes enquanto que o Asilo Santa Isabel executa o Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos.

<sup>22</sup> Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações Técnicas: Atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas. Brasília, 2016, p. 66.

<sup>23</sup> Idem. p. 48.

No ano de 2017 verificou-se que, das famílias de 12 crianças e adolescentes que ingressaram no Serviço de Acolhimento institucional do município, nenhuma foi incluída no atendimento do PAEFI, conforme dados recebidos da equipe do Abrigo Institucional e dados obtidos do RMA – Registro Mensal de Atendimento do CREAS.

Além de ser uma meta do Pacto de Aprimoramento, o atendimento às famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento está previsto no Caderno de Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento<sup>24</sup>, no capítulo 3.4.1 Articulação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, p. 38:

CREAS: Nos municípios que possuam CREAS e naqueles atendidos por CREAS regionais, quando o motivo do afastamento do convívio familiar envolver violência intra-familiar (física, psicológica, sexual, negligência grave), exploração sexual ou outras situações de violação de direitos que estejam sob o escopo de ação dos serviços desenvolvidos no CREAS, as crianças e adolescentes acolhidos e seus familiares devem ser inseridos em seus serviços. Nesse caso, é de suma importância que as equipes técnicas do serviço de acolhimento e do CREAS atuem de forma articulada – com planejamento conjunto de estratégias de ação e reuniões periódicas para o acompanhamento dos casos – de modo a garantir uma atuação complementar e sinérgica, evitando sobreposições e ações contraditórias.

Além disso, a Resolução CIT Nº 7/2009<sup>25</sup>, em seus artigos 15 e 17 dispõe que:

Art. 15 O atendimento das famílias será realizado por meio dos serviços ofertados pelo CRAS e pelo CREAS (local ou regional), nos territórios que possuem estas unidades. [...] § 2º O atendimento das famílias com beneficiários que estão em serviços de acolhimento da rede socioassistencial terá como foco a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a reintegração familiar e a garantia dos direitos socioassistenciais. Art. 17. Nos casos em que for identificada a necessidade de acompanhamento pelos serviços do CREAS ou equipe técnica da PSE, o atendimento terá como objetivo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a superação de padrões de relacionamento violadores de direitos, a potencialização da função protetiva da família e sua inserção em uma rede de proteção que favoreça a superação da situação vivenciada e a construção de novos projetos de vida.

Fica evidenciado portanto, que as famílias das crianças e adolescentes devem ser atendidas pelos CREAS assim como pelo CRAS, e que as três unidades devem possuir profunda articulação para evitar sobreposição e contradição nos atendimentos. Verifica-se que isso não vêm ocorrendo.

Neste sentido, recomenda-se ao órgão gestor que:

- Realize a implementação do Protocolo de Gestão Integrada envolvendo as unidades de Proteção Social Básica (CRAS), Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS), Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Abrigo Institucional), Bolsa Família e CadÚnico e Benefícios Eventuais no intuito de implementação do referido Protocolo.
- Aprimore os fluxos e informação e encaminhamento na rede socioassistencial, articulando os serviços para que as atividades desenvolvidas sejam complementares, não ocorrendo sobreposição ou mesmo contraposição das atividades de cada unidade/serviço.

Quanto ao Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, destacou-se a meta relativa ao reordenamento dos serviços do município.

Tabela 7 - Reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes

<b>Especificação</b>
De acordo com o MDSA, em razão da complexidade e multiplicidade de fatores envolvidos neste

24 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. BRASIL/MDS, 2009. 168 p.

25 Resolução CIT Nº 7, de 10 de setembro de 2009. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

processo de reordenamento, o MDSA ainda está construindo parâmetros operacionais que viabilizem o cálculo da Meta 14. A forma de cálculo deve proporcionar uma avaliação coerente e realista dos esforços realizados pelos municípios. Para tal, precisam ser definidos quais elementos chave, em termos de condições necessárias e suficientes, para que se possa considerar o reordenamento “realizado” em dado município, onde não raro, existem múltiplos serviços de acolhimento. Tão logo seja definido o método a ser aplicado para o cálculo, divulgaremos o cenário observado em relação ao atingimento da meta.

Entretanto, devido à importância do reordenamento no processo de qualificação dos serviços de acolhimento bem como sua competência de acompanhamento dos municípios, a SST/SC elaborou um instrumental de monitoramento em formato de excel, com 35 questões relacionadas as seguintes dimensões: porte e estrutura, recursos humanos, gestão do serviço, metodologias de atendimento, gestão da rede, reordenamento/implantação dos serviços, que foi respondido pelo município no ano de 2017.

Assim, embora esse meta não seja aplicável no âmbito do Pacto de Aprimoramento, ela será discutida e analisada nesse documento, utilizando-se como parâmetro as respostas do município ao instrumento de monitoramento da SST/SC e a Resolução CNAS Nº 23, de 27 de setembro de 2013, que aprova critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do Reordenamento de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos municípios e Distrito Federal.

Situação do Município	
Meta	Reordenar 100% dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
Número de unidades/serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes	1
Número de unidades/serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes reordenados	0
Situação do município	Não se aplica
Prazo máximo para alcance da meta	2017

Fonte: MDS/SAGI/MDS, 2017.

Conforme a Resolução CNAS nº 23/2013<sup>26</sup>, Art. 1º, Parágrafo Único: “[...] II - Reordenamento: o processo gradativo que envolve a gestão, as unidades de oferta do serviço e os usuários, visando à qualificação da rede de Serviços de Acolhimento existentes e a adequação desses às normativas vigentes.”

**Art. 7º** O reordenamento dos serviços de acolhimento envolve as seguintes dimensões: I - porte e estrutura, que compreende: a) adequação da capacidade de atendimento, observados os parâmetros de oferta para cada modalidade, com redução anual de no mínimo ¼ do número de crianças e adolescentes que ultrapasse o limite estabelecido em cada serviço; b) condições satisfatórias de habitabilidade, salubridade e privacidade; c) localização do imóvel em áreas residenciais, com fácil acesso ao transporte público, cuja fachada não deve conter identificação externa; e d) acessibilidade. II - recursos humanos, que compreende as equipes de referência, conforme previsão na NOB-RH/SUAS e Resolução CNAS nº 17/11; III - gestão do serviço, que compreende: a) elaborar o projeto político-pedagógico do serviço; b) elaborar, sob a coordenação do órgão gestor, e implementar as ações de reordenamento propostas no Plano de Acolhimento; e c) inscrever-se no conselho de direitos da criança e do adolescente e, no caso de

<sup>26</sup> Resolução CNAS Nº 23, de 27 de setembro de 2013. Aprovar critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do Reordenamento de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos municípios e Distrito Federal.

serviço de acolhimento da rede socioassistencial privada, no respectivo conselho de assistência social. IV - metodologias de atendimento, que consiste em: a) elaborar o Plano Individual de Atendimento de cada criança e adolescente; b) elaborar e enviar ao Poder Judiciário relatórios semestrais de acompanhamento de cada criança e adolescente; c) atender os grupos de irmãos sempre que houver demanda; d) manter prontuários individualizados e atualizados de cada criança e adolescente; e) selecionar, capacitar de forma presencial e acompanhar no mínimo mensalmente as famílias acolhedoras para o serviço ofertado nessa modalidade. f) acompanhar as famílias de origem das crianças e adolescentes nos CRAS, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, e nos CREAS, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, conforme situações identificadas; V – gestão da rede, que compreende: a) elaborar diagnóstico socioterritorial e Plano de Acolhimento com previsão de estratégias de reordenamento ou implantação de novas unidades de oferta; b) gerir as capacidades de atendimento dos serviços e apoiá-los; c) estabelecer fluxos e protocolos de atenção, na aplicação da medida protetiva aplicada pelo poder judiciário, que fortaleçam o papel da gestão da Assistência Social na coordenação dos encaminhamentos para os serviços de acolhimento; d) gerir e capacitar os recursos humanos; e e) articular com os serviços da rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os órgãos de defesa de direitos.

Verifica-se, portanto, que o processo de reordenamento envolve uma série de dimensões, que por sua vez se desdobram em ações e atividades, e que devem ser cumpridas/realizadas pelo município para que esse possa ser considerado como “reordenado”.

Em Laguna, há um Plano de Acolhimento, elaborado pela equipe do Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio e equipe do órgão gestor, e aprovado pela Resolução nº 12/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS. O referido Plano prevê ações para o reordenamento de aspectos ligados à: Gestão da Rede; Porte e Estrutura; Recursos Humanos; Gestão dos Serviços e; Metodologia de Atendimento, estabelecendo metas e responsáveis, tanto pela execução quanto por seu monitoramento.

Em maio de 2017, atendendo à solicitação de informações do Governo Estadual para fins de Monitoramento da Implantação do referido Plano, o órgão gestor recebeu e respondeu a um questionário com 35 questões sobre a implementação do Plano Municipal de Acolhimento.

Dentre as 35 questões, 09 não foram respondidas, por se referirem a unidades não existentes atualmente no município ou previstas no Plano de Acolhimento. Há ainda outras 02 questões quantitativas, que serão detalhadas posteriormente. Deste modo restaram 24 questões, sendo 4 relativas ao porte e estrutura, 4 sobre recursos humanos, 3 sobre gestão do serviço, 7 sobre metodologia de atendimento, 5 sobre gestão da rede e; 1 sobre reordenamento/implantação de serviços.

Foram também apresentadas 5 alternativas para resposta: 1. Situação não informada; 2. Ação não prevista no Plano de Acolhimento; 3. Ação concluída conforme previsto no Plano de Acolhimento; 4. Ação em andamento com previsão de conclusão dentro do prazo acordado no Termo de Aceite (31 de dezembro de 2017).; 5. Ação com problema, apontando para a impossibilidade de conclusão dentro do prazo acordado no Termo de Aceite (31 de dezembro de 2017).

O quadro abaixo, extraído do documento em excel encaminhado para a SST/SC demonstra as respostas do município de Laguna às questões elencadas:

Quadro 72 – Acompanhamento do Plano de Reordenamento do Acolhimento Institucional

q1	q2	q3	q4	q5	q6	q7
<b>Porte e estrutura</b>				<b>Recursos humanos</b>		
Adequação da capacidade de atendimento	Condições satisfatórias de habitabilidade, salubridade e privacidade	Localização do imóvel em áreas residenciais, sem identificação externa	Accessibilidade	Adequação do número de profissionais da(s) equipe(s) de cuidadores do(s) serviço(s)	Adequação do número de profissionais da(s) equipe(s) técnica(s) do(s) serviço(s)	Equipe de supervisão e apoio aos serviços de acolhimento (órgão gestor)
Com problemas	Concluída	Concluída	Concluída	Em andamento	Concluída	Sem informação
q8	q9	q10	q11	q12	q13	q14
<b>Recursos Humanos</b>		<b>Gestão do serviço</b>		<b>Metodologias de atendimento</b>		
Capacitação e formação continuada	Elaboração/Aprimoramento do Projeto Político-Pedagógico	Inscrição no Conselho de Assistência Social	Inscrição no Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente	Elaboração do Plano Individual de Atendimento para crianças e adolescentes/Projeto de vida para jovens	Elaboração e envio de relatórios de acompanhamento ao Poder Judiciário	Atendimento de grupos de irmãos, sempre que houver demanda
Em andamento	Em andamento	Não prevista	Em andamento	Concluída	Concluída	Concluída
q15	q16	q17	q18	q19	q20	q21
<b>Metodologias de Atendimento</b>				<b>Gestão da rede</b>		
Manutenção de prontuários individualizados e atualizados dos acolhidos	Seleção, capacitação e acompanhamento das famílias acolhedoras	Acompanhamento das famílias de origem no PAIF/CRAS e PAEFI/CREAS durante período de acolhimento	Acompanhamento das famílias de origem pelos CREAS após desligamento dos acolhidos	Gestão da(s) capacidade(s) de atendimento do(s) serviço(s)	Apoio e supervisão às equipes dos serviços	Estabelecimento de fluxos e protocolos com o sistema de justiça
Concluída	Não prevista	Concluída	Sem informação	Em andamento	Em andamento	Em andamento
q22	q23	q24	q25	q26	q27	q28
<b>Gestão da Rede</b>		<b>Reordenamento/Implantação de serviços</b>				
Capacitação dos recursos humanos	Articulação com a rede local	<b>Abrijo institucional</b>	Número de UNIDADES Reordenadas/Implantadas	Número de VAGAS disponíveis nas Unidades Reordenadas/Implantadas	<b>Casa-lar</b>	Número de UNIDADES Reordenadas/Implantadas
Em andamento	Em andamento	Em andamento	1	20		

Fonte: Arquivos da SMASH, 2017.

Verifica-se que, dentre as 24 questões 05 apresentam problemas, pois, ou não estão previstas, ou não se dispõe de informação para respondê-las, ou foram identificados problemas que impossibilitam sua conclusão. Por outro lado, 19 questões foram consideradas como concluídas ou em andamento, ou seja, estima-se que até o final do ano estarão concluídas. Em um primeiro momento, o desempenho do município parece positivo, considerando-se que há a previsão de conclusão de 80% das ações estabelecidas até o final do ano.

Contudo, uma análise mais aprofundada revela inconsistências no preenchimento do referido Instrumental de Monitoramento, com ênfase às questões q24 e q25, relativas respectivamente ao acompanhamento das famílias dos acolhidos pelo CRAS e CREAS durante o acolhimento e acompanhamento das famílias dos acolhidos pelo CREAS após o acolhimento. Verificou-se que ambas as informações não possuem respaldo, uma vez que os relatórios do RMA do ano de 2017 não indicam o acompanhamento de nenhuma família de crianças ou adolescentes acolhidos, tanto nos dois CRAS quanto nos CREAS.

Verifica-se ainda que há questões que foram apontadas como em andamento, porém, em razão de sua complexidade e extensão, demandam vários meses, além de haverem metas que dependem de outras para serem efetivadas, o que estende ainda mais esse tempo. Em razão de estar-se no mês de agosto e não ter-se verificado um movimento no sentido de adequação, pressupõe-se que não serão concluídas, projetando o município a um “nível de reordenamento” ainda menor que o previsto.

## 2.5.4 Cobertura de Benefícios

Tabela 8 - Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico

Especificação	
Detalhamento	Inserir no CadÚnico os beneficiários do BPC



Meta	Cadastrar 70% das famílias no CadÚnico com beneficiários do BPC para municípios de pequeno porte I e II; 60% para municípios de médio e grande porte; 50% para metrópoles.
Indicador	Taxa de cadastramento BPC
Cálculo do indicador	$Tx \text{ de cadastramento BPC} = \frac{\text{Total de beneficiários do BPC cadastrados no CadÚnico}}{\text{Total de beneficiários do BPC}}$
Fonte	CadÚnico e DBA obtidos a partir da Matriz de informações da SAGI

Vigência do pacto 2014 a 2017

Situação do Município					
Meta do Município	60%				
Total de beneficiários do BPC	532				
Total de beneficiários do BPC que o município deve cadastrar no CadÚnico	341				
Total de beneficiários do BPC cadastrados no CadÚnico	202				
Percentual de cadastramento dos beneficiários do BPC no CadÚnico	38%				
Situação do município	Meta não alcançada				
Prazo máximo para alcance da meta	2017				
Apuração (acompanhamento) da Meta					
Ano	Total de Beneficiários	Meta de Cadastramento (60%)	Beneficiários cadastrados	Taxa de Cadastramento	Meta alcançada
2013	534	320	177	33,14%	NÃO
2014	546	328	196	35,89%	NÃO
2015	533	320	--	--	--
2016	529	317	205	38,75%	NÃO
2017	532*	319	202	38%	NÃO

Fonte: MDS/SAGI/MDS, 2017. \* - Consulta realizada em julho/2017

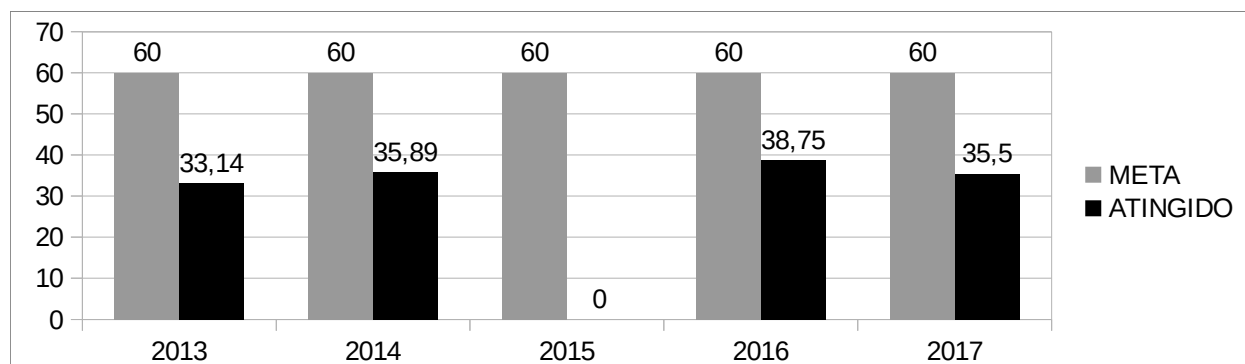


Gráfico 29 – Taxa de Cadastramento do BPC no CadÚnico  
Fonte: MDS/SAGI/MDS, 2017.

Considerando a meta de cadastrar 60% das famílias e a identificação de 532 beneficiários, tem-se como proposta o cadastramento de 341 famílias. Considerando que o município tem cadastradas 202 famílias dos beneficiários do BPC, constata-se que a meta não foi alcançada, pois o município cadastrou cerca de 38% das famílias dos beneficiários do BPC, ou seja, 22% abaixo da meta.

O cadastramento do beneficiário no CadÚnico têm como propósito garantir a inclusão deste beneficiário do BPC nos serviços e benefícios do SUAS, e nesse sentido, a Proteção Social Básica, juntamente com a equipe de Gestão do Cadastro Único, tem a tarefa de localizar, cadastrar encaminhar para inserção nos serviços da rede socioassistencial e rede de proteção social, se necessário.

Além da abrir a possibilidade de recebimento de benefícios e favorecer a inclusão do usuário nos serviços das redes de proteção socioassistencial e social, a inclusão do beneficiário do BPC no CadÚnico é condição para manutenção do benefício, conforme disposto no Decreto Federal nº 8805/2016:

“Art. 12. São requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do benefício as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico. § 1º—O beneficiário que não realizar a inscrição ou a atualização no CadÚnico, no prazo estabelecido em convocação a ser realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, terá o seu benefício suspenso, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário.<sup>27</sup>”

Fica portanto evidenciada a importância do cadastramento não somente de 60%, mas de 100% das famílias que recebem o BPC, considerando que a ausência de cadastramento repercutirá na suspensão e cessação do benefício.

Há ainda o Programa BPC na Escola, também previsto no Pacto de Aprimoramento do SUAS. Verifica-se que o município cumpriu essa meta, pois aderiu ao Programa na data de 18/04/2008 e renovou sua adesão na data de 14/08/2013, estando até o presente momento em situação regular, conforme dados obtidos do Sistema BPC na Escola, do MDSA/SAGI. Entretanto, é importante analisar-se se a execução do Programa no município vêm ocorrendo conforme determina a legislação.

O Programa BPC na Escola foi criado pela Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, que traz em seu artigo 1º:

Criar o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC/LOAS, com prioridade para aquelas na faixa etária de zero a dezoito anos. § 1º O Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do

<sup>27</sup> Decreto Federal nº 8.805, de 7 de julho de 2016. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

BPC/LOAS compreende: I - a identificação anual das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC/LOAS matriculadas e não matriculadas no sistema regular de ensino, com base nos dados do BPC/LOAS e do Censo Escolar; II - a disponibilização dos dados referentes ao inciso I aos sistemas de ensino e às Secretarias Municipais de Assistência Social para uso destas no sistema de vigilância social local; III - o desenvolvimento de estudos intersetoriais que identifiquem as barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC/LOAS, indicando ações e políticas visando a superação dessas barreiras e que favoreçam a inclusão educacional e social; IV - a instituição e manutenção de banco de dados sobre as ações desenvolvidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a inclusão das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC/LOAS na escola; e V - a análise e estatísticas dos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência, com vistas aos indicadores de cidadania das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC/LOAS.

Aos municípios, foi atribuída a tarefa de compor um comitê gestor intersetorial e uma equipe técnica para o Programa, ambos compostos por servidores da Assistência Social, Saúde e Educação. Em Laguna, comitê gestor e equipe técnica são compostos pelos mesmos servidores. Esses servidores tem como responsabilidade a aplicação de um questionário para identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso das pessoas com deficiência ao ensino regular.

Após a adesão do Programa, o município obtém acesso ao Sistema BPC na Escola, onde constam informações relativas à adesão/renovação, ao grupo gestor e principalmente, emissão e registro dos questionários. A equipe responsável deve imprimir os questionários, localizar os beneficiários, aplicar os questionários e inserir os dados no sistema. Caso o beneficiário não seja localizado, ou tenha se mudado, ou mesmo por outros motivos, o questionário é concluído com a entrevista não realizada.

Nesse sentido, observemos os quadros abaixo que trazem três relatórios gerenciais emitido no referido sistema na data de 30/08/2017:

Quadro 74 – BPC na Escola – Relatório Gerencial 2008

Qtd Beneficiários	Quest. Não Concluídos		Quest. Concluídos		Quest. Entrevista Realizada		Quest. Entrevista Não Realizada	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
56	2	3.57	54	96.43	41	73.21	13	23.21

Fonte: MDS/SAGI – Sistema BPC na Escola. Dados coletados em agosto/2017

Quadro 75 – BPC na Escola – Relatório Gerencial 2013

Qtd Beneficiários	Quest. Não Concluídos		Quest. Concluídos		Quest. Entrevista Realizada		Quest. Entrevista Não Realizada	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
101	79	78.22	22	21.78	9	8.91	13	12.87

Fonte: MDS/SAGI – Sistema BPC na Escola. Dados coletados em agosto/2017

Quadro 76 – BPC na Escola – Relatório Gerencial 2016

Qtd Beneficiários	Quest. Não Concluídos		Quest. Concluídos		Quest. Entrevista Realizada		Quest. Entrevista Não Realizada	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
108	67	62,04	41	37,96	12	11,11	29	26,85

Fonte: MDS/SAGI – Sistema BPC na Escola. Dados coletados em agosto/2017

Pode-se verificar uma grande discrepância nos percentuais apresentados entre os anos de 2008, 2013. No ano de 2008 73% das entrevistas foram realizadas, enquanto que em 2013 este percentual foi reduzido à 8,91%.

Com relação aos questionários disponibilizados em 2016 verifica-se que, no mês final agosto 2017, que corresponde à 66% do ano, apenas 37,96% dos questionários foi concluído, o que possivelmente indica um atraso em sua realização, porém, passível de correção até o mês de dezembro de 2017.

Entretanto, verifica-se no Relatório de 2016, que de 41 questionários concluídos apenas 12 entrevistas foram realizadas. Outros 29 beneficiários tiveram seus questionários concluídos sem a entrevista, pelos seguintes motivos: mudança do beneficiário para outra localidade ou município, endereço não encontrado, beneficiário não encontrado após 3 visitas ou outros, conforme consta nos relatórios do Sistema BPC na Escola.

Embora se desconheça detalhadamente quais os procedimentos adotados, fica evidenciado que a equipe vem tendo dificuldades na localização dos beneficiários, e desse modo, vêm concluindo um grande número de questionários sem realização de entrevista. Correlacionado o relatório do ano de 2016 com o ano de 2008, fica ainda mais evidente a existência de algum problema desconhecido na localização dos usuários, pois no ano de 2008, 73% foram localizados, enquanto que nos anos de 2016 e 2017, apenas 11%.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

O presente capítulo traz Uma caracterização da Rede Socioassistencial pública e privada existente no município, além de um levantamento da Rede de Proteção Social pública e privada existente no município. “A partir da identificação de problemas e demandas, cabe relacionar o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios oferecidos pela assistência social e pelas demais políticas sociais públicas.” (Capacita SUAS Vol. 3, p. 50).

Busca-se, para tanto, realizar um mapeamento da realidade local, passando pela gestão, serviços públicos e rede privada. Nesse sentido, o quadro abaixo traz um resumo da Rede Socioassistencial existente no município, indicando sua capacidade instalada, e na sequência, tem-se o detalhamento de cada função/programa/serviço:

Quadro 77 - Rede Socioassistencial Pública

<b>Órgão/Unidade</b>	<b>Função / Programa / Serviço</b>	<b>Capacidade de atendimento</b>
Secretaria Municipal de Assistência Social	Gestão Municipal do SUAS	Não se aplica
	Atendimento Social (Benefícios Eventuais)	Conforme demanda
	Secretaria Executiva do CMAS	Conforme demanda
	Programa Bolsa Família e Cadastro Único dos Programas Sociais	Aprox. 4000 famílias cadastradas e; 2000 famílias beneficiárias
CRAS I	PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	1000 atendimentos/ano
CRAS II	PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	1000 atendimentos/ano
CREAS	PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos Vítimas de violência	50 novas famílias/ano
	MSE – LA/PSC – Serviço de proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de prestação de Serviços à Comunidade	20 adolescentes
Abrigo Institucional	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	20 crianças e adolescentes e famílias

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Quadro 78 - Rede Socioassistencial Privada

<b>Entidade</b>	<b>Serviço</b>	<b>Capacidade instalada</b>
Fundação Hermon	SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças de 06 a 15 anos	100 usuários e famílias
ACUSTRA	SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças de 06 a 15 anos	70 usuários e famílias
APAE	Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência	130 usuários e famílias
Asilo Santa Isabel	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos	31 idosos e famílias
Associação de Voluntárias Mamãe e Bebê	Concessão de benefícios eventuais para gestantes e nascituros.	Conforme demanda

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

### 3.1 ÓRGÃO GESTOR - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em consonância à Política Nacional de Assistência Social, em um ato de compromisso e responsabilidade para com a Política Municipal de Assistência Social, o governo municipal instituiu, ainda no início de 2009, a Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, atribuindo-lhe função de órgão gestor desta política em âmbito Municipal.

Instituída pela Lei nº 190 de 17 de janeiro de 2009, a Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS de Laguna vem, desde então, atuando como órgão gestor da Política de Assistência Social no município, buscando atuar em consonância aos avanços nacionais, em termos de Gestão e execução da Política de Assistência Social, principalmente por interlocução do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e da SST/SC – Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Hoje, após oito anos de implantação, a SMAS vem trabalhando no ordenamento e implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios circunscritos nos âmbitos da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Tem-se trabalhado ainda, no aprimoramento dos instrumentos e estratégias de Gestão, Monitoramento e Avaliação da Política, utilizando a informação como peça chave na sua formulação e execução.

Contudo, a lei de criação da SMAS, embora tenha representado um marco na história da Assistência Social em Laguna, estabelece uma estrutura administrativa inadequada e insuficiente para o atendimento das demandas (crescentes) em consonância às legislações que norteiam a área, além disso, em 09.10.2012, foi publicada a Lei Complementar nº 243/2012, que extingue os cargos de Assessor I e Assessor II criados pela Lei 190/2009, ou seja, retirando 6 cargos de Assessoria da SMAS.

Em 2015, por meio da Lei Complementar nº 329 de 18 de dezembro de 2015, a SMAS passou a ser denominada Secretaria (Municipal) de Assistência Social e Habitação – SMASH, passando a ter a seguinte estrutura:

Art. 41 A Secretaria de Habitação e Assistência Social possui a seguinte estrutura: I - Departamento de Habitação: a) Coordenadoria de Programa Habitacional. II - Departamento de Assistência Social e Apoio Comunitário; III - Departamento Administrativo e Financeiro de Fundos; a) Coordenadoria de fundos e convênio; b) Coordenadoria de Assistência Comunitária; c) Coordenadoria do Serviço de Assistência ao Idoso; d) Coordenadoria do Serviço de Cadastro Social; e) Coordenadoria do Serviço de Assistência à Criança e ao Adolescente; e f) Divisão de apoio a Assistência Social. (Lei Complementar Municipal nº 329/15).

Uma breve análise da atual estrutura da Secretaria de Assistência Social revela que, além de ter assimilado a Política de Habitação, a SMAS, agora denominada SMASH, não possui uma estrutura de gestão adequada as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, na medida em que não prevê subdivisões administrativas para a gestão do SUAS, Vigilância Socioassistencial, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

Verifica-se ainda que a grande maioria das diretorias e coordenadorias existentes não atendem à Política de Assistência Social, pois hora direcionam-se a públicos específicos (idoso e criança), hora trazem nomenclaturas inadequadas (assistência comunitária, apoio a assistência social e apoio comunitário). Em ambos os casos, não estão sendo contempladas às estruturas de gestão previstas na Política Nacional.

Além disso, verifica-se que na prática, as pessoas ocupantes dos cargos acima mencionados, salvo uma exceção, não atuam na área prevista, exercendo a função de cuidador no abrigo institucional ou mesmo desenvolvendo atividades administrativas no órgão gestor.

Com relação às competências da SMASH, segue abaixo trecho da LC Municipal 190/2009:

Art. 40 À Secretaria de Habitação e Assistência Social compete: I - planejar, cadastrar e organizar o acesso à habitação; II - planejar e organizar as ações previstas na Lei Orgânica da Assistência Social em parceria com o Governo Federal, Estadual e Organizações Sociais reconhecidas nos Conselhos Municipais integrados à política de assistência social e do direito da criança e do adolescente; III - implantar planos, programas, projetos e atividades de assistência social e do desenvolvimento comunitário; IV - propor convênios e termos de parcerias com entidades públicas, privadas e filantrópicas para a implantação de planos, programas e projetos na área de assistência social e comunitária; V - promover a integração das pessoas portadoras de deficiência, à vida comunitária; VI - assistir técnica e material a associações de bairros e outras formas organizadas da sociedade que permitam a melhoria das condições de vida dos habitantes do Município; VII - realizar, em colaboração com entidades públicas, privadas e filantrópicas, programas de capacitação de mão-de-obra e sua integração ao mercado de trabalho local; VIII - organizar atividades ocupacionais dos diferentes grupos da comunidade visando sua integração à economia local; IX - promover atividades visando orientar o comportamento de grupos específicos em face de programas de saúde, higiene, educação e outros em colaboração com as demais Secretarias; X - formular e desenvolver projetos que visem organizar e dar continuidade às atividades econômicas alternativas, com o objetivo de minorar o problema do desemprego no Município; XI - coordenar as ações dos órgãos públicos e das entidades privadas que visem solucionar os problemas sociais da comunidade urbana e rural; XII - a assistência social às pessoas carentes, em atendimento às suas necessidades emergenciais e básicas; XIII - propor estratégia de ação, em face dos problemas sociais prioritários ao Município, com a participação da comunidade; XIV - desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais; XV - coordenar e supervisionar a realização de mutirões, convocando a cooperação e participação dos demais órgãos da municipalidade, para a consecução dos objetivos a serem alcançados; XVI - cadastrar e selecionar a população de baixa renda, visando incluí-los nos programas governamentais que visem o social e proceder à sua distribuição, obedecendo aos critérios ditados pela Assistência Social; XVII - avaliar através das diversas associações comunitárias as suas necessidades, carências e propor as medidas necessárias; XVIII - desenvolver trabalhos que visem à proteção e o respeito aos direitos da criança e do adolescente; XIX - amparar crianças e adolescentes em situação de risco social; XX - facilitar o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente; XXI - realizar ações que façam cumprir o Estatuto do Idoso; XXII - apoio à reeducação de pessoas apenadas; XXIII - estudar e propor alternativas de solução social e economicamente compatível com a realidade local. XIV - apoiar tecnicamente e financeiramente aos Conselhos Municipais da área social; XXV - divulgar amplamente os benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios de sua concessão. XXVI - formular e executar o Plano Municipal da Assistência Social; e XXVII - exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

À exemplo da estrutura administrativa, verifica-se que grande parte das competências estabelecidas para a SMASH ou trazem um direcionamento à públicos específicos, ou trazem uma nomenclatura diversa daquela utilizada na Política de Assistência Social.

Há ainda órgãos vinculados administrativamente à SMASH, que recebem apoio administrativo e técnico:

Art. 41 Parágrafo único. Ficam vinculados administrativamente à Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social os seguintes órgãos e fundos: I - Fundação Irmã Vera; II - Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS; III - Fundo da Infância e para a Adolescência – FIA; IV - Conselho Municipal da Criança e Adolescência – CMDCA; V - Conselho Tutelar; VI - Conselho Municipal de Assistência Social; VII - Conselho Municipal da Juventude; VIII - Conselho Municipal do Idoso; IX - Centro de Referência da Assistência Social - CRAS; e X - Centro Especializado de Assistência Social - CREAS.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao quadro de recursos humanos disponível. Uma das conquistas da Política Municipal de Assistência Social e da SMAS foi a contratação de cerca de 40 servidores efetivos para compor o quadro da SMAS, dos programas e das unidades socioassistenciais entre os anos de 2013 e 2014.

Entretanto, entre os anos de 2014 e 2017, a SMAS teve uma redução nos seus quadros de recursos humanos, especialmente devido à exonerações, remoções para outras Secretarias e cessão de recursos humanos para cumprimento de contrato. Assim, segue abaixo o quadro atual da SMASH, considerando os servidores que atuam na Política de Assistência Social.

O quadro de recursos humanos lotados na sede da SMASH e vinculados à Política de Assistência Social está composto conforme segue abaixo, dividido por cargo/função e área de atuação.

Quadro 79 – Recursos Humanos – Órgão Gestor SMASH

Cargo / Função	Gestão	Atendimento Social	Secretaria Executiva do CMAS	PBF e CadÚnico
Secretário(a)	1	-	-	-
Secretário(a) Adjunto(a)	1	-	-	-
Diretor	2	-	-	-
Coordenador	-	-	-	-
Chefe de Divisão	-	-	-	-
Assistente Social	1	1	-	2
Psicólogo	1	-	-	-
Educador Social (Centista Social)	-	-	1	-
Assistente Administrativo	2	-	-	1
Agente de Proteção Social	1	-	-	-
Motorista	1	-	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais	1	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

### 3.1.1 Gestão

Em Laguna, o conjunto de legislações que compõe a Política Municipal de Assistência Social ainda é incompleto, esparso e desconectado. Embora tenham-se criado leis para “alguns” serviços e programas, estas são desconectadas e não contém os elementos necessários para integrá-las no campo do SUAS, hora por faltarem profissionais capacitados nas equipes, hora por não conter os elementos que caracterizam os serviços e programas.

Há uma série de equívocos sobre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e as bases para sua organização. Em geral os usuários, gestores e mesmo trabalhadores ainda percebem a Assistência de forma fragmentada, de modo que a necessidade de organização, profissionalização e planejamento não é percebida como primordial. O campo de possibilidades de proteção, vigilância e defesa social, assim como os resultados decorrentes da atuação da Política ainda vêm sendo subestimados.

Em Laguna, as funções de gestão encontram-se organizada de maneira informal, compartilhada entre os técnicos da gestão.

A Gestão Municipal do SUAS, que tem essencialmente a função organizar e coordenar Política Municipal de Assistência Social e sua relação com outras políticas, articulando-se na garantia de direitos e impondo-se como política pública. Na prática, o responsável por esta função deverá atuar no controle e na regulação municipal ao SUAS, representar o município nas instâncias de pactuação, deliberação e articulação regionais, estaduais e nacionais, além de coordenar, prestar assessoria e consultoria às demais funções de gestão. Além disso, a área de gestão do suas é responsável pela Vigilância Socioassistencial.

O Gerenciamento da Proteção Social Básica - GPSB é uma função essencial na implementação e consolidação do SUAS na medida em que traz um foco específico para a promoção, prevenção e



minimização das vulnerabilidades e para a articulação da PSB com outros níveis de proteção, assim como outras políticas públicas e sistemas de garantia de direitos, atuando junto aos CRAS, às entidades de Proteção Social Básica, à Rede de Proteção Social, Sistemas de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça. No município, esta área não possui profissional ou estrutura específica, nem mesmo de maneira informal.

Da mesma forma, o Gerenciamento da Proteção Social Especial – GPSE vem traçar estratégias e ampliar as condições de atuação das equipes no atendimento à situações de risco pessoal e social, atuando junto ao CREAS, Abrigon Institucional Ana Antonina Antônio, bem como às entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade (APAE) e de Alta Complexidade (Asilo Santa Isabel). Assim como o Gerenciamento da PSB, o município não possui departamento ou profissional específico para esta função de gestão.

### 3.1.2 Atendimento Social – Benefícios Eventuais

O setor de atendimento social funciona no espaço da SMASH, oferecendo serviço de orientação e encaminhamento de usuários para os serviços socioassistenciais e outros serviços públicos e; concessão de benefícios eventuais. Atualmente, o setor de Atendimento Social não está previsto no organograma da SMASH, bem como não estão previstas as diretrizes e procedimentos que devem ser adotados.

A Lei Municipal nº 1824/2015, dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais, prevendo a concessão dos seguintes benefícios:

Quadro 80 – Benefícios Eventuais

Auxílio Natalidade	Prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, em bens de consumo, para reduzir as vulnerabilidades provocadas por nascimento de membro da família, destinado ao custeio de necessidades do recém nascido e/ou apoio à genitora nos casos de natimorto e morte do recém nascido.
Auxílio Funeral	Prestação temporária, não contributiva da política de assistência social, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família, sendo destinado ao custeio de despesas de uma funerária, velório e sepultamento; necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.
Auxílio Transporte	Concessão de passagens para realização de viagem intermunicipal e interestadual em razão de doença ou falecimento de parente consanguíneo de até segundo grau; chamado para assumir vaga de trabalho em outra localidade; necessidade de obtenção de documentos pessoais no local de origem ou em órgãos competentes em outras localidades ou; retorno à cidade de origem de população itinerante.
Auxílio Alimentação	Concessão de alimentação básica para famílias em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar que comprometa a sobrevivência de seus membros integrantes, em qualidade e quantidade suficiente.
Auxílio Documentação	Emissão de fotografia e de pagamento de taxas para emissão de segunda via de certidões de nascimento, casamento, óbito e documentos pessoais de qualquer espécie.
Auxílio Aluguel Social	Pagamento por tempo determinado de aluguel de imóvel em virtude de desalojamento por abandono, ruptura dos vínculos, situações de violência intrafamiliar e/ou ameaças externas que exijam a saída do domicílio.
Auxílio Hospedagem	Abrigar temporariamente, no prazo de até 05 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período, famílias/indivíduos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social e que não tenham condição de suprir a necessidade urgente de abrigo e alojamento.
Auxílio em situação de calamidade pública.	Para atendimento de vítimas de calamidade pública poderá ser cedido benefício eventual de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei 8.742, de 1993.

Fonte: Lei Municipal 1.824/2015.

### **3.1.3 Secretaria Executiva do CMAS**

O Conselho Municipal de Assistência Social foi instituído pela Lei Municipal nº 478/96 e desde o início de seu funcionamento tem recebido do poder público suporte técnico e administrativo, por meio da disponibilização de profissional para o desempenho da função de Secretário Executivo, bem como cessão de espaços físicos para reuniões, mobiliário, equipamentos e material de consumo necessários ao desempenho das atividades.

A função de Secretário Executivo, inicialmente era preenchida por um servidor do quadro da Fundação Irmã Vera que acumulava estas funções com outras, posteriormente, a partir de 2009, a Secretaria Executiva dos Conselhos passou a ser composta por profissional de nível superior.

Atualmente, a Secretaria Executiva bem como o cargo de Secretário Executivo do CMAS não estão regulamentados no conjunto de legislações municipais, entretanto, uma profissional graduada em ciências sociais e ocupante do cargo de Educador Social foi designada e vem desempenhando a função de Secretária Executiva do CMAS, além de atuar como Secretária Executiva do Conselho Municipal do Idoso, Conselho da Juventude e Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

A Secretaria Executiva dos Conselhos funciona em uma sala, dentro da SMASH, contando mobiliário, equipamentos e dispendo de material de consumo fornecido pela SMASH, parte deles custeados com recursos municipais e outra parte com recursos federais do IGD-SUAS e IGD-PBF.

### **3.1.4 Programa Bolsa Família e CadÚnico**

Em 2001 através da Lei 762 de 06 de Junho de 2001, foi instituído no município o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações Sócioeducativas – Bolsa Escola. No Brasil há alguns anos o debate acerca do direito à renda tem se tornado constante, o que culminou em 9 de janeiro de 2004 na promulgação da Lei nº 10.836, que instituiu o Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família surge da unificação dos benefícios sociais do governo federal num único programa, exigindo neste processo ação articulada entre os diferentes Ministérios que antes operacionalizavam tais ações isoladamente, sendo essas: O Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – “Bolsa Escola”, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA - “Cartão Alimentação”, o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - “Bolsa Alimentação”, o Programa “Auxílio-Gás”.

Tendo por característica central a transferência de renda com condicionalidade, o Programa Bolsa Família foi criado em 2004, propondo o enfrentamento da fome e da miséria e a emancipação das famílias. Seus principais eixos são: transferência condicionada de renda, acompanhamento das condicionalidades e articulação de programas complementares.

No município de Laguna a adesão ao Programa Bolsa Família aconteceu no ano de 2005 com a assinatura do Termo de Adesão.

O CadÚnico “é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas que tem: 1) renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa, ou 2) renda mensal total de até três salários-mínimos”, e deve ser obrigatoriamente utilizado para selecionar beneficiários e integrar os programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público (BRASIL, 2007).

Conforme dispões o art. 4º da Lei Nº. 10.836/2004 são objetivos básicos do PBF para com seus beneficiários:

I - Promover o acesso das famílias mais pobres à rede de serviços públicos, em especial os de saúde, educação e assistência social; II - Combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional; III- Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV- Combater a pobreza; e V- Promover a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia as ações sociais do poder público (BRASIL, 2004).

O Programa Bolsa Família demanda algumas contrapartidas de seus beneficiários. Contrapartidas estas que podem ser definidas como sendo condições assumidas pelas famílias beneficiárias perante o poder público e que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar, nas áreas de saúde, educação e assistência social, a fim de gerar melhoria na qualidade de vida das famílias e assegurar o recebimento do benefício mensal correspondente; o que caracteriza a condicionalidade.

Os programas de transferência de renda, ou de renda mínima, tão comuns na América Latina, são no Brasil representados pelo Programa Bolsa Família, um programa de transferência condicionada de renda às famílias.

Além dos benefícios pagos às famílias, o município recebe um repasse mensal do governo federal para aprimoramento e Gestão do programa, o IGD/PBF – Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. Tal valor, é calculado pelo MDS e representa a soma de fatores e incentivos. O quadro abaixo demonstra a composição do IGD/PBF Municipal, demonstrando cada um de seus componentes.

Quadro 81 – Composição do IGD PBF Municipal

1 - Crianças e adolescentes das famílias do PBF com frequência escolar informada
2 - Total de crianças e adolescentes das famílias do PBF no município
3 - TAFE - Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar ( item 1 / item 2 )
4 - Famílias do PBF com condicionalidades de saúde informada
5 - Total de famílias com perfil saúde no município
6 - TAAS - Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde ( item 4 / item 5 )
7 - Atualizações de cadastros - Perfil CadÚnico até 1/2 salário mínimo
8 - Cadastros de Famílias com Perfil CadÚnico até 1/2 salário mínimo
9 - TAC - Taxa de Atualização Cadastral ( item 7 / item 8 )
10 - Fator 1: Operação ( (TAFE+TAAS) / 2 + TAC / 2)
11 - Fator 2: Adesão ao SUAS
12 - Fator 3: Comprovação de Gastos pelo FMAS
13 - Fator 4: Aprovação da Comprovação de Gastos pelo CMAS
14 - IGD-M ( Fator 1 x Fator 2 x Fator 3 x Fator 4 )
15 - Estimativa total de famílias de baixa renda no município - perfil CadÚnico
16 - Quantidade de famílias consideradas para cálculo do repasse
17 - Valor Calculado sem Incentivos ( item 14 x R\$ 3,25 x item 16 )
18 - Incentivo 1 - Proporção de famílias em fase de suspensão em acompanhamento Familiar
19 - Incentivo 2 - Dados da gestão municipal no SIGPBF atualizados há menos de 1 ano
20 - Valor Total de Incentivos ( item18 + item 19 )
21 - Valor Calculado com Incentivos ( Item 17 + Item 20 )
22 - Teto de repasse do IGD-M
23 - Valor repassado no mês

24 - Motivo(s) que impede(m) o repasse

Fonte: Relatório de Informações Sociais. MDS/SAGI, 2017.

De acordo com os índices e o atendimento aos requisitos para recebimento de incentivos, o município recebe determinado montante de recursos financeiros. Tais recursos, devem ser utilizados no incremento à “[...] gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, em âmbito municipal, estadual e distrital, tendo por fundamento os resultados alcançados pelos respectivos entes federativos no caso do IGD PBF, conforme previsto na Lei nº 10.836 de 2004, e sua regulamentação.” (NOB/SUAS, 2012).

## 3.2 UNIDADES PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 3.2.1 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS I e CRAS II

Os CRAS são unidades públicas de assistência social que centralizam a execução da proteção básica no município. Em Laguna há duas unidades, identificadas como CRAS I e CRAS II.

Seguindo as diretrizes nacionais para a prevenção e enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, e buscando normatizar as intervenções nas linhas traçadas pela Política de Assistência Social na territorialização com foco nas relações familiares e comunitárias, foram identificadas no município duas localidades de núcleo populacional numerosos com maior concentração de situações de violação de direitos e violências urbanas – Loteamento Vila Vitória no bairro Magalhães e Loteamento São Judas Tadeu no bairro Barbacena.

O CRAS I, inicialmente localizado na Vila Vitória, teve sua implantação no segundo semestre do ano de 2005, tendo como seu território de abrangência as comunidades de Vila Vitória e Ponta das Pedras, legitimando o trabalho social voltado para a população que vive em seu território com aproximadamente 988 (novecentas e oitenta e oito) famílias num montante de 3.140 (três mil cento e quarenta) moradores. Desenvolve em seu equipamento o PAIF – Programa de Apoio Integral à Família; Serviço de PSB no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosos; O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos.

Ao longo dos anos, o CRAS passou por duas mudanças de endereço. Na primeira mudança, ele foi instalado nas imediações do loteamento Vila Vitória, cerca de 300 metros da entrada dessa comunidade. Em 2017, em razão da necessidade de locação no novo espaço, o CRAS I foi instalado à cerca de 800 metros da entrada da Comunidade.

O CRAS II localizado na Barbacena foi implantado em 2011 em uma localidade que tem características de loteamento com aglomeração populacional desordenada, tendo como abrangência o bairro Barbacena e Rua da Granja com atendimento inicial de 320 famílias. Neste equipamento atualmente desenvolve-se o PAIF – Programa de Apoio Integral à Família, com números de atendimento detalhados no Diagnóstico.

Assim como o CRAS I, o CRAS II passou por três mudanças de endereço. Inicialmente foi instalado a cerca de 600 metros do acesso ao loteamento, passando em 2013 para um imóvel localizado à 1200 metros. Em 2016, o município inaugurou um CRAS em imóvel próprio, construído com recursos do Governo Estadual, contudo, este imóvel localiza-se a cerca de 3,2km do acesso ao loteamento São Judas Tadeu, foco inicial de intervenção dessa unidade.

Quanto ao quadro de recursos humanos:

### Quadro 82 – Recursos humanos CRAS

Cargo / Função	CRAS I	CRAS II
Coordenador	1	1
Assistente Social	3	2
Psicólogo	1	2
Educador Social	1	0
Assistente Administrativo	0	0
Agente de Proteção Social	1	2
Motorista		1
Auxiliar de Serviços Gerais	1	1
<b>Total Geral</b>		<b>17</b>

Fonte: Censo SUAS 2017.

### 3.2.2 Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

Em Laguna o Centro de Referência Especializado Assistência Social – CREAS foi implantado em 2009, inicialmente em um bairro periférico e em imóvel locado. No ano de 2011, o CREAS passa a ser localizado no centro da cidade, também em imóvel locado. O município é classificado como de pequeno porte II tendo a população aglomerada, em sua maioria, na região central, mas com uma área rural considerável. Nesse sentido, a localização deste equipamento torna-se acessível considerando as linhas de ônibus do município que convergem a área central.

A equipe do CREAS desenvolve o PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos; Serviço de Proteção Social a Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC.

Os técnicos mapeiam os seguintes eixos como prioritários no município: a defesa dos Direitos Humanos: Órgãos Públicos Judiciais, Ministério Público, Conselho Tutelar, Polícias Civil e Militar; a Promoção dos Direitos: Serviços e Programas das Políticas Públicas (CRAS, CREAS); a Efetivação do Direito: CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente), CMAS (Conselho Municipal da Assistência Social).

Quanto ao quadro de recursos humanos:

### Quadro 83 – Recursos humanos CREAS

Cargo / Função	Qtde
Coordenador	1
Assistente Social	2
Psicólogo	2
Educador Social	2
Motorista	1
Auxiliar de Serviços Gerais	1
<b>Total Geral</b>	<b>9</b>

Fonte: Censo SUAS 2017.

### 3.2.3 Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio

Funcionando em imóvel próprio, esta unidade oferta o serviço destinado a crianças e adolescente de ambos os sexos, que se encontram com seus vínculos familiares rompidos, fragilizados, ou que tenham tido seus direitos ameaçados ou violados, tendo a capacidade de atender até 20 crianças/adolescentes, em acolhimento integral. s técnicos primam por ofertar os seguintes serviços: Elaboração do P.I.A., visita da equipe técnica nas escolas e as famílias dos acolhidos; acompanhamento as famílias que adotaram; orientações técnicas aos monitores; suporte a confecção de documentos pessoais; acompanhamento escolar e médico; representação em audiências; socialização; entre outra atribuições pertinente ao serviço.

Quanto ao quadro de recursos humanos, segue o quadro abaixo:

Quadro 84 – Recursos humanos Abrigo Institucional

<b>Cargo / Função</b>	<b>Qtde</b>
Coordenador	1
Assistente Social	1
Psicólogo	1
Cuidador Social	11
Motorista	1
Auxiliar de Serviços Gerais	3
Cozinheira / Merendeira	1
<b>Total Geral</b>	<b>19</b>

Fonte: Censo SUAS 2017.

### 3.3 ENTIDADES PRIVADAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Rede de Proteção Socioassistencial Privada hoje é composta por 06 entidades inscritas no CMAS, todavia, de acordo com IPEA, 39 entidades possuem em seu CNPJ a atividade “promoção da assistência social” ou “defesa de direitos sociais”, o que as faculta, em tese, a desenvolver e executar serviços e programas nesta área.

Há ainda um número elevado de entidades que possuem em seu Estatuto Social a promoção da assistência social e outras finalidades correlatas, com um contingente de voluntários que se dispõem a “ajudar” e “contribuir” com o “social” e com as “pessoas carentes”.

Percebe-se, em ambos os casos, a necessidade de uma aproximação da Gestão com estas entidades, de modo a promovê-las e habilitá-las à compor o SUAS de forma qualificada.

#### 3.3.1 ACUSTRA

A Associação Cultural Social e Terapêutica da Região da AMUREL, é uma organização da sociedade civil fundada em 2007, inscrita no CMAS, que atua na área de Segurança Pública e Assistência Social, a partir do atendimento de apenados, egressos e suas famílias, bem como a comunidade do entorno onde a instituição está instalada.

No âmbito da Assistência social, desde 2012 a ACUSTRA oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atendendo a cerca de 70 crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos nos turnos matutino e vespertino, desenvolvendo atividades como: visitas domiciliares da equipe técnica da

Unidade à família do usuário; Reuniões com grupos de famílias dos usuários; Palestras; Oficinas; Reforço Escolar; Atividades recreativas; Discussão de casos com outros profissionais da rede; Atividades com participação da Comunidade.

Com profissionais contratados e voluntários, a instituição conta com 10 profissionais ligados diretamente à oferta do SCFV, desenvolve junto às crianças e adolescentes atividades como: Oficinas sobre temas transversais (saúde, meio ambiente, cultura, esporte, etc.); Oficinas sobre direitos e programas sociais; Atividades intergeracionais; Atividades com participação da comunidade; Atividades de arte e cultura (dança, teatro, música e etc); Artesanato (bijuterias, pintura em tecido, bordado, crochê, etc.); Atividades recreativas e/ou lúdicas; Atividades de inclusão digital; Exibição de filmes ou documentários; Orientações sobre higiene e cuidados pessoais; Passeios; Reforço escolar

A oferta do SCFV é realizada em espaço cedido pela Agência de Desenvolvimento Regional – ADR, onde são desenvolvidas também as outras atividades da instituição. Para manutenção do serviço, a entidade conta com convênios com a Secretaria de Assistência Social e Habitação, eventos e campanhas para captação de recursos.

### 3.3.2 APAE

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, é uma instituição não governamental de abrangência nacional, que mantém em Laguna a Escola Especial Solar da Ternura desde 1972, atendendo crianças e adultos com deficiência mental e algum grau de dependência, tendo entre suas finalidades estatutárias “prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;”

A instituição presta serviços nas áreas de saúde, educação especial e assistência social. Na Assistência social, a Escola Solar da Ternura atua na área de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, atendendo simultaneamente cerca de 120 pessoas, sendo 60 beneficiários do BPC.

O horário de funcionamento é 5 dias por semana, 8 horas por dia, de segunda a sexta, das 8 às 12h e das 13. às 17:30h, sendo que a maioria dos usuários frequenta o serviço todos os dias disponíveis. A equipe que atende os usuários conta com assistente social, pedagogos, fonoaudióloga, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, outros profissionais de nível superior, nível médio e fundamental, totalizando cerca de 20 profissionais.

A unidade é própria, tendo sido reformada ainda em 2017, possuindo acessibilidade e espaços adequados às diversas atividades desenvolvidas. A entidade 10 banheiros e 21 salas, muitas delas adaptadas as atividades específicas como: Fonoaudiologia, Psicologia, Medicina, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Assistência Social; Arte, Produção de Estopa, Sala Informatizada, Atendimento Pedagógico, Oficina Protegida Terapêutica – Marcenaria, Oficina Protegida Terapêutica – Vassoura, Salão Nobre, Cozinha e Refeitório

No âmbito da Assistência social, a instituição desenvolve as ações e a atividades de: Acolhida e escuta inicial; Estudo social; Orientação sobre acesso ao BPC; Orientação sobre o acesso a outros benefícios; Orientação e apoio para obtenção de documentação pessoal; Orientação para realização de cadastro no CadÚnico; Elaboração de Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar; Oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização; Encaminhamento para a rede de serviços socioassistenciais; Encaminhamento para os serviços da rede de saúde; Encaminhamento para política de

educação; Encaminhamento para serviços/Unidades das demais políticas públicas; Encaminhamento para órgãos de defesa de direitos (Defensoria Pública, Ministério Público, Conselho Tutelar etc.); Acompanhamento dos usuários encaminhados para a rede; Registro de informações em prontuário; Elaboração de relatórios sobre casos em acompanhamento; Visitas Domiciliares; Atividades com a família do usuário; Mobilização dos usuários para acesso ao serviço; Apoio e orientação aos cuidadores familiares; Orientação sobre tecnologias assistivas; Orientação e apoio nos autocuidados; Palestras e Oficinas envolvendo a comunidade.

Além disso, no âmbito de outras políticas públicas, a entidade oferece: atendimentos Médicos; Atendimento Odontológico; Terapia Ocupacional. Fisioterapia; Fonoaudiologia; Atendimento Clínico em Psicologia; Atividades Esportivas; Atividades Artísticas e Culturais (musicalização, dança, teatro, entre outros); Artesanato; Provisão de Órtese e Prótese.

Para sua manutenção, a instituição mantém parcerias com órgãos e entidades como: Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, Fundo Municipal de Assistência Social – Programa Apoio à Pessoa com Deficiência; Fundo Municipal de Saúde; Fundo Municipal de Assistência Social; Secretaria de Estado, Educação e Desporto – Fundo Social, Poder Judiciário (Setor de Serviço Social Forense) – Comarca de Laguna, Prefeitura Municipal de Laguna – Educação e Saúde (professores, Neurologista e Dentista).

### **3.3.3 Asilo Santa Isabel**

Fundado em 1949, o Asilo Santa Isabel é uma instituição filantrópica vinculada à Ordem das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, instituição religiosa, que oferta o Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos em Instituição de Longa Permanência. Entre seus objetivos estatutários, destaca-se o “Amparo a idosos carentes, que se encontram em situação de abandono, de modo gratuito, com alojamento, alimentação, vestuário, assistência e saúde e espiritual, bem como outras atividades apropriadas, proporcionando-lhes o melhor bem-estar possível.”

Funcionado em imóvel próprio, a instituição atende atualmente à 32 pessoas, entre idosos e pessoas com deficiência, oferecendo atendimento e atenção integral nas áreas de saúde e assistência social. No âmbito da Assistência Social, o Asilo desenvolve seguintes atividades: Palestras / oficinas; Elaboração de relatórios técnicos sobre casos em acompanhamento; Passeios com usuários; Promove contato e a participação da família na vida do usuário; Promove atividades com participação da Comunidade; Promove a participação das pessoas acolhidas em serviços, projetos ou atividades existentes na comunidade.

A estrutura da unidade é composta por 01 sala de administração, 01 sala para reuniões, 01 sala para atendimento técnico especializado, 01 sala de estar e convivência grupal, 20 dormitórios para os acolhidos, 10 banheiros para acolhidos, 5 banheiros para funcionários, área de recreação interna e externa, refeitório, cozinha, dispensa, lavanderia e enfermaria.

Toda a unidade possui acessibilidade, sendo grande parte dentro das normas da ABNT. Quanto ao quadro de recursos humanos, a instituição conta com coordenador, 11 auxiliares de serviços gerais, 01 apoio administrativo, 01 nutricionista, 01 enfermeira e 11 cuidadores.



### **3.3.4 Centro de Ensino Hermon**

Implantando em 2004, o Centro de Ensino Hermon é uma unidade da Fundação Hermon que atua nas áreas de Educação, Esporte e Assistência Social. No âmbito da Assistência Social desenvolve o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos.

Entre suas finalidades estatutárias, destacam-se “V- Instalar e manter centros de desenvolvimento esportivo, social e cultural que ensejem plena interação aos corpos discentes e docentes, funcionários, familiares e comunidade em geral; III- O implemento de condições que garantam ao educando o pleno exercício de seus direitos como sujeito ativo e em processo de desenvolvimento através: A) da expressão e da formação de sua identidade sócio política cultural; B) da elaboração e apropriação de sua autonomia; C) da garantia de seu bem estar e de sua saúde; D) da garantia de livre expressão, manifestação de sua criação e de seu imaginário; E) do movimento, do contato com a natureza e da expressão corporal em espaços amplos; F) da brincadeira, da teatralidade, da musicalidade, da poesia, da historicidade e das artes plásticas; G) da atenção individual enquanto ser social; H) da aplicação de suas experiências e de seus conhecimentos da realidade local e global, especialmente no campo sócio-econômico, mormente nas áreas: de turismo, de pesca, avícola, agrícola e cultural.

Atualmente, a instituição atende cerca de 100 crianças e adolescentes no SCFV nos turnos matutino e vespertino, desenvolvendo realizando Palestras; Oficinas; Reforço Escolar; Discussão de casos com outros profissionais da rede; Atividades com participação da Comunidade. Junto às crianças e adolescentes a instituição oferta [x] Atividades de arte e cultura (dança, teatro, música e etc); Artesanato (bijuterias, pintura em tecido, bordado, crochê, etc.); Atividades recreativas e/ou lúdicas; Atividades de inclusão digital; Exibição de filmes ou documentários; Orientações sobre higiene e cuidados pessoais; Passeios e; Reforço escolar.

O quadro de profissionais vinculados diretamente ao SCFV é composto por 02 educadores sociais com formação em pedagogia, 01 educador físico, 01 apoio administrativo, 02 auxiliar de serviços gerais e 01 cozinheira.

### **3.3.5 Associação de Voluntárias Mamãe e Bebê**

A Associação de Voluntárias Mamãe e Bebê é uma instituição que atua na área da Saúde e Assistência Social. No âmbito da Assistência Social, a instituição atua na concessão de benefícios eventuais, auxílio natalidade, na orientação e apoio à gestante em situação de vulnerabilidade social, bem como na defesa e garantia de direitos das gestantes e puérperas.

Entre seus objetivos estatutários, destacam-se I- Proporcionar assistência social para mãe gestante, orientação da saúde médica e pediátrica; II- Proporcionar a orientação educacional e jurídica de interesse suplementar; III- Acompanhamento do aleitamento materno e da segurança alimentar e nutricional da gestante e do recém nascido e da própria família da gestante; IV- Promoção do voluntariado no combate à pobreza.

A entidade conta com um quadro de aproximadamente 15 voluntárias, funcionando em espaço anexo ao Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, dispondo de 01 sala e 01 banheiro. Grande parte das atividades são desenvolvidas em espaços cedidos ou locados, nas unidades públicas de saúde e no domicílio das usuárias, onde são atendidas em média, 20 usuárias/mês.

Para sua manutenção, a entidade conta com parcerias com iniciativa privada, parceria com a Assistência Social, parceria com a Saúde (centro materno infantil, médicos e ESFs), realização de cafés coloniais, campanhas e rifas.

## 6 DIRETRIZES

Uma diretriz é compreendida como uma linha, um norte a seguir, em geral contém indicações ou informações gerais de como determinado serviço, programa ou projeto deve ser conduzido. No processo de elaboração do PMAS 2014-2017 de Laguna, foram analisadas as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Municipal, assim como nas diversas normativas que compõem a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O Plano Municipal de Assistência Social deve estar coerente e compatibilizado às diretrizes que orientam a administração pública, expressas nos planos de governo – Plano Diretor, Plano Plurianual, Plano Estratégico, Plano Decenal e outros, para que obtenha expressão nas propostas do executivo e legitimação para sua execução. (CapacitaSuas).

Nesse sentido, segue abaixo as diretrizes elaboradas para o PMAS 2018-2021, que servirão como eixos norteadores na elaboração dos demais elementos que compõem o plano:

- Primazia da responsabilidade do Estado;
- Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos;
- Integração da rede socioassistencial pública e privada;
- Plena gestão democrática e participativa, com fomento ao controle social e participação popular;
- Foco no protagonismo do usuário, emancipação e autogestão familiar;
- Contínuo aperfeiçoamento institucional do SUAS, com vistas à sua universalização;
- Plena integralidade da proteção socioassistencial, com fortalecimento da intersetorialidade entre os órgãos e políticas públicas, visando a garantia de direitos sociais;

As diretrizes supramencionadas deverão ser observadas e utilizadas como norteadoras em todas as etapas de planejamento e na execução das ações, pois são indispensáveis para o desenvolvimento de boas práticas no contexto do SUAS.

## 7 OBJETIVOS

Em geral, o termo objetivo é utilizado para definir uma finalidade, algo que se pretende alcançar, geralmente associados à metas e resultados que se pretende alcançar, e sendo formulado por e para pessoas e organizações.

Dentro do contexto de elaboração do PMAS, “Os objetivos traduzem os resultados que se pretende atingir com a execução do Plano.” (Caderno SUAS vol. 3, 2008, p. 54). Os objetivos devem estar pautados no diagnóstico socioterritorial; no mapeamento da rede socioassistencial local; nas legislações das políticas afirmativas e transversais; nos planos locais, em especial no PPA – Plano Plurianual e; na legislação e normatização do SUAS, tais como LOAS, NOB/SUAS, NOB/RH, Plano Decenal, Deliberações da Conferência e no Pacto de Aprimoramento do SUAS.

Os objetivos têm necessariamente que estar fundamentados em diretrizes e princípios estabelecidos pela legislação que norteia a Política de Assistência Social, bem como por outros marcos legais das políticas correlatas, como Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, Estatuto do Idoso, Política de Atenção às Pessoas com Deficiências, Estatuto da Cidade, etc., estabelecendo desta forma a articulação entre as diferentes políticas setoriais. (Capacita SUAS vol. 3, 2008, p. 56).

Para o próximo quadriênio, foram estabelecidos o objetivo geral e três objetivos específicos, organizados por ordem de prioridade e temporalidade.

### 7.1 OBJETIVO GERAL

Consolidar o SUAS no município, com gestão qualificada, oferta de serviços e benefícios em acordo com as demandas e potencialidades identificadas, a partir da produção e sistematização de informações territorializadas, garantindo as seguranças de acolhida, renda, convivência familiar, comunitária e social, desenvolvimento da autonomia, apoio e auxílio, com vistas à redução das vulnerabilidades econômica e social e promoção do protagonismo das famílias e cidadãos usuários.

### 7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Estruturar, aprimorar e consolidar a gestão municipal do SUAS;
2. Implantar e aprimorar os processos de gestão do trabalho;
3. Ampliar e aprimorar o desempenho das funções de defesa e vigilância social;
4. Aprimorar os processos de gestão administrativa, financeira e orçamentária;
5. Ampliar e aprimorar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica;
6. Ampliar e aprimorar a oferta de serviços, programas e projetos de proteção social especial;
7. Aprimorar a Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único dos Programas Sociais;
8. Ampliar e fortalecer os mecanismos de participação popular, controle social e transparência;
9. Fortalecer a relação intersetorial na rede socioassistencial e com os demais órgãos e políticas públicas;

## 8 PRIORIDADES, METAS, RESULTADOS, AÇÕES, CRONOGRAMA E FINANCIAMENTO

Este capítulo será apresentado na forma de quadros, sendo um quadro para cada objetivo específico, onde estão expressos: as prioridades e metas estabelecidas; os resultados e impactos esperados; as ações estratégicas para consecução das metas; o espaço temporal de execução e o ente financiador da ação.

Quadro 84 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 1

Prioridade	Meta	Resultados / Impactos	Ação Estratégica	Período				Fonte R\$		
				18	19	20	21	M	E	F
Reestruturar o organograma da SMASH com formalização das áreas essenciais	Garantir a instituição formal das áreas de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Gestão do SUAS	Qualificação dos processos de gestão e execução do SUAS	Elaboração de Projeto de Lei com anexos	X				X		
			Apresentação do PL ao Prefeito e Vereadores	X				X		
			Alocação/contratação de equipe técnica	X				X		
			Alocação de espaço físico, mobiliário e equipamentos	X	X			X		X
Aprimorar a Gestão dos benefícios eventuais	Possuir estrutura e profissional específico pela gestão dos benefícios eventuais	Redução das vulnerabilidades sociais	Alocação de profissional para gestão e execução dos BE					X		
			Prestação de apoio técnico ao CMAS na regulamentação	X				X		
			Reformulação dos procedimentos, fluxos e instrumentais	X				X		
			Apoio aos processos de aquisição	X				X		X
			Aprimoramento da Gestão/Controle da oferta de benefícios	X				X		X
Ofertar Assessoria Técnica às entidades	Prestação de Assessoria Técnica a 100% das entidades inscritas no CMAS	Aprimoramento da oferta de serviços pelas entidades	Alocação/Designação de profissional responsável	X						
			Planejamento e organização da Assessoria	X						
			Execução de ações de Assessoria Técnica		X	X	X			
Cofinanciamento municipal dos serviços ofertados pela rede privada	100% dos serviços tipificados com cofinanciamento municipal	Aprimoramento da oferta de serviços pelas entidades	Realização de estudo de demanda e viabilidade financeira	X						
			Alocação de recursos específicos no orçamento	X	X	X				
			Formalização de parcerias e repasse dos recursos		X	X	X			
Aprimorar a gestão e execução do Programa BPC na Escola	Incluir 100% do público no programa	Redução da vulnerabilidade social	Instituição do Grupo Gestor Local	X						
			Matrícula dos beneficiários do BPC na rede regular de ensino	X	X	X	X			
			Instituição de equipe técnica local para aplicação do Questionário	X						
			Capacitação da equipe técnica local	X						

			Articulação com CRAS p/ aplicação dos questionários	X	X	X	X			
			Aplicação do questionário e inserção no Sistema BPC na Escola	X	X	X	X			
			Acompanhamento pelas equipes de referência dos serviços	X	X	X	X			
			Ações intersetoriais p/ superação das barreiras		X	X	X			
Aprimorar a Gestão e Execução do SINASE	Incluir 100% do público no programa	Redução da ocorrência e reincidência em atos infracionais	Designação de Gestor Municipal do Sistema	X						
			Articulação intersetorial	X	X	X	X			
			Realização de Seminários, oficinas e capacitações	X	X	X	X			
			Credenciamento de orientadores e organizações	X	X	X	X			
			Implantação de Programa de Atendimento Socioeducativo	X						
			Operacionalização do Sistema SIPIA Sinase		X	X	X			
			Elaboração do PPP do Serviço de MSE - LA/PSC	X						
			Monitoramento e Avaliação do Sistema	X	X	X	X			
			Diagnóstico do sistema e Mapeamento da Rede	X		X				
Aprimorar a Gestão do Programa ACESSUAS	Plena execução das ações do Programa ACESSUAS	Melhoria da empregabilidade	Alocação de equipe e de espaço físico	X	X	X	X			
			Planejamento das ações do Programa	X	X	X	X			
			Articulação com CRAS e articulação intersetorial	X	X	X	X			
			Elaboração de mapa de oportunidades	X		X				
			Execução das atividades de mobilização	X	X	X	X			
			Encaminhamento e monitoramento da trajetória	X	X	X	X			
Implantar as ações estratégicas de erradicação do Trabalho Infantil	Garantir o atendimento de 100% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	Redução da ocorrência de trabalho infantil	Designação de Gestor Municipal do Programa	X						
			Implementação das ações de informação e mobilização	X	X	X	X			
			Implementação das ações de identificação	X	X	X	X			
			Implementação das ações de proteção social	X	X	X	X			
			Implementação das ações de defesa e responsabilização		X					
			Implementação das ações de monitoramento		X					

Quadro 85 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 2

Prioridade	Meta	Resultados / Impactos	Ação Estratégica	Período				Fonte R\$		
				18	19	20	21	M	E	F
Adequar os cargos e funções dos trabalhadores	Adequar 100% dos cargos e funções às normativas do SUAS	Qualificação dos processos de gestão e execução do SUAS	Criação de comissão para elaboração do projeto de lei	X				X		
			Elaboração de projeto de lei com anexos	X	X			X		
			Apresentação ao Prefeito e Vereadores		X			X		
			Orientação aos trabalhadores sobre as funções		X	X		X		
Garantir o quadro de recursos humanos adequado à gestão e programas	100% das funções de gestão, serviços e programas com RH adequado	Qualificação dos processos de gestão e execução do SUAS	Realização de estudo de demanda e viabilidade	X				X		
			Apresentação ao Prefeito Municipal					X		
			Apoio à elaboração de edital para concurso ou processo seletivo	X	X			X		X
			Destinação e orientação dos profissionais	X	X			X		X
Capacitar os trabalhadores e conselheiros	Oferta de no mínimo 20 horas de capacitação para 100% dos trabalhadores e conselheiros	Ampliação da quantidade e qualidade dos atendimentos	Elaboração do Termo de Referência	X				X		
			Contratação de pessoa/empresa especializada	X				X	X	X
			Organização e acompanhamento do serviço	X				X		
Implementar o Plano Municipal de Educação Permanente	Elaboração e Aprovação do Plano Municipal de Educação Permanente	Ampliação da quantidade e qualidade dos atendimentos	Composição da Comissão de Elaboração		X			X		
			Elaboração do Plano com recursos específicos para as ações		X			X		
			Execução do Plano Municipal de Educação Permanente			X	X	X	X	X
Implementar o Plano de Cargos e Salários dos Trabalhadores do SUAS	Elaboração e Aprovação do Plano de Cargos e Salários dos Trabalhadores do SUAS	Melhoria das condições de trabalho	Composição de Grupo de Trabalho para elaboração		X			X		
			Elaboração de Minuta de Projeto de Lei com Anexos		X			X		
			Apresentação ao CMAS, Prefeito Municipal e Legislativo		X			X		
Instituir a Mesa de Negociação dos Trabalhadores do SUAS	Instituição e manutenção da Mesa de Negociação dos Trabalhadores do SUAS	Melhoria das condições de trabalho	Instituir Mesa de Negociação		X			X		
			Realização de estudos e pesquisas		X	X		X		
			Realização de reuniões com atores da Mesa		X	X	X	X		

Quadro 86 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 3

Prioridade	Meta	Resultados / Impactos	Ação Estratégica	Período				Fonte R\$		
				18	19	20	21	M	E	F
Implantar um sistema informatização de atendimento e gestão	Implantação de 01 sistema informatizado de atendimento e gestão	Qualificação dos processos de gestão e execução do SUAS	Contatos, apresentações e análise de propostas	X				X		
			Elaboração de Termo de Referência	X				X		
			Apoio ao processo de licitação	X				X		
			Apoio à implementação do Sistema e treinamento das equipes	X	X			X		X
			Gerenciamento do Sistema no município		X	X	X	X		X
Aprimorar o Gerenciamento e Consulta dos Sistemas de Informação	Gerenciar 100% dos sistemas de informação do SUAS	Aprimoramento da oferta de serviços e benefícios	Alocação de profissional específico		X			X		
			Alocação de espaço físico, mobiliários e equipamentos		X			X		X
			Planejamento e organização dos processos de gerenciamento		X			X		
Aprimorar o Diagnóstico Socioterritorial do Município	Elaborar 04 diagnósticos territorializados e 10 mapas de vulnerabilidade social	Aprimoramento da oferta de serviços e benefícios	Elaboração de mapas de vulnerabilidade com foco na renda, trabalho, educação, habitação, crianças e adolescentes; jovens, idosos, mulheres e pessoas c/ deficiência e outros grupos em situação de vulnerabilidade	X	X	X	X			
			Elaboração de Diagnósticos nas áreas de maior vulnerabilidade		X					
			Revisão do Diagnóstico Socioterritorial do PMAS 2018-2021				X			
Aprimorar o Monitoramento e Avaliação dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios	Monitorar e Avaliar 100% da Rede Socioassistencial	Aprimoramento da oferta de serviços e benefícios	Definição de indicadores, instrumentos e fontes	X				X		
			Criação e acompanhamento de painéis de indicadores	X	X	X	X	X		
			Emissão de relatórios e estudos técnicos	X	X	X	X	X		
			Realização de avaliação anual dos serviços	X	X	X	X	X		
Aprimorar as ações de busca ativa	Incluir 80% do público prioritário no CadÚnico e nos serviços socioassistenciais	Redução das vulnerabilidades sociais	Fornecimento de listagens territoriais às equipes de PSB e PSE	X	X	X	X	X		
			Acompanhamento da inclusão do público prioritário nos serviços	X	X	X	X	X		
			Articulação com CadÚnico e PBF para inclusão de novas famílias	X	X	X	X	X		X
Aprimorar os processos de comunicação e publicização	Criar 01 blog institucional e da 01 carta de serviços	Ampliação do acesso aos serviços, benefícios e informações da Assistência Social	Criação de um blog para comunicação institucional da SMASH		X			X		
			Gerenciamento do site/blog		X	X	X	X		
			Elaborar e Publicar a Carta de Serviços, Programas, Projetos e Benefícios da Rede Socioassistencial		X	X	X	X		



Quadro 87 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 4

Prioridade	Meta	Resultados / Impactos	Ação Estratégica	Período				Fonte R\$		
				18	19	20	21	M	E	F
Aprimorar os processos de Gestão orçamentária	100% dos recursos da Assistência Social alocados no FMAS	Ampliação e qualificação da oferta de serviços	Alocação de recursos da Assistência Social no FMAS	X	X	X	X	X		
			Compatibilização PMAS e PPA	X	X	X	X	X		
Aprimorar os processos de Gestão Financeira	Otimização da aplicação dos recursos financeiros	Ampliação e qualificação da oferta de serviços	Alocação de Contador/Gestor Financeiro do FMAS	X				X		
			Aprimoramento dos Relatórios de Execução e Gestão Financeira	X	X	X	X	X		
Aprimorar os processos de aquisição	Existência das áreas de compras e almoxarifado estruturadas	Ampliação e qualificação da oferta de serviços	Estruturação de setor e alocação de profissional para compras	X				X		
			Estruturação de setor e alocação de profissional para almoxarifado		X			X		
			Aquisição de software de gerenciamento de compras/almoxarifado	X	X			X		
Aprimorar o controle de frota	Existência da área de controle de frota estruturada	Ampliação e qualificação da oferta de serviços	Estruturação do setor e alocação de responsável pela frota		X			X		
			Aprimoramento dos processos de controle de deslocamento, abastecimento, manutenção e guarda dos veículos		X			X		
Definir percentual mínimo do orçamento para o FMAS	Destinação de 5% da receita líquida ao FMAS	Ampliação e qualificação da oferta de serviços	Elaboração de estudo técnico evidenciando a demanda	X				X		
			Apresentação ao CMAS, Prefeito Municipal e Legislativo		X			X		

Quadro 88 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 5

Prioridade	Metas	Resultados / Impactos	Ação Estratégica	Período				Fonte R\$		
				18	19	20	21	M	E	F
Manutenção do PAIF e da Unidade CRAS	Manter as unidades e quadro de RH existentes	Garantia de atendimento das demandas de proteção social básica identificadas	Manutenção do quadro de RH existente	X	X	X	X	X		X
			Custeio das despesas da unidade e veículo	X	X	X	X	X	X	X
Aprimorar estrutura de transporte	Possuir 1 veículo e motorista exclusivos para cada CRAS	Ampliação na capacidade de deslocamento de equipe e usuários	Aquisição de 02 veículos exclusivos para os CRAS	X				X	X	
			Alocação de 02 motoristas exclusivos para os CRAS	X				X		X
Adequação do quadro de recursos humanos	Possuir equipe mínima para oferta do PAIF e CadÚnico	Ampliação na capacidade de oferta de serviços	Realização de concurso/processo seletivo	X						X
			Contratação e manutenção do quadro de RH							
Ampliar a inclusão do público prioritário no CadÚnico	Ampliar em 50% a inclusão do público prioritário no CadÚnico	Redução da vulnerabilidade social e econômica	Busca ativa, reuniões de orientação social e interação mais efetiva dos técnicos nos espaços de organização comunitária.	X	X	X	X	X		X
Universalizar o acesso ao BPC	Garantir que 100% dos idosos e pessoas com deficiência com renda per capita de até ¼ salário mínimo recebam o BPC	Empoderar as famílias proporcionando o protagonismo e sua inclusão social.	Busca ativa, reuniões de orientação social, atividades socioeducativas e de inclusão ao mundo do trabalho.	X	X	X	X	X		X
Ampliar a aprimorar o acompanhamento familiar pelo PAIF	- Acompanhar pelo PAIF 10% das famílias inscritas no CadÚnico; 10% das famílias com membros integrantes do PBF; 10% das famílias de beneficiários do BPC e; 50% das famílias com membros integrantes do PBF em situação de descumprimento de condicionalidades	Prevenir risco e vulnerabilidades sociais, fortalecimento do convívio familiar e comunitário e fomento ao protagonismo e auto gestão.	Busca ativa, reuniões de orientações sociais, chamadas direcionadas em espaço público, assim como o aprimoramento dos fluxos entre os CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e demais políticas públicas.	X	X	X	X	X	X	X
Cadastrar as famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico	100% das famílias com beneficiários do BPC	Adequação a legislação pertinente	Adequação e capacitação de RH Busca ativa para identificação de situações padrão e situações com especificidade de inclusão	X	X	X	X	X		X
Garantir o acesso e concessão dos benefícios eventuais	Atender 100% da demanda	Efetivas as garantias do SUAS	Garantir o financiamento dos Benefícios Eventuais pelas três esferas (municipal, estadual e federal) Adequar o sistema de operacionalização da	X	X	X	X	X	X	X

			concessão de Benefícios Eventuais Adequar a quantidade e qualidade nutricional Garantir de acesso adequado a demanda								
Ampliar e aprimorar a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Incluir 10% das crianças, adolescentes e idosos cadastrados no CadÚnico no SCFV - Garantir 50% das vagas no SCFV para o público prioritário	Elevação dos índices de inclusão social e eficácia dos atendimentos	Aprimorar o referenciamento das entidades executoras	X	X	X	X	X			X
			Implantar o SCFV nos CRAS I e II	X	X	X	X	X		X	
Aprimorar a Função de Gestão Territorial	100% de cobertura	Ampliação das parcerias para execução dos serviços	Criar roteiro e agenda de contatos e reuniões Reconhecer os serviços, programas e projetos de acesso	X	X	X	X	X	X	X	X
Fomentar o protagonismo dos usuários	50% de ampliação	Ampliar o número de usuário em situação de empoderamento	Instituir uma agenda trimestral conjunta ampliando o acesso a Conferências, Conselhos setoriais, fórum de debates, reuniões de planejamento das políticas públicas	X	X	X	X	X			X

Quadro 89 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 6

Prioridade	Meta	Resultados / Impactos	Ação Estratégica	Período				Fonte R\$		
				18	19	20	21	M	E	F
Realizar a Implementação do Protocolo de Gestão Integrada	Adequar 100% dos encaminhamentos entre os serviços/unidades de acordo com o protocolo de gestão integrada	Melhorar a comunicação da rede socioassistencial	Realizar reuniões com as equipes dos CRAS I e II, Abrigo institucional, BE, PBF e gestão para construção de fluxos e protocolos	X				X	X	X
Manter e aprimorar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos ( PAEFI )	Atender 100% da demanda ( PAEFI )	Redução das violações dos direitos socioassistenciais e melhoria da qualidade de vida das famílias.	Realizar busca ativa, visando atender as demandas que não são encaminhadas ao equipamento	X				X	X	X
			Identificação e cadastramento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil		X			X	X	X
			Acompanhar as famílias encaminhadas ao CREAS		X			X	X	X
			Acompanhar as crianças/adolescentes acolhidas			X		X	X	X
			Otimização do trabalho social com famílias e grupos	X				X	X	X
Fortalecer o Serviço de atendimento a Adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa de LA (Liberdade Assistida ) e PSC (Prestação de Serviço à Comunidade )	Atender 100% da demanda (MSE)	Redução da reincidência da prática do ato infracional; redução do ciclo da violência e da prática do ato infracional e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários	Realizar o acompanhamento dos adolescentes encaminhados pela Justiça	X	X	X	X	X	X	X
			Estabelecer parcerias com as instituições que recebem os adolescentes para cumprir PSC	X	X	X	X	X	X	X
			Capacitar os orientadores sociais que recebem os adolescentes	X	X	X	X	X	X	X
			Elaboração do PPP	X	X			X	X	X
Aprimorar o atendimento à população de rua pelo PAEFI	Incluir 100% da população de rua nos serviços socioassistenciais	Redução das violações dos direitos socioassistenciais e redução do número de pessoas em situação de rua	Adequação da estrutura física do CREAS	X	X	X	X			
			Encaminhar a PSR para a rede socioassistencial	X	X	X	X			
			Fazer busca ativa à população de rua	X	X	X	X			
			Encaminhar a PSR para realizar o CAD ÚNICO	X	X	X	X			
			Cadastrar a população que utiliza a rua para trabalhar	X	X	X	X			
Adequar a equipe do PAEFI	Adequar pelo menos uma equipe mínima de acordo	Qualificação e aumento do atendimento às famílias	Criação do cargo de Advogado e Coordenador	X						
			Contratação de advogado	X						

			Contratação de Assistente administrativo	X							
	com a NOB RH SUAS		Contratação de coordenador da unidade	X							
			Contratação de 02 agentes de proteção social	X							
Referenciar os serviços de proteção social especial do município	Referenciar 100% dos serviços de acolhimento institucional para idosos	Aperfeiçoamento a comunicação da rede socioassistencial	Visitas às instituições	X	X	X	X				
			Definir atribuições, fluxo e protocolo	X	X	X	X				
			Estabelecimento de agenda de encontros para estudos de caso	X	X	X	X				
Implantar o Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosas e famílias	Atender 100% da demanda – idoso e pessoa com deficiência	Redução e prevenção de situações de isolamento e redução dos agravos	Composição de equipe	X							
			Planejamento do serviço	X							
			Execução do serviço	X	X	X	X	X		X	
Implantar o Serviço Especializado em Abordagem Social	Atender 100% da demanda	Redução das violações dos direitos socioassistenciais e redução do número de pessoas em situação de rua e trabalho infantil	Composição de equipe		X						
			Planejamento do serviço		X						
			Execução do serviço		X	X	X	X		X	
Manter e aprimorar o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	Manter a capacidade de acolhimento	Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários	Manutenção do quadro de RH	X	X	X	X	X	X	X	X
			Custeio das despesas da unidade e veículo	X	X	X	X	X	X	X	
			Custeio das despesas com usuários	X	X	X	X	X	X	X	
Adequar a estrutura do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes conforme reordenamento.	Garantir estrutura adequada para o acolhimento e atendimento técnico.	Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários	Elaboração de Projetos e Edital para licitação	X	X			X			
			Contratação de empresa especializada		X			X			
			Construção de espaço específico para atendimento técnico na área externa		X	X		X			
Adequar o quadro de Recursos Humanos do Serviço de Acolhimento	Quadro de cuidadores 100% adequado	Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários	Elaboração de edital para concurso ou processo seletivo	X				X			
			Realização de concurso ou processo seletivo	X				X			
			Custeio do quadro de RH	X	X	X	X	X			
Aprimorar a metodologia de Atendimento do Serviço de Acolhimento	Elaboração do PPP, PIA e Protocolo de Acompanhamento de Jovens	Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários	Revisão do Projeto Político Pedagógico	X				X			
			Aprimorar a execução do PIA;	X				X			
			Elaborar protocolo de acompanhamento e	X	X			X			

			encaminhamento de jovens em fase de desligamento.							
Aprimorar o acompanhamento familiar do Serviço de Acolhimento	100% dos usuários e famílias atendidos pelo CRAS e CREAS	Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários	Elaborar documentação de referência e contra referência CRAS/CREAS e rede de atendimento; -Reunião sistemática entre CRAS/CREAS/Abrigo.	X				X		
Implantar o Serviço de família acolhedora	Atendimento a 100% das crianças até 6 anos em situação de acolhimento	Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários ;	Elaboração de Proposta e Aprovação no CMAS		X			X		
			Elaboração de PL e aprovação na Câmara		X			X		
			Criação de dotação e aporte de recursos		X			X		
			Composição de equipe técnica, locação de espaço físico, Aquisição de veículo, mobiliários, equipamentos e mat. consumo			X		X	X	X
			Planejamento e organização do serviço			X		X	X	X
			Avaliação, seleção, capacitação e supervisão das famílias acolhedoras			X	X	X	X	X
			Acompanhamento psicossocial das crianças/adolescentes e das famílias de origem			X	X	X	X	X

Quadro 90 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 7

Prioridade	Meta	Resultados / Impactos	Ação Estratégica	Período				Fonte R\$		
				18	19	20	21	M	E	F
Manter e ampliar o quadro de recursos humanos	Garantir 100% o atendimento do público prioritário	Oferecer estrutura física adequada para acolhida dos usuários	Alocação/contratação de equipe técnica Custeio	X	X	X	X	X		X
Aprimorar o processo de atualização e averiguação cadastral	Manter 75% dos cadastros atualizados	Identificar e incluir as pessoas com perfil do Programa	Estudo de Legislação pertinente Organizar relação por situação e bairro Contabilizar/relacionar o número de famílias	X	X	X	X	X		X
Descentralizar o Cadastro Único	Efetivar o cadastramento das famílias pelos CRAS	Facilitar o acesso do usuário e a integração com a oferta de serviços	Alocação/contratação de equipe técnica Aquisição de mobiliário e equipamentos Custeio Capacitar técnicos					X		X
Qualificar o processo de acompanhamento das condicionalidades de Saúde	Avaliar as dificuldades para aprimoramento das ações	Desenvolver ações que contribuam para diminuição da Condicionalidade da Saúde	Orientação e capacitação das agentes comunitárias	X	X	X	X	X		X
			Acompanhamento semestral dos resultados Reuniões mensais	X	X	X	X	X		X
Qualificar o processo de acompanhamento das condicionalidades de Educação	Avaliar as dificuldades para aprimoramento das ações	Desenvolver ações que contribuam para diminuição da Condicionalidade da Educação	Orientação e capacitação dos agentes responsáveis pela inclusão dos dados dos beneficiários Acompanhamento bimestral dos resultados Reuniões mensais					X		X
Cadastrar famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	Cadastrar 100% das famílias identificadas	Identificar e incluir no Cadastro Único as pessoas com perfil do Programa	Definição de fluxo de encaminhamento junto ao Serviço Especializado em Abordagem Social	X	X	X	X	X		X
			Articular-se com entidades da rede socioassistencial e da rede de proteção social para identificação	X	X	X	X	X		X
Cadastrar pessoas em situação de rua	Cadastrar 100% das pessoas identificadas	Identificar e incluir no Cadastro Único as pessoas com perfil do Programa	Definição de fluxo de encaminhamento junto ao Serviço Especializado em Abordagem Social	X	X	X	X	X		X
Cadastrar famílias com beneficiários do BPC	Cadastrar 100% das famílias com beneficiários do BPC	Identificar e incluir no Cadastro Único as pessoas com perfil do Programa	Definição de fluxo de encaminhamento junto aos CRAS e CREAS Busca ativa	X	X	X	X	X		X

Quadro 91 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 8

Prioridade	Meta	Resultados / Impactos	Ação Estratégica	Período				Fonte R\$		
				18	19	20	21	M	E	F
Adequar a estrutura de apoio ao CMAS	O CMAS possuir Secretaria Executiva completa e exclusiva	Fortalecimento do Controle Social	Formalização da Secretaria executiva do CMAS	X				X		
			Designação de Secretário Executivo do CMAS	X				X		
			Designação de Assessor Técnico do CMAS		X			X		
Realizar, em conjunto com o CMAS, as Conferências Municipais de Assistência Social	Realização de duas Conferências Municipais de Assistência Social	Fortalecimento do Controle Social	Divulgação e mobilização		X		X	X		X
			Contratação de serviços de terceiros		X		X	X		X
			Planejamento, organização e execução da conferência		X		X	X		X
Fomentar a Organização dos Usuários	02 grupos e 01 Fórum de Usuários organizado e ativo	Fortalecimento da participação popular	Fomento à criação de grupos de usuários nos CRAS	X	X			X		
			Fomento à criação de um Fórum municipal de usuários		X	X		X		
			Apoio técnico e logístico ao Fórum		X	X	X	X		
Promover a articulação entre o CMAS e outros Conselhos de Direitos	01 organização formada e atuante	Articulação e Fortalecimento do Controle Social	Criação de organização agregadora dos Conselhos de direitos		X			X		
			Composição da organização		X			X		
			Realização de reuniões periódicas e encaminhamentos		X	X	X	X		



Quadro 92 – Prioridades, metas, resultados e ações relacionadas ao objetivo específico 9

Prioridade	Meta	Resultados / Impactos	Ação Estratégica	Período				Fonte R\$		
				18	19	20	21	M	E	F
Promover a integração da rede socioassistencial pública e privada	Implantar do Protocolo de Gestão Integrada	Ampliação da eficácia e efetividade dos atendimentos	Composição de Grupo de Trabalho	X				X		
			Planejamento e pactuação de calendário anual de reuniões	X				X		
			Realização de reuniões sistemáticas com envolvidos para pactuação de fluxos, procedimentos e instrumentais	X	X			X		
Aprimorar a relação intersetorial com os Sistemas de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça	Criar e manter fluxos de informação e encaminhamento com Ministério Público, Poder Judiciário, Sistema Prisional, Polícia Civil e Polícia Militar	Ampliação da eficácia e efetividade dos atendimentos	Estudo das possibilidades de articulação com órgãos	X				X		
			Realização de reuniões para levantamento de demandas e possibilidades de integração		X			X		
			Realização de reuniões sistemáticas com envolvidos para pactuação de fluxos, procedimentos e instrumentais		X	X		X		
Aprimorar a relação intersetorial com a Rede de Proteção Social local	Criar e manter fluxo de informações e encaminhamentos com o Conselho Tutelar, Rede de Educação, Saúde, Esporte e Cultura.	Ampliação da eficácia e efetividade dos atendimentos	Estudo das possibilidades de articulação com órgãos	X	X	X	X	X		
			Composição de Grupo de Trabalho		X			X		
			Planejamento e pactuação de calendário anual de reuniões		X			X		
			Realização de reuniões sistemáticas com envolvidos para pactuação de fluxos, procedimentos e instrumentais		X	X		X		

## 9 MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

Dentro de um evidente processo de qualificação e profissionalização que vive a Política de Assistência Social, o financiamento aparece ainda como elemento desafiador, tanto para os gestores quanto para os agentes de controle social. Em geral, tem-se ainda dificuldade em compreender os processos do SUAS e estimar com precisão o que será realizado e quanto de recurso será despendido. Para o MDS:

Observa-se que na área da assistência social há pouco acúmulo na definição de metas e no estabelecimento da relação entre custo e benefício das ações. Em decorrência, dificulta-se a previsão realista de custos para produtos parcialmente obtidos e, conseqüentemente, para o financiamento de programas, projetos, serviços e benefícios definidos no Plano.. (Capacita SUAS vol 3, 2008, p. 56).

A orientação do MDS é que, dentro do nível gerencial e técnico de cada município, deve-se ao máximo descrever e relacionar objetivos, metas e custos, buscando aí contemplar todos os elementos necessários à execução dos serviços, programas, projetos e benefícios. Por se tratar de recurso público, sua previsão e aplicação, deve contar com a participação dos mais variados atores envolvidos com o SUAS, desde usuários, trabalhadores, entidades e gestores do SUAS, até parceiros, representantes de outras políticas públicas e outras instituições. “A previsão de custos deve se fazer, ainda, de forma transparente, viabilizando o controle por parte da sociedade civil e dos usuários, nos espaços públicos em que este se realiza.” (Capacita SUAS vol. 3, 2008, p. 57).

**Art. 46.** O orçamento é instrumento da administração pública indispensável para a gestão da política de assistência social e expressa o planejamento financeiro das funções de gestão e da prestação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais à população usuária. Parágrafo único. A elaboração da peça orçamentária requer: a definição de diretrizes, objetivos e metas; a previsão da organização das ações; a provisão de recursos; a definição da forma de acompanhamento das ações; e a revisão crítica das propostas, dos processos e dos resultados. (NOB/SUAS, 2012).

Neste sentido, o presente capítulo vem discorrer especificamente sobre os mecanismos e fontes de financiamento, detalhando as fontes de financiamento e o montante de recursos alocados para cada serviço ou programa da Política Assistência Social, assim como as despesas previstas no PPA 2018-2021, organizadas em programas, sendo um Programa para cada blocos de financiamento.

**Art. 56.** O cofinanciamento federal de serviços, programas e projetos de assistência social e de sua gestão, no âmbito do SUAS, poderá ser realizado por meio de Blocos de Financiamento [...] se destinam a cofinanciar: as Proteções Sociais Básica e Especial, em seu conjunto de serviços socioassistenciais tipificados nacionalmente; a gestão do SUAS; a gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único; e outros, conforme regulamentação específica. (NOB/SUAS, 2012).

Como poderá ser observado, no PPA 2018-2021, nem todos os recursos destinados à Assistência Social são alocados no FMAS. Salienta-se que se trata de uma prática comum, porém inadequada, que entre outros prejuízos, impede controle social e a deliberação, por parte do CMAS, sobre a aplicação da totalidade dos recursos destinados à Assistência Social.

O Fundo de Assistência Social deve reunir a totalidade dos recursos destinados ao financiamento de programas, projetos, serviços e benefícios da assistência social. Assim sendo, o processo de elaboração do orçamento do Fundo tem relação direta com o Plano de Assistência Social, que é o instrumento básico para subsidiar as propostas de aplicação dos recursos dessa área. (Capacita SUAS vol. 3, 2008, p. 59).

Os quadros abaixo expressam a estimativa de receita do FMAS no período 2018-2021:

Quadro 93 – Estimativa de Receita do FMAS – PPA Municipal

<b>FONTE</b>	<b>GRUPO/PISO</b>	<b>DETALHAMENTO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>FNAS</b> Fundo Nacional de Assistência Social	ACESSUAS	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho	R\$ 90.912,00
	PBF	Piso Básico Fixo	R\$ 1.152.000,00
	PBV	Piso Básico Variável	R\$ 174.000,00
	PFMC PAEFI	Piso Fixo de Média Complexidade – Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos Vítimas de Violência	R\$ 384.000,00
	PFMC MSE	Piso Fixo de Média Complexidade – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	R\$ 96.000,00
	PTMC	Piso de Transição de Média Complexidade	R\$ 172.195,20
	PAC I CRIANÇA	Piso de Alta Complexidade – Crianças e Adolescentes	R\$ 240.000,00
	PAC I	Piso de Alta Complexidade	R\$ 163.200,00
	BPC na ESCOLA	Programa BPC na Escola	R\$ 8.000,00
	IGD-PBF	Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	R\$ 192.000,00
	IGD-SUAS	Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	R\$ 72.000,00
	<b>FEAS</b> Fundo Estadual de Assistência Social	BE	Benefícios Eventuais
PSB		Proteção Social Básica	R\$ 208.000,00
PSEMC		Proteção Social Especial de Média Complexidade	R\$ 304.000,00
PSEAC		Proteção Social Especial de Alta Complexidade	R\$ 420.000,00
Prefeitura de Laguna	REPASSE MUNICIPAL	Transferências correntes	R\$ 1.120.000,00
Receitas Próprias	Rendimentos	Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 142.942,80
<b>ESTIMATIVA TOTAL DE RECEITAS DO FMAS – Período 2018 - 2021</b>			<b>R\$ 4.986.650,00</b>

Fonte: PPA Municipal 2018-2021

O quadro abaixo expressa o resumo dos dados informados acima, estimando o percentual de cada fonte de financiamento.

Quadro 94 – Resumo da Estimativa de receitas do FNAS – PPA Municipal

Fonte de Recursos	Valor	Percentual aproximado
Fundo Nacional de Assistência Social	R\$ 2.744.307,20	55%
Fundo Estadual de Assistência Social	R\$ 979.400,00	19,5%
Prefeitura Municipal de Laguna	R\$ 1.120.000,00	22,5%
Remuneração de depósitos bancários	R\$ 142.942,80	3%
<b>Total</b>	<b>R\$ 4.986.650,00</b>	<b>100%</b>

Fonte: PPA Municipal 2018-2021

Há contudo, previsão orçamentária para a Secretaria de Assistência Social, no total de 10.260.000,00 (dez milhões, duzentos e sessenta mil reais). Desse total, cerca de 95% são destinados para custeio de recursos humanos e 4% para subvenções sociais, havendo ainda cerca de 2% para aplicações diretas em despesas de custeio e capital.

Pode-se, portanto, prever o custeio de recursos humanos da SMASH com recursos próprios, alocados na dotação orçamentária da SMASH, destinando os recursos do FMAS para as ações de manutenção e ampliação da rede socioassistencial, contemplando despesas de custeio e capital e as subvenções sociais.

O quadro abaixo expressa a soma dos recursos próprios alocados no FMAS e dos recursos alocados na SMASH:

Quadro 95 – Estimativa de recursos para a Assistência Social

Fonte de Recursos	Valor	Percentual aproximado
Recursos próprios alocados no FMAS	R\$ 1.120.000,00	9,8%
Recursos próprios alocados na SMASH	R\$ 10.260.000,00	90,2%
<b>Total</b>	<b>R\$ 11.380.000,00</b>	<b>100%</b>

Fonte: PPA Municipal, 2017.

Verifica-se que no PPA municipal, o município destinou cerca de R\$ 11.380.000,00, entretanto, apenas 9,8% estão submetidos ao controle social por estarem alocados no FMAS. Aproximadamente 90,2% dos recursos destinados à Assistência Social não estão submetidos ao controle social.

## 10 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A necessidade de controle das ações públicas e a possibilidade de melhorias na aplicação do recurso público tornam o monitoramento e a avaliação imprescindíveis à execução do PMAS, assim como de qualquer ação pública.

[...] O monitoramento e a avaliação são instrumentos estratégicos para a execução do Plano, identificando seus ganhos e dificuldades, além de prover os agentes sociais de informações que levem ao seu contínuo ajuste e aperfeiçoamento, bem como possibilitar o exercício do controle social pela sociedade. Estes procedimentos realimentam o Plano com novas decisões e opções, racionalizando e otimizando recursos, para que alcance os resultados previstos e, por conseguinte, as transformações pretendidas.<sup>28</sup>

Quando se fala em monitoramento e avaliação do PMAS, deve-se ter clareza de que o PMAS é um planejamento estratégico, e que os objetivos, prioridades, metas e ações nele previstas têm como objetivo aprimorar diversos outros processos junto à gestão, serviços, programas e benefícios. Sendo assim, as metas estabelecidas no PMAS, na maioria das vezes, se desdobram em diversos indicadores e variáveis não previstos diretamente no PMAS.

Outro fato que se deve ter clareza, é que no âmbito do SUAS, o monitoramento e a avaliação são compreendidos como subsistemas que, juntamente ao subsistema de informação, compõem a Vigilância Socioassistencial. Desse modo, o processo de monitoramento e avaliação das metas do PMAS, bem como dos indicadores e variáveis que compõem essas metas, passa invariavelmente pela instituição da Vigilância socioassistencial.

A Vigilância Socioassistencial consiste na utilização da informação como instrumento e estratégia de garantia das seguranças alicerçadas pelo SUAS, compondo as três funções da Assistência Social juntamente com a Proteção Social e Defesa Social e Institucional. Ela é “caracterizada como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas.”<sup>29</sup>

De acordo com a NOB/SUAS (2012), a Vigilância Socioassistencial tem por objetivos fornecer informações estruturadas que contribuam com a avaliação dos serviços; com avaliação das características da população e das demandas existentes; e que proporcionem o planejamento e a execução das ações de busca ativa.

Em geral, os municípios desenvolvem um “Sistema” municipal de Vigilância Socioassistencial, composto pelos subsistemas de Informação, Monitoramento e Avaliação. Há casos onde a Vigilância Socioassistencial tem *status* de Subsecretaria, compondo com a Subsecretaria de Promoção Social a Secretaria de Assistência Social, contudo, há municípios onde não há nenhuma estrutura formal e a função de Vigilância Socioassistencial é desempenhada pelos mesmos profissionais que atuam nos serviços.

Em Laguna, tem-se empreendido um esforço na organização do sistema de vigilância desde 2011, contudo, o número reduzido de profissionais e a variedade de tarefas de gestão, tem impedido que “de fato” se implante o sistema. Desde junho de 2017, tem-se um profissional designado informalmente para este fim, atuando no apoio às ações de busca ativa, gerenciamento dos sistemas de informação, monitoramento e avaliação, contudo, essas atividades vêm sendo desenvolvidas de forma esparsa, com pouca sistematização.

Neste sentido, a implantação da Vigilância Socioassistencial torna-se imprescindível, sendo inclusive uma meta estabelecida para o ano de 2018.

---

28 SST/SC. Curso de Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social. 2017, p. 129.

29 NOB/SUAS, 2012, Art. 87

## 10.1 SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Os sistemas de informação tem como base a utilização de sistemas informatizados e outras tecnologias com objetivo de definir e planejar a Política de Assistência Social e permitir o monitoramento e avaliação de aspectos inerentes à cadeia de valor, compreendidos entre insumos, processos, serviços, resultados e impactos. Em geral, utilizam-se aplicativos específicos, sites e bases de dados do MDS, outros Ministérios e diversos órgãos de pesquisa na busca e sistematização de informações sobre a execução da Política.

Art. 95. A gestão da informação, por meio da integração entre ferramentas tecnológicas, torna-se um componente estratégico para: – a definição do conteúdo da política e seu planejamento; – o monitoramento e a avaliação da oferta e da demanda de serviços socioassistenciais.<sup>30</sup>

Em Laguna, o acesso e alimentação dos sistemas que compõem a Rede SUAS vêm sendo realizado por um profissional, com nível superior, que atua na Secretaria de Assistência Social, contudo, este desenvolve outras funções, o que pode comprometer a qualidade do gerenciamento da informação.

Entre os sistemas que vêm sendo alimentados e acompanhados, destacam-se: SUASWEB (Plano de Ação Anual e Demonstrativo Físico Financeiro), Registro Mensal de Atendimento - RMA, Censo SUAS, CADSUAS, SAA, CNEAS e BPC na Escola.

Além disso, existe uma série de ferramentas informacionais disponíveis na SAGI/MDS que vêm sendo utilizadas para consultas, pesquisas e emissão de relatórios diversos. Entre as ferramentas informacionais mais utilizadas, destacam-se:

Quadro 96 - Ferramentas Informacionais do MDS

Ferramenta Informacional	Ano de criação	Demandante original	Usuário	Tipo*
MI Social	2004	Gab Min	Geral	SDD
DICIVIP	2004	SAGI	Geral	SDD
MI Vetor	2005	SAGI	Geral	SDD
ATLAS SOCIAL	2005	SAGI	Geral	SDD
VISICON	2005	Gab Min	Geral	SDD
Relatórios de Informações Sociais – RI	2006	SAGI	Geral	SDD
MDS em MAPAS	2006	SAGI	Geral	SDD
Oficinas SAGI	2009	SAGI	Geral	SDD
Catálogo de ferramentas informacionais	2011	SAGI	Geral	SDD
Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos	2011	Gab Min	Geral	SDD
Painel de Conjuntura e Programas Sociais	2011	SAGI	Geral	SDD
Localize Unidades e Equipamentos	2011	SNAS	Geral	SDD
Data Social	2011	SESEP	Geral	SDD
Portal Pesquisas e Estudos de Avaliação	2011	SAGI	Geral	SDD
PAA Data	2011	SESAN	Geral	SDD
Portal da Rede Nacional de Capac. e Educação Permanente do SUAS	2011	SAGI /SNAS	Geral	SDD
Portal Publicações e Estudos Técnicos	2012	SAGI	Geral	SDD
Portal Brasil sem Miséria no seu Município	2012	Gab Min	Geral	SDD
Portal Brasil sem Miséria no seu Estado	2012	Gab Min	Geral	SDD
Mapas Temáticos de Vulnerabilidade Social – MAVS	2013	SAGI	Geral	SDD
MEdit - Editor de Mapas	2010	SAGI	Geral	SE
IDV - Identificação de Domicílios em Vulnerabilidade	2011	SESEP	Geral	SE
Tab Social - Tabulador de Microdados	2011	SAGI	Geral	SE

30 (NOB/SUAS, 2012).

RMA - Registro de Atendimentos do SUAS	2011	SAGI	SNAS	CD
MONIB – Painel de Monitoramento do Plano BSM	2011	SESEP	SESEP	SII
CECAD - Consulta e Extração de Informações do Cadastro Único	2012	SENARC	SENARC	SII

Fonte: MDS/SAGI, 2013.

Prevê-se para 2018, a aquisição de um software municipal para atendimento dos Serviços e suporte às atividades de gestão, bem como a alocação de um profissional específico para este fim.

## 10.2 SISTEMA DE MONITORAMENTO

O sistema de monitoramento é considerado, atualmente, elemento primordial para o avanço da Política de Assistência Social e o reconhecimento de seus processos, resultados e impactos para toda a população.

**Art. 99.** O monitoramento do SUAS constitui função inerente à gestão e ao controle social, e consiste no acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em relação ao cumprimento de seus objetivos e metas.<sup>31</sup>

Os tipos de indicadores e suas subdimensões mencionadas no capítulo anterior, principalmente a eficiência, eficácia, efetividade têm relação direta com as dimensões que devem ser monitoradas no cotidiano do SUAS:

**Art. 100.** Os indicadores de monitoramento visam mensurar as seguintes dimensões: I - estrutura ou insumos; II - processos ou atividades; III - produtos ou resultados. (NOB/SUAS, 2012).

Atualmente o Sistema de Monitoramento Municipal é realizado de forma “artesanal”, e tem como subsídios o Relatório Mensal de Atendimento – RMA, Relatórios de Informações Sociais e outros aplicativos e ferramentas da SAGI/MDS. Na medida em que tem-se recebido exigências dos Governo Federal e Estadual, tem-se respondido na mesma medida, sem iniciativas “municipais” de fazer avançar tal sistema.

**Art. 104.** Em âmbito municipal e do Distrito Federal, o monitoramento do SUAS deve capturar e verificar informações in loco, junto aos serviços prestados pela rede socioassistencial, sem prejuízo da utilização de fontes de dados secundárias utilizadas pelo monitoramento em nível nacional e estadual.<sup>32</sup>

Pretende-se, para 2018, a identificação de variáveis e indicadores de estrutura ou insumos; processos ou atividades e; produtos ou resultados, seguida da criação de instrumentais de monitoramento e o acompanhamento sistemático desses indicadores e variáveis, para que se possa avançar neste aspecto.

## 10.3 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Até o ano de 2012, o sistema de avaliação ainda não estava organizado de maneira formal, contudo, comumente são realizadas reuniões onde participam todos os serviços e funções de gestão da SMAS. Nestas reuniões, são avaliadas, de maneira informal, as ações realizadas no mês anterior assim como seus resultados.

31 (NOB/SUAS, 2012).

32 (NOB/SUAS, 2012).

Em 2012, foram realizadas reuniões técnicas em cada equipamento social, no intuito de criar uma metodologia para o sistema municipal de avaliação, na ocasião, foi desenvolvido um instrumental que veio a ser utilizado ainda neste ano.

Posteriormente, as ações de avaliação voltara a ser realizadas de maneira informal, contudo, prevê-se, para 2014, a retomada de um processo organizado de avaliação, que vai também ao encontro do novo sistema de monitoramento.

**Art. 107.** O Distrito Federal e os Municípios poderão, sem prejuízo de outras ações de avaliação que venham a ser desenvolvidas, instituir práticas participativas de avaliação da gestão e dos serviços da rede socioassistencial, envolvendo trabalhadores, usuários e instâncias de controle social.<sup>33</sup>

Atualmente, são utilizados os resultados aferidos no RMA Censo SUAS e outros, além da realização de reuniões técnicas de orientação e acompanhamento da execução deste PMAS. A partir de 2018, prevê-se a realização anual de avaliação do PMAS, bem como a realização de avaliações pontuais da gestão, serviços e benefícios.

---

33 (NOB/SUAS, 2012).



## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Perguntas e Respostas: o Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. 2ª Versão.

BRASIL. CapacitaSuas Volume 3. Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações técnicas do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações Técnicas: Atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas. Brasília, 2016, p. 66.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. BRASIL/MDS, 2009. 168 p.

Decreto Federal nº 8.805, de 7 de julho de 2016. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto no 6.214, de 26 de setembro de 2007.

Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Assistência Social. Curso de Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social. 2017. 157 p.

Lei Federal nº 8742/93. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Lei Municipal Complementar nº 190/2009. Adapta a Política Municipal de Assistencial Social a Lei Orgânica da Assistência Social - Loas, Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, cria a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Comunicação Social, transforma estruturas da administração direta e dá outras providências".

Lei Municipal Complementar nº 329/2015. Altera a estrutura da administração pública do município de Laguna, consolida a legislação vigente, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 1.824/2015. Dispõe sobre a concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social e, dá outras providências.

Prefeitura de Laguna. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Laguna. PMHIS, 2009.

Resolução CIT Nº 7, de 10 de setembro de 2009. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Resolução CNAS nº 01, de 21 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências.

Resolução CNAS nº 08, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências.

Resolução CNAS nº 09, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para a expansão qualificada do ano de 2013 dos Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial para o Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; para o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e para os Serviços de Acolhimento em República para Pessoas em Situação de Rua.

Resolução CNAS Nº 23, de 27 de setembro de 2013. Aprovar critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do Reordenamento de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos municípios e Distrito Federal.

Resolução CNAS nº 33, de 18 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS. (NOB/SUAS 2012).